



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**AMAZONAS**  
**CAMPUS MANAUS CENTRO**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

**FRANCISCO RIPARDO MAIA**

**O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO**  
**INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/CAMPUS TEFÉ:**  
**PERCEPÇÃO DOS DISCENTES.**

**MANAUS-AM**  
**2023**

FRANCISCO RIPARDO MAIA

O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO  
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/CAMPUS TEFÉ:  
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

Área de Concentração: Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

MANAUS-AM  
2023

**Biblioteca Campus Manaus Centro**

---

M217p Maia, Francisco Ripardo.

O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas /Campus Tefé: percepção dos discentes / Francisco Ripardo Maia. – Manaus, 2023.

188 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

1. Formação humana integral. 2. Política de assistência estudantil. 3. Permanência e êxito. I. Silva, Cirlande Cabral da. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## **FRANCISCO RIPARDO MAIA**

### **PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL DO IFAM/CAMPUS TEFÉ: PERCEPÇÃO DOS DISCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 19 de abril de 2023

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva – Presidente/Orientador  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

---

Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral - Membro Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT/IFAM

---

Profa. Dra. Carolina Cássia Batista Santos - Membro Externo  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## **FRANCISCO RIPARDO MAIA**

### **GUIA DE APOIO DO DISCENTE: PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL DO IFAM**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 19 de abril de 2023.

#### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva – Presidente/Orientador  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

---

Profa. Dra. Cinara Calvi Anic Cabral - Membro Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT/IFAM

---

Profa. Dra. Carolina Cássia Batista Santos - Membro Externo

Dedico este trabalho a todos da Equipe Multiprofissional do IFAM, assim como aos discentes, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por me proporcionar esse mestrado.

Aos meus familiares pelo apoio incondicional, especialmente minha esposa Cássia Maria, pelo incentivo e compreensão de sempre.

Ao meu orientador, professor Dr. Cirlande Cabral da Silva, pela atenção, paciência, orientação e apoio durante o percurso do mestrado.

A todos os professores do ProfEPT, pelo conhecimento compartilhado.

As professoras, Dra. Cinara Calvi Anic Cabral e Dra. Carolina Cássia Batista Santos por aceitarem o convite de serem membros das bancas de qualificação e defesa, além das contribuições valiosas para o desenvolvimento da dissertação.

Aos servidores da Secretaria do ProfEPT/IFAM, pelo apoio de sempre.

Aos colegas de turma do mestrado, pelo aprendizado, companheirismo e amizade, apesar da distância causada pela pandemia (COVID-19).

À Gestão do IFAM/Campus Tefé (Diretor Geral e Chefe do DEPE), por autorizar meu afastamento para estudo do mestrado, assim como todo suporte da realização da pesquisa no Campus.

Aos servidores do IFAM/Campus Tefé da Equipe Multiprofissional.

Ao servidor do IFAM/Campus Tefé, Francisco Goldema, nosso Técnico de Informática (TI), que me salvou várias vezes, principalmente durante as aulas remotas do mestrado.

Ao servidor do IFAM/Campus Tefé, o Prof. Me. Willian Funke, pelo apoio como tradutor: português/inglês no resumo/abstract.

À professora Nâncy Pinto Muniz, pelo apoio nas correções ortográficas da dissertação.

À professora Ma. Jéssica de Almeida Cunha, pelo apoio e orientação sobre Análise Textual Discursiva – ATD.

Aos discentes do IFAM/Campus Tefé, especialmente os participantes da pesquisa.

Aos colegas Assistentes Sociais do IFAM, pelo apoio de sempre, especialmente: Érica, Joelma, Luciana, Marlene e Renildo.

Aos professores, Dra. Valéria de Souza Marcelino e Doutorando Arthur Rezende da Silva, por terem proporcionado o Curso de Análise Textual Discursiva – ATD.

A todos que direta ou indiretamente me apoiaram nesse percurso de realização do mestrado.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É preciso alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (Marílda Iamamoto).



## RESUMO

O presente estudo teve como tema o Programa Socioassistencial Estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé: percepção dos discentes. A temática surgiu por participar ativamente como profissional (Assistente Social) das ações da Política de Assistência Estudantil, e ao mesmo tempo, compreender a importância da assistência estudantil, para formação acadêmica, especialmente, para os discentes mais vulneráveis socioeconômicos. A pesquisa teve como objetivo geral compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19). O *locus* da pesquisa foi o IFAM/Campus Tefé e como amostra, quatorze (14) discentes que residem na zona rural, dos Cursos Técnico de Nível Médio nas Formas Integrada (07) e subsequente (07) do IFAM/Campus Tefé. Essa pesquisa teve caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa do tipo de estudo de caso. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e documental, questionário, entrevista e diário de campo, a fim de compreendermos melhor o fenômeno investigado. Os dados coletados foram analisados sob à luz da Análise Textual Discursiva (ATD) de acordo com Moraes e Galiazzi (2011; 2016), que forneceu como resultado o metatexto: percepções dos discentes sobre o programa socioassistencial estudantil do IFAM. Foi constatado, que apesar de todos entraves e fragilidades do PSES/IFAM, os discentes foram unânimes em afirmar que reconhecem a Assistência Estudantil como direito, que o programa tem contribuído à formação humana integral, à permanência e êxito acadêmico, especialmente para os discentes mais vulneráveis no período da pandemia (COVID-19). Com base nestas informações, foi desenvolvido um Produto Educacional: “Guia de Apoio ao Discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”, com objetivo de apresentar aos discentes do IFAM, informações e orientações, o processo gradual desde o acesso à adesão do Programa Socioassistencial Estudantil (PSES/IFAM). Entretanto, faz-se necessário mais apoio do Estado, da Instituição, de recursos humanos (Gestão e Equipe Multiprofissional) e recurso financeiro, pois o programa é limitado.

**Palavra-chave:** Política de Assistência Estudantil. Programa Socioassistencial Estudantil. Permanência e Êxito. Formação Humana e Integral.

## ABSTRACT

The present study had as its theme the Student Social Assistance Program at the Federal Institute of Amazonas/Campus Tefé: students' perception. The theme arose from actively participating as a professional (Social Worker) in the actions of the Student Assistance Policy, and at the same time, understanding the importance of student assistance, for academic training, especially for the most socioeconomically vulnerable students. The general objective of the research was to understand the students' perception of the Student Social Assistance Program and its contribution to integral human formation, especially in terms of permanence and success during the Pandemic (COVID-19). The locus of the research was the IFAM/Campus Tefé and as a sample, fourteen (14) students who live in the rural area, from the Technical Courses of Medium Level in the Integrated Forms (07) and subsequent (07) of the IFAM/Campus Tefé. This research had a descriptive and exploratory character with a qualitative approach of the case study type. We used as data collection instruments, bibliographical and documentary research, questionnaire, interview and field diary, in order to better understand the investigated phenomenon. The collected data were analyzed in the light of Discursive Textual Analysis (DTA) according to Moraes and Galiazzi (2011; 2016), which provided the metatext as a result: students' perceptions about the student social assistance program at IFAM. It was found that despite all the obstacles and weaknesses of the PSES/IFAM, the students were unanimous in saying that they recognize Student Assistance as a right, that the program has contributed to integral human formation, permanence and academic success, especially for the most advanced students vulnerable during the pandemic (COVID-19). Based on this information, an Educational Product was developed: "Student Support Guide on the IFAM Student Social Assistance Program", with the aim of presenting IFAM students with information and guidance on the gradual process from access to membership of the Social Assistance Program Student Council (PSES/IFAM). However, more support is needed from the State, the Institution, human resources (Management and Multiprofessional Team) and financial resources, as the program is limited.

**Keyword:** Student Assistance Policy. Student Social Assistance Program. Permanence and Success. Human and Integral Training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica dos Campus do IFAM .....	22
Figura 2 - Processo cíclico e recursivo em Análise Textual Discursivo – ATD .....	59
Figura 3 - Componentes de uma produção escrita.....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM – Benefícios.....	35
Quadro 2 – IFAM/Campus Tefé – Benefícios Concedidos aos Discentes: 2014-2021.....	38
Quadro 3 – IFAM/Campus Tefé – Benefícios Concedidos aos Discentes: 2020-2021.....	47
Quadro 4 – Estrutura do Protocolo dos Questionários .....	55
Quadro 5 – Estrutura do Protocolo das Entrevistas.....	57
Quadro 6 – Excertos e suas Unidades de Significado.....	64
Quadro 7 - A Construção das Unidades de Significado a partir dos Questionários e .....	
Entrevistas.....	66
Quadro 8 – Unitarização – Agrupamento das Unidades de Significado e Excertos .....	
Semelhantes.....	67
Quadro 9 – Unitarização e seus processos de Contextualização.....	68
Quadro 10 – Representação das Unidades de Significado (Agrupadas/Semelhantes) .....	69
Quadro 11 – Processo da Categorização Inicial a partir das Unidades de Significado.....	71
Quadro 12 – Construção das três (03) fases da Categorização.....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
- APNP – Atividade Pedagógica Não Presencial.
- ATD – Análise Textual Discursiva.
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.
- CMC – Campus Manaus Centro.
- CMDI – Campus Manaus Distrito Industrial.
- CMZL – Campus Manaus Zona Leste.
- CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia.
- CONSUP – Conselho Superior.
- CRA – Coordenação de Registro Acadêmico.
- CTFF – Campus Tefé.
- DAES – Departamento de Assistência Estudantil.
- DEPE – Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- DGA – Diretoria de Gestão Acadêmica.
- EAT – Escolas Agrotécnicas Federais.
- EPT – Educação Profissional Tecnológica.
- ETF – Escolas Técnicas Federais.
- FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.
- IFAM – Instituto Federal do Amazonas.
- IFES – Institutos Federais de Ensino Superior.
- MDP – Material Didático-Pedagógico.
- PAES – Programa de Assistência Estudantil.
- PAE – Política de Assistência Estudantil do IFAM.
- PAE/IFAM – Política de Assistência Estudantil do IFAM.
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.
- PROEN – Pró-Reitoria de Ensino.
- PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.
- PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.
- PNP – Plataforma Nilo Peçanha.
- PSES – Programa Socioassistencial Estudantil.

RFBPC – Renda Familiar Bruta Per Capita.

RG – Relatório Geral.

SM – Salário Mínimo.

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica.

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

US – Unidades de Significado.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivo Geral. ....</b>	<b>20</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3</b>	<b>Questões Norteadoras.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>A Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) e seus Desdobramentos .....</b>	<b>21</b>
2.1.1	A Implementação e a Normatização da Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAES/IFAM) .....	23
2.1.2	O Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé.....	33
2.1.3	Concessão dos Benefícios (Forma de Acesso) ao Programa Socioassistencial Estudantil no IFAM.....	41
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipo de Pesquisa .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2</b>	<b>Local do Estudo .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3</b>	<b>Participantes e Amostra .....</b>	<b>51</b>
<b>3.4</b>	<b>Instrumentos e Coleta de Dados.....</b>	<b>53</b>
<b>3.5</b>	<b>Instrumento de Análise de Dados .....</b>	<b>58</b>
3.5.1	O procedimento de análise de dados: Análise Textual Discursiva (ATD).....	58
3.5.2	Fases do ciclo de análise de dados em Análise Textual Discursiva (ATD). ....	59
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....</b>	<b>62</b>
<b>4.1</b>	<b>Unitarização na ATD. ....</b>	<b>63</b>
<b>4.2</b>	<b>Categorização na ATD. ....</b>	<b>70</b>
<b>4.3</b>	<b>Metatextos (Comunicação) na ATD.....</b>	<b>73</b>
<b>5</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>81</b>
<b>5.1</b>	<b>Apresentação.....</b>	<b>81</b>
<b>5.2</b>	<b>Da teoria à prática. ....</b>	<b>83</b>
<b>5.3</b>	<b>Passo a Passo: o percurso metodológico do produto educacional.....</b>	<b>84</b>
<b>5.4</b>	<b>Avaliação do Produto Educacional (PE). ....</b>	<b>86</b>
<b>5.5</b>	<b>Produto Educacional: “Guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM” .....</b>	<b>89</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)</b> <b>.....</b>	<b>1577</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> <b>(TCLE) .....</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro para o Questionário – Discentes.....</b>	<b>165</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista - Discentes. ....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICE E – UNIDADES DE SIGNIFICADO ENCONTRADA NO</b> <b>QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE F – UNIDADES DE SIGNIFICADO ENCONTRADAS NAS</b> <b>ENTREVISTAS.....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO - PRODUTO</b> <b>EDUCACIONAL .....</b>	<b>172</b>
<b>ANEXO I - ROL DE DOCUMENTOS MÍNIMOS RECOMENDADOS PARA</b> <b>COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO II - DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO III - MODELO DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO IV - PARECER CONSUBSTACIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM</b> <b>PESQUISA.....</b>	<b>183</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo dessa temática surgiu por três motivos que despertou a reflexão e a ação na resolução desta problemática: o primeiro, por ser um profissional participante da formulação e implementação das políticas sociais e trabalhar diretamente com os Programas Socioassistenciais Estudantis (PSES), voltado para minimizar os índices de evasão e retenção, o acesso e a permanência dos discentes. O segundo, pelos trabalhos realizados como Assistente Social do IFAM/Campus Tefé há mais de oito (08) anos, no qual é um trabalho conjunto com uma equipe multiprofissional (Assistente Social, Enfermeira, Técnico de Enfermagem, Nutricionista, Psicólogo, Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais e Professores), que proporciona apoio e suporte aos discentes para sua permanência e êxito no ensino, pesquisa e extensão. E terceiro, a constatação (pelas informações advindas do Serviço Social do IFAM/Campus Tefé e dos questionários socioeconômicos dos discentes) do alto índice de discentes com situação socioeconômica vulnerável e renda familiar *per capita* abaixo de meio salário mínimo.

Para Santos e Oliveira (2021, p. 119), “quando se trata de políticas educacionais para estimular a permanência de adolescente [...] faz-se necessário abordar a temática da Política de Assistência Estudantil no Brasil e o foco na permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Ou seja, dando ênfase ao direito de permanência e êxito na educação no território brasileiro.

Dutra e Santos (2017) afirmam que as primeiras práticas de Assistência Estudantil (AE) remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas, que reconheceu a educação como um direito público regulamentado pelo Estado. Neste sentido, foram criados os programas de alimentação e moradia universitária.

Em 1931, houve a Reforma Francisco Campos, que organizou a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, com propostas de prover e beneficiar, com bolsas de estudos, discentes reconhecidamente pobres. Esta lei foi adicionada na Constituição Federal de 1934, art. 157 que "parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas".

Segundo Kowalski (2012), no período de 1930 a 1988, a Assistência Estudantil foi marcada por ações pontuais, isoladas e não raro, inerentes ao atendimento da demanda, ou seja, como Política de Governo e não como Política de Estado. É o que pode mencionar em 1940, na

qual houve uma assistência extensiva, que se integrou na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual "cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar". Mais tarde, também foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, art. 90 e 91, que trata a assistência escolar como um direito do discente e que precisa ser de conhecimento de todos e isto incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativa de prover, orientar, estimular e fiscalizar os serviços assistenciais prestados nas escolas.

Posteriormente, a luta por reconhecimento continuou. O direito à educação, a uma assistência aos estudantes como direito, como política de Estado foram temas discutidos e reivindicados no processo de redemocratização, e assim resultou na Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, no art. 205.

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim como é garantido pela Constituição (BRASIL, 1988), também é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (BRASIL, 1996), que enfatizam a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", o direito à educação básica de forma gratuita e universal, com condições para que o discente possa continuar seus estudos.

Nessa perspectiva, Dutra e Santos (2017), destacam que para alcançar essa igualdade de condições se faz necessária a implantação de uma política efetiva de assistência ao estudante.

Todavia, no dia a dia com os discentes do IFAM/Campus Tefé, na ótica de Assistente Social, é constatado que as dificuldades são muitas para o acesso e permanência nos estudos, visto que as atividades do curso são em tempo integral. Além disso, muitos alunos têm de retornar às suas residências por morarem distante do Campus. Alguns deles residem em cidades próximas de Tefé, como Alvarães (que fica a 14.24 km de Tefé, em linha reta) onde eles têm que utilizar pequenas embarcações (tipo lancha) para chegarem em suas residências. Outros por morarem em comunidades ribeirinhas, estrada ou bairros distantes.

Nesse sentido, Estrada e Radaelli (2017), reforçam a necessidade de existir ações de apoio aos discentes, como uma Política de Assistência Estudantil (PAE), voltada para o acesso aos instrumentos necessários à formação profissional até a geração de recursos mínimos para a sobrevivência do discente.

Para Vasconcelos (2010), a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em Portaria Normativa nº 39 de 2007 (BRASIL, 2007) e Decreto nº 7.234

de 2010 (BRASIL, 2010), neste momento, representou um marco histórico e de importância fundamental para a consolidação da Assistência Estudantil no Brasil enquanto direito dos estudantes. Sendo esta conquista fruto de esforço coletivo de movimentos sociais, tais como: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Criando assim, “um cenário favorável ao desenvolvimento de ações de assistência estudantil” (CAVALHEIRO, 2013, p. 33).

Ao falar sobre a Política de Assistência Estudantil, Vasconcelos (2012) defende como uma ação que deve proporcionar acesso aos instrumentos necessários à formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento do discente, portanto, a importância dos recursos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e recursos financeiros.

A Política de Assistência Estudantil (PAE/IFAM)<sup>1</sup> tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação. Nessa direção, dispõe de vários programas de inclusão, dentre eles, o Programa Socioassistencial Estudantil, para atender discente em vulnerabilidade socioeconômica. Ou seja, foi criado com a finalidade de contribuir para a permanência dos discentes nas instituições de ensino.

A nível de Instituição, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Amazonas (PAE/IFAM), através do Programa Socioassistencial Estudantil, na perspectiva de permanência e êxitos dos discentes, busca atender, prioritariamente, os que estiverem com situação socioeconômica vulnerável. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se os benefícios: alimentação, transporte, moradia, alojamento, creche e material didático-pedagógico.

Nesse sentido, pode-se considerar que a Política de Assistência Estudantil (PAE) deve ser entendida como um direito social, com vistas a formação plena, inclusão social, produção de conhecimento, e não como um favor, como caridade, como assistencialismo.

Para Nascimento (2014, p. 88), a assistência estudantil “consiste num conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais”.

---

<sup>1</sup> A nível de Instituição, o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), através da Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011, instituiu a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas (PAES/IFAM), e a Portaria nº 1.000-GR/IFAM, de 07 de outubro de 2011, que normatizou a Execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM, e em 03 de abril de 2017, aprovou o Plano de Ações Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do IFAM-Resolução nº 12/2017-CONSUP/IFAM.

Na mesma direção, Barbosa (2009), classifica assistência estudantil, como um conjunto de políticas realizadas através de programas de promoção, assistência e apoio, com objetivo de permanência e êxito dos discentes no ensino, melhorando sua qualidade de vida como cidadão.

De acordo com o Plano de Ações Estratégico de Permanência e Êxito do IFAM (2017), dentre as principais causas de retenção e evasão dos discentes, é possível constatar: Em relação à retenção: dificuldades financeiras e dificuldades de acesso ao campus dos discentes que residem em municípios adjacentes; Em relação à Evasão: dificuldade financeira, alunos que moram em casa de familiares ou conhecidos por serem oriundos de comunidades, discentes de outros municípios que passam a residir em moradia de parentes ou quartos alugados, faltas de atrasos devido a dificuldades de acesso ao Campus por carência de infraestrutura urbana, que dificulta a circulação de carros e motos em dias chuvosos, principalmente no turno da noite.

A partir de dois mil e vinte (2020) o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), através de seus Editais, adotou o Sistema SIGAA<sup>2</sup>, como forma de acesso e adesão ao Programa Socioassistencial Estudantil (PSES/IFAM): Processo de Seleção para a Concessão de Benefício e/ou ajuda de custo do Programa Socioassistencial Estudantil. O objetivo do Sistema SIGAA é o cadastro e solicitação do benefício através da *internet*, conforme a necessidade socioeconômica do discente. Essa proposta pode ser excelente onde a *internet* funciona 100%. Mas, a realidade do interior, até o presente momento, é outra, como no Município de Tefé-AM (localizado no médio Solimões, aproximadamente a 523 km da capital do Amazonas (Manaus) onde as operadoras que oferecem *internet*, infelizmente, são muito problemáticas, deixando seus clientes estressados e fora de área na maioria das vezes. Na própria Instituição é visível este problema.

Todavia, percebe-se que para que haja construção de conhecimento são necessárias condições favoráveis. Ou seja, para que o discente consiga permanência e êxito nos estudos é necessário a Instituição de ensino ofertar condições, como por exemplo, merenda e transporte. Somente assim, as ações da Assistência Estudantil podem ser vistas como uma maneira de contribuir para a superação das desigualdades sociais, de maneira a oportunizar condições igualitárias para que os discentes, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir seus estudos, bem como escolher se querem prosseguir nos estudos ou entrar no mundo do trabalho.

---

<sup>2</sup> SIGAA: Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica. Através do portal do discente no IFAM, por meio do endereço: <https://sig.ifam.edu.br/sigaa/public/cadastro/discente.jsf> - é possível o discente realizar a adesão ao cadastro único e participar dos Programas de Assistência Estudantil, além de poder acompanhar todo seu histórico escolar, sua vida acadêmica.

Diante do exposto, rebusca-se o seguinte problema: De que forma o Programa Socioassistencial Estudantil (PSES) do IFAM/Campus Tefé tem contribuído para a permanência e êxito dos discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio das Formas: Integrada e Subsequente, considerando a realidade socioeconômica dos discentes?

### **1.1 Objetivo Geral.**

Compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19).

### **1.2 Objetivos Específicos.**

- a. Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM;
- b. Identificar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé;
- c. Desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.

### **1.3 Questões Norteadoras.**

Para que alcançar os objetivos traçados, foi pensado nas seguintes questões norteadoras:

- a. Como é a descrição do Programa Socioassistencial Estudantil?
- b. Em que aspectos o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé tem contribuído para a permanência e êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé?
- c. De que modo é possível desenvolver um Produto Educacional sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes?

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) e seus Desdobramentos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) surgiu a partir do Decreto Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela agregação de antigas Instituições de educação profissional: Escola Técnica Federais (ETF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), criando trinta e oito (38) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em dezenove (19) Estados existentes no país<sup>3</sup>.

Dentre os Institutos Federais criados pelo Decreto Lei nº 11.892/2008, está o IFAM, com integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (Zona Leste) e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas (SOUZA, 2002; MELLO, 2009; NOGUEIRA, 2016).

Atualmente o IFAM é composto por dezessete (17) Campi: Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), Campus Manaus Zona Leste (CMZL), Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Coari, Campus Lábrea, Campus Maués, Campus Parintins, Campus Presidente Figueiredo, Campus Tabatinga, Campus Eirunepé, Campus Humaitá, Campus Itacoatiara, Campus Manacapuru, Campus Tefé, Campus Avançado Iranduba e Campus Avançado Boca do Acre.

A imagem representa a localização de cada Campus (Figura 1) do IFAM, de acordo com mapa do Estado do Amazonas.

---

<sup>3</sup> “A criação desta estrutura se alicerçava em uma vasta rede de instituições de ensino profissional tecnológico que o Governo Federal possuía, e vinha ampliando desde 1909, quando da criação pelo Decreto Lei No 7.566, de 23 de setembro, sancionado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, que indicava a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices, para cada uma das dezenove capitais dos Estados da Federação, possibilitando uma educação profissional primária, pública e gratuita para os pobres e desvalidos da fortuna num Brasil que dava os seus primeiros passos na República”. O IFAM E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DA GÊNESE A FASE ATUAL. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/institucional/a-instituicao-1#ancora1>. Acesso em: 10 de maio 2023.

**Figura 1** – Localização Geográfica dos Campus do IFAM



**Fonte:** [http://www.ifam.edu.br/porta1/images/file/mapa\\_ifam.jpg](http://www.ifam.edu.br/porta1/images/file/mapa_ifam.jpg). Acessado em: 13/09/2021 (atualizado: 2022)

Para Pacheco (2010), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem ir além da compreensão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), propor uma formação contextualizada de princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Ou seja, os Institutos Federais surgem num contexto de educação voltada para a formação humana e integral do discente, com princípio de inclusão, transformação social e exercício da cidadania.

Nessa perspectiva de formação humana integral (omnilateralidade), Manacorda (2010) recorre aos manuscritos de Marx (2004), onde ele afirma que para alcançar a omnilateralidade, faz-se necessário uma educação total, completa, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e das capacidades de sua satisfação, em uma perspectiva de emancipação. Frigotto, Ciavatta, Ramos (2012) reforçam, que a formação humana Integral, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Ou seja, a formação humana tem de ser completa, integrada: trabalho, ciência e cultura. Isto é, busca desenvolver os sujeitos em todas as dimensões da vida humana. O Trabalho, em seu sentido ontológico e histórico, como ponto de partida para a produção do conhecimento; a Ciência, como conhecimento sistematizado; a

Cultura, como conjunto de representações e comportamentos de uma sociedade; e a Tecnologia, como transformação da ciência em força produtiva (RAMOS, 2014).

Em um contexto de Educação Profissional Tecnológica (EPT), de acordo com Moraes et al (2019), a Assistência Estudantil deve ser compreendida como uma política que contribua para a mitigação das disparidades decorrentes da situação socioeconômica dos discentes, visando fomentar o acesso a permanência no ensino, além de incentivar a criatividade, a reflexão crítica e apoio a intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico, o que pode contribuir com o germe da formação integral.

É nesse sentido que a implementação da Assistência Estudantil é de suma importância no ensino, pesquisa e extensão, na contribuição para o desempenho educacional dos estudantes.

Diante desta ótica, é preciso mencionar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil surgiu em 2007 através da Portaria Normativa do MEC, nº 39 (BRASIL, 2007), e os Institutos Federais não eram contemplados por esta normativa. Só depois do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010) é que os Institutos foram inclusos no PNAES.

A partir do Decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) todas as Instituições de Ensino passam a receber recursos da política em questão, após a elaboração de uma Política de Assistência Estudantil, em respeito à especificidade dos Institutos e por ser também uma Instituição de Educação Básica (BRASIL, 2010).

Desse modo, no âmbito da Rede Federal, o IFAM, instituiu a Política de Assistência Estudantil (PAE/IFAM), através da Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011, e normatizou a execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil, pela Portaria nº 1.000-GR/IFAM, de 2011.

Nesse sentido, tanto o PNAES como a PAE/IFAM, têm a finalidade de contribuir para permanência e êxito dos discentes, prioritariamente, os mais vulneráveis.

### 2.1.1 A Implementação e a Normatização da Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAES/IFAM)

A implementação e a execução da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dão-se a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39/2007 e precisamente pelo Decreto nº 7.234/2010, art. 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e



extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

A implementação do IFAM somente em 2011, a partir da Resolução nº 13, e normatizada pela Portaria nº 1.000/2011, para execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil do IFAM.

Para melhor compreensão, a Política de Assistência Estudantil (PAE) a nível de IFAM, o processo histórico de construção dessa Política, requer uma breve retrospectiva.

Kowalski (2012) ressalta, que por decorrência das situações políticas, sociais e econômicas do Brasil, a Assistência Estudantil pode ser compreendida por três fases distintas. A fase inicial (1928-1970), que é a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A fase adicional (1987-2004), identifica-se uma segunda fase na qual há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da PAE nas universidades brasileiras. A fase final (2007-2011) abrange um período de expansão e reestruturação dos Institutos Federais de Ensino.

No que se refere à direitos propriamente dito sobre Assistência Estudantil, as fases apresentadas por Kowalski (2012) descreve que o Estado não tinha uma política de assistência estudantil em âmbito nacional, e muito menos uma política voltada para a permanência dos estudantes mais vulneráveis. Mesmo assim, a partir da criação da institucionalização da PAE, percebe-se uma preocupação voltada para a possibilidade de acesso e permanência dos estudantes do nível superior. Nota-se, uma formação acadêmica voltada a atender a demanda do mercado. Vislumbra-se várias ações de Assistência Estudantil nesse período, como a criação da Casa do Estudante Brasileiro em 1928 (Paris/França), que além da residência, tinha o repasse financeiros para manutenção nos estudos, como a alimentação. Nos anos seguintes, alguns direitos foram conquistados, como em 1930 no Rio de Janeiro, a criação da Casa do Estudante do Brasil, acoplado ao Restaurante Universitário (RU) para os alunos mais vulneráveis socioeconômicos; em 1931, através do Decreto nº 19.851, concessão de bolsas de estudos e assistência médica para os estudantes carentes, conhecido como a Reforma Francisco Campos e que foi incorporada a Constituição Federal de 1934, art. 157, “previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica”. Um grande marco para a classe estudantil, foi em 1937 a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que veio fortalecer a categoria, representar e defender os direitos dos discentes. Já o art. 172 da Constituição Federal de 1946, estabelece a assistência educacional para alunos necessitados e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. Outro marco importante, foi a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961, art. 91, que traz a Assistência Estudantil como direito

para todos os estudantes, sem discriminação; em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), voltado para assegurar ações de assistência estudantil, como os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológico. Entretanto, no final de 1980 o DAE foi extinto por questão política. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com objetivo de fortalecer as políticas públicas educacionais voltada para o acesso, permanência e êxitos dos discentes. O principal direito a Assistência dar-se em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, e com a LDB/1996, que veio fortalecer a Assistência Estudantil, garantir e assegurar o acesso, permanência e êxito dos discentes no ensino, pesquisa e extensão; em 2004, a conquista de concessão de bolsas de estudos para alunos de baixa renda, através do Programa Universidade para Todos (ProUni). Para Kowalski (2012), até aqui, foram direitos implantados não como política pública de Estado, sim como política de governo, marcado pela escassez de recursos para Assistência Estudantil e conseqüentemente não garantindo a permanência e êxito dos discentes. Mas, segundo Kowalski (2012), somente em 2007 e 2010 com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que podemos dizer propriamente que foi implantado uma política pública de Estado, voltada para a permanência e êxito dos discentes. Também, convém destacar, a aprovação do Decreto Lei nº 7.233/2010, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos Institutos no que se refere a Assistência Estudantil, assim como o Decreto nº 7.416/2010, que regula bolsas de permanência para a promoção social e econômica.

Além das Políticas Públicas já mencionadas através das Portarias e Decretos, o Governo Federal implementou como enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, metas de ampliação de política de inclusão, de acesso e permanência nas instituições de ensino superior, como por exemplo: o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), criado pelo Lei nº 10.26/2001; o PROUNI ((Programa Universidade para Todos), implementado pela Lei nº 11.096/2005; o REUNI (Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007; o SISU (Sistema de Seleção Unificada), instituído pela Portaria Normativa de 2010 e regulamentada pela Portaria Normativa em 2012<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> FIES - Tem o propósito de conceder financiamento de até 100% para discente de baixa renda, cursando nível superior em instituições privadas, com taxas de juros baixas, bom período de carência e com longo prazo para amortização; PROUNI - Oferta bolsas de estudo para discente de baixa renda, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior; REUNI – tem como objetivo de duplicar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil; SISU – Trata-se de um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de Ensino Superior ofertam vagas para candidatos participarem do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

Entretanto, esses programas de inclusão ofertado aos discentes em instituições privadas, merecem uma reflexão, especialmente o PROUNI, como bem é mencionado por Albuquerque (2017): o PROUNI,

não contempla a permanência de todos, já que prevê somente a concessão de bolsas de estudos, mas não oferta um acompanhamento sistemático dos discentes e de suas necessidades básicas como: alimentação, transporte e material didático, já que estes são custeados pelos próprios alunos, o que nos leva a refletir sobre a lacuna que o programa de expansão do acesso nos apresenta, uma vez que com a escassez das necessidades básicas supracitadas o aluno dificilmente conseguirá concluir o seu curso de graduação (ALBUQUERQUE, 2017, p. 70).

Para Dutra e Santos (2017), quando se fala em direitos à Assistência Estudantil, em consonância com o PNAES/2010 foi o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014-2024, que destaca como uma de suas Metas, a ampliação da Política de Assistência Estudantil como estratégia para o acesso, permanência e êxito dos discentes mais vulneráveis nos Institutos de Educação, objetivando a redução das desigualdades.

Outro direito que Dutra e Santos (2017) destacam, que ao promover o acesso ao ensino de discentes através da Lei nº 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012 do Ministério da Educação, com renda per capita até um salário mínimo e meio, como público-alvo da Assistência Estudantil de acordo com o PNAES. Público esse que certamente necessitam de maior apoio da Instituição para sua permanência e êxito.

Uma nova fase é apresentada por Braga (2019), denominada “Assistência Estudantil limitada”, que vai de 2016 até o momento atual. Limitada, porque diante do cenário político, do ideário liberal, da lógica do mercado, os serviços e programas da Assistência Estudantil são direcionados a “ações seletivas, focalizadas e imediatas” (BRAGA, 2019, p. 100). Essa proposta de Assistência Estudantil limitada, perpassa por cortes orçamentários na educação pública desde o governo Michel Temer (2016-2018) e continua no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

No dizer de Braga e Prá (2021),

as restrições orçamentárias propostas por medidas provisórias e decretos governamentais, não só restringe o direito à educação, também se limita as possibilidades de permanência estudantil no ensino [...] mediante o contexto político-econômico que não favorece condições de vida dignas para os discentes das famílias pauperizadas da classe trabalhadora que são as que acessam majoritariamente políticas sociais com recortes de renda delimitando assim a fase contemporânea da assistência estudantil limitada (BRAGA; PRÁ, 2021, p. 17).

Essa visão de “Assistência Estudantil limitada”, não é recente. Bem antes que Braga (2019), Santiago (2014) já afirmava, que a Política de Assistência Estudantil apresentava uma concepção limitada, fragmentada e focalizada nos segmentos sociais mais empobrecidos da

população, consequência de uma política de adotar a lógica do menor recurso orçamentário para o maior quantitativo de atendimento, prejudicando a permanência e êxitos dos discentes no ensino, o que subtrai da Assistência Estudantil seu caráter de direito social universal.

Contudo, foi no contexto apresentado por Kowalski (2012) que a Assistência Estudantil foi elevada ao *status* de Política Pública através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234/2010), que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal, por meio de repasse de recursos à instituições para implementação de ações de Assistência Estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência como física e mental, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Na visão de Assis *et al* (2013), foi nesse contexto apresentado por Kowalski (2012) anteriormente, que a assistência estudantil foi batizada na perspectiva do direito social e da cidadania. Pois, apesar de caracterizar-se como uma ação assistencial, ela busca atender as necessidades sociais básicas dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida.

Reforçando o conceito de assistência estudantil como Política Pública de Educação, o documento elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (CONIF), em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), estabelece como um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos discentes, numa perspectiva de educação como direito, como uma formação integral do sujeito (BRASIL, 2011).

De acordo com o FONAPRACE, o conceito de Assistência estudantil, consiste em:

Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Na compreensão de Fonte (2003, p. 25), a Assistência Estudantil pode ser compreendida como “um conjunto de políticas realizadas por meio dos programas de Promoção, Assistência e Apoio que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes”.

Para Vasconcelos (2010) a Assistência Estudantil foi uma conquista fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes, e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino público.

Ainda de acordo com Vasconcelos (2010), a assistência estudantil entendida como direito social tem como objetivo suprir as necessidades básicas dos alunos no decorrer da graduação, a fim de ultrapassar as dificuldades encontradas que interferem no bom desempenho dos estudantes, possibilitando assim, um desenvolvimento acadêmico considerável, e contribuindo para a queda dos índices de abandono e trancamento de matrícula. A autora afirma que a assistência estudantil compreende um leque de ações voltados para os mais diversificados campos da vida do estudante.

No âmbito de educação, Faro (2008) considera a Assistência Estudantil como estratégia de atendimentos aos discentes em diversas situações de vulnerabilidade, possibilitando acesso, permanência e êxito, assim como proporcionando teoria e prática, cidadania com inserção no mundo do trabalho.

Na mesma direção, para Araújo *et al* (2010), Assistência Estudantil visa inclusão à educação, não só no acesso, mas também na permanência através de políticas pública por parte do Estado.

Ferreira e Rosa (2020, p. 12), ressaltam que “sem Políticas de Assistência Estudantil efetivas, centenas de estudantes seriam obrigados a abandonar os estudos, pesquisas e projetos que impactam diretamente na melhora da vida do povo brasileiro”. As autoras reforçam, que por vezes, a Assistência Estudantil torna-se a única fonte de renda dos estudantes.

A Assistência Estudantil, nos termos do Decreto nº 7.234/2010, volta-se para a efetivação do direito social à educação, confirmado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, ratificado no Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA/1990), assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996). Direito social à educação, com princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, art. 206), ratificado no inciso I do artigo 3º da LDB/96 (BRASIL, 1996).

A proposta da Rede Federal está voltada para uma educação técnica de formação integral não fragmentada, com a finalidade de proporcionar uma formação continuada, assim como oportunizar maior democratização de acesso à educação nas mais diversas modalidades e níveis de ensino (IFAM, 2017).

Percebe-se que a maioria dos discentes que ingressam no IFAM trazem consigo uma expectativa positiva em permanecerem e poderem concluir seus estudos com êxito, principalmente os mais vulneráveis em situação social, econômica e cultural.

No entanto, para alcançar seus objetivos, não basta somente garantir o direito à Educação, a democratização de acesso, mas também a permanência e o êxito dos discentes que ingressam na Instituição, em todos os níveis e modalidades de sua oferta.

A Resolução CNE/CBE nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, traz em seu artigo 8º o conceito de permanência como conquista que resulta na qualidade social da educação com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens no ensino e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção da idade/ano/série (BRASIL, 2010).

Ao definir o conceito de Permanência, Cordeiro (2018) descreve como algo que envolve questões que abrange o interior das salas de aula, os espaços e os tempos acadêmicos, assim como a formação docente e seu exercício, as práticas avaliativas, a gestão da educação, suas práticas e tomadas de decisão. Nesse sentido, o aluno deixa de ser o único “culpado” pelo não êxito, pois a responsabilidade passa a ser de todo um sistema. Oliveira (2021, p. 51) destaca, que “permanecer implica se sentir parte do processo, e isso pode ser percebido com a frequência e assiduidade [...] com participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, com a identificação com os cursos, entre outros fatores”.

Ainda sobre a permanência escolar, os programas e ações de Assistência Estudantil podem ser compreendidos como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, assim como o seu acesso aos recursos infraestruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Entretanto, o conceito de permanência, nem sempre esteve ligado à ideia de apoiar o discente e os agentes envolvidos no ensino (OLIVEIRA, 2021).

Para Reis e Tenório (2009) permanecer, significa continuar nos estudos, porém, não no assistencialismo, com prestação de auxílio pontual por parte da boa vontade dos gestores, assim como também, não pode ser pensada como uma política transitória, de governo e sim, como uma política efetiva de Estado, como política pública, que possa garantir e fortalecer a trajetória dos discentes, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e possuindo efetivas dificuldades em permanecer nos estudos e lograr êxito.

Santos (2009), destaca que ao fazer uma reflexão sobre permanência no que se refere ao ensino, devemos ter em mente dois tipos de permanência, a material e a simbólica. Na

permanência material, o autor classifica como as condições objetivas de existência do estudante. Enquanto a permanência simbólica, que diz respeito às possibilidades que os estudantes têm de vivenciar na instituição, assim como identificar-se com o grupo de demais estudantes, ser reconhecido por estes e, portanto, pertencer ao grupo.

Nesse sentido, para Farias (2018) a permanência material do discente é de suma importância. Porém, é necessário o discente ter igual atenção às condições de permanência simbólica em sua trajetória acadêmica.

Enquanto o conceito de êxito, a LDB/96, art. 24, inciso v, enfatiza o aproveitamento dos estudos concluídos. Para Oliveira (2021), o êxito, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, à preparação para o trabalho e para a cidadania, isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar em conjunto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e convicções humanitárias.

Portanto, é imprescindível a permanência, o período que o discente perdure com matrícula ativa, seu percurso desde o ingresso até a conclusão do curso. Como êxito, suas conquistas durante a trajetória acadêmica no ensino, pesquisa e extensão, respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento, voltado para o mundo do trabalho e da cidadania.

A pesquisadora Mello (2009) destaca que o apoio aos estudantes sempre esteve presente na trajetória do IFAM, desde sua gênese. Como exemplo, o Programa Caixa de Mutabilidade criado em 1911 que tinha o objetivo de atender em forma de recursos financeiros aos estudantes pela sua frequência às aulas, proporcionando uma maior presença nos estudos. Outro exemplo, em 1982 foi introduzido o Programa de Bolsa de Estudo, Transporte e Alimentação, voltado para os estudantes considerados de baixo poder aquisitivo. A partir de 2007, foi criado o Projeto Alimentando o Saber, destinado a atender os alunos que precisavam permanecer os dois horários na Instituição. Porém, “o caráter assistencialista na Instituição esteve presente na maioria das ações de seus dirigentes” (MELLO, 2009, p. 179).

Entretanto, é importante refletir que não basta garantir o acesso somente à educação sem dar as devidas condições de permanência e êxito. Por esse motivo, permanência e êxito dos discentes, devem ser pensados enquanto direito.

Neste sentido, a permanência e o êxito acadêmico não dependerá somente do discente, mas também da instituição, promovendo serviços e ações de apoio para que o mesmo possa

desenvolver suas competências e habilidades como acadêmico. Além desse propósito, com estratégia para solucionar o problema de evasão e retenção, em 2017 foi elaborado o Plano de Ações Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos discentes do IFAM, tendo como a principal missão: promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, imbuídos na promoção de formação humana integral dos discentes (IFAM, 2017).

Nessa perspectiva, no âmbito do IFAM, foi instituída a Política de Assistência Estudantil (PAE/IFAM), com finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e êxito educacional, como apoio a formação acadêmica dos estudantes da educação pública federal (IFAM, 2011a).

Por conseguinte, a PAE do IFAM justifica-se pela necessidade de investimento incisivo e garantia ao direito de gratuidade do ensino, para intervir nas vulnerabilidades sociais, tendo como legislações básicas a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o PNAES e suas Diretrizes Nacionais.

Dessa maneira, a Política de Assistência Estudantil do IFAM, tem como objetivo: I – democratizar as condições de permanência e êxito aso estudantes matriculados no IFAM, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social<sup>5</sup>; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso, permanência e êxito dos estudantes; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; IV – contribuir para a promoção da equidade social e para o exercício da cidadania. Segue, estruturada por um conjunto de Princípios: I – Defesa da educação como um direito em compromisso com a formação humana do sujeito; II – Respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, a convivência escolar e comunitária; III – Igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; IV – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos de qualquer natureza; V – Ampliação das condições de continuidade e apoio à formação de estudantes do IFAM; VI – Participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios (IFAM, 2011).

---

<sup>5</sup> Entende-se por vulnerabilidade social aquelas demandas expostas a processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização dos vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros) e territorial (BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004). Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 11 maio 2022.



À vista disso, Silva (2019) vem afirmar que a finalidade, assim como os objetivos da PAE, é desenvolver serviços e programas que contribuam para a efetivação do direito à educação. Concepção essa, fundamental para que a execução dessas ações não aconteça no âmbito do favor, ou seja, do assistencialismo.

Vale ressaltar, que o IFAM deve ofertar uma educação profissional de qualidade, pública e gratuita em todos os níveis e modalidades, para todos, sem exclusão. Que a Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) proporcione uma formação humana e integral do discente no seu desenvolvimento como cidadão, uma formação integral não fragmentada. No entanto, faz-se necessária não apenas a democratização de acesso, como também a permanência e o êxito dos discentes que ingressam na Instituição (IFAM, 2017).

Na compreensão de Imperatori (2017), a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, considerando que faz parte do direito básico do ser humano, como saúde, educação, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Diante disso, é possível observar que a PAE do IFAM preconiza a implementação de diversos Programas, voltadas não somente para o atendimento das necessidades econômico, mas também com ações sociais, culturais, pedagógicas, psicológicas, de saúde, política.

Dentre as ações realizadas pelo IFAM, para a permanência e êxito dos discentes no ensino, pesquisa e extensão, destaca-se as ações do Programa Socioassistencial Estudantil (PSES/IFAM), que visam “amenizar” as necessidades enfrentadas em seu contexto social, econômico, cultural e educacional. PSES do IFAM, o objeto de estudo.

Nessa perspectiva de alcançar objetivos e os princípios no que se refere a Assistência Estudantil que foi citado acima, a PAE do IFAM é composta prioritariamente por dois Programas: o primeiro são os Programas Integrais, que visam ações para atenção integral dos estudantes dando suporte à ações prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos alunos em vulnerabilidade social, através dos Programas: I – Programa de Atenção à Saúde; II – Programa de Apoio Psicológico; III – Programa de Apoio Pedagógico; IV – Programa de Apoio à Cultura e Esporte; V – Programa de Inclusão Digital; VI – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação; VII – Programa de Apoio Acadêmico a Monitoria (IFAM, 2011).

O segundo é composto pelo Programa Socioassistencial Estudantil (PSES), que dispõe de ações voltadas para o suprimento das necessidades socioeconômicas dos estudantes em vulnerabilidade, sendo operacionalizado pela concessão de benefício nas modalidades básico e complementar: I – Benefício Alimentação; II – Benefício Transporte; III – Benefício Moradia;

IV – Benefício Alojamento; V – Benefício Creche; VI – Benefício de Material Didático-Pedagógico e Escolar (IFAM, 2011).

Atrelada a implementação, o PNAES, sendo um Programa em âmbito Federal, sua execução e operacionalização ocorre de forma descentralizada (BRASIL, 2010). A nível Institucional, “a operacionalização da PAE do IFAM, ocorre de forma sistemática, respeitando a constituição de uma equipe mínima de trabalho em cada Campus” (IFAM, 2011). Ou seja, apesar da implementação da PAE do IFAM ter sido em 2011, somente em setembro de 2016 que foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAES), através da Portaria nº 1.981/2016-GR-IFAM.

Hoje, o DAES faz parte da estrutura organizacional do IFAM, subordinada à Pró-Reitora de Ensino (PROEN) e Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA). No primeiro momento, o DAES, foi criado com o objetivo de desenvolver o Plano de Assistência Estudantil do IFAM a nível sistêmico; além de atuar na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das ações da Assistência Estudantil, também, de orientar e dar suporte as equipes multiprofissionais dos Campi.

Assim, como estratégias para permanência e êxitos dos discentes na Educação Profissional Tecnológica (EPT) surgem as ações do Programa Socioassistencial, com operacionalização e execução da equipe sistêmica de cada Campi, como mostra a próxima seção sobre o Programa Assistencial para melhor compreender o PSES do IFAM/Campus Tefé.

#### 2.1.2 O Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé.

O PNAES (BRASIL, 2010), no art. 4º, reforça a necessidade de as ações de assistência estudantil serem executadas pelas instituições, de acordo com suas especificidades, áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

A nível de instituto, o PSES do IFAM, tem como objetivo “subsidiar um conjunto de ações que envolvam iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas dos discentes, prioritariamente, em situações de vulnerabilidade” (IFAM, 2017b, p. 131).

Por conseguinte, as minutas dos editais do IFAM sobre o PSES, são realizadas por uma Equipe Sistêmica do IFAM, que faz parte do DAES ligado a Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) e a Pró-Reitoria de Ensino do IFAM. No momento, o DAES é composto por Assistente(s) Social(is) e Psicólogo(a). Um dos objetivos do DAES/DGA é a elaboração,

execução, monitoramento e avaliação do recurso da Assistência Estudantil, das ações do Programa Socioassistencial Estudantil, assim como avaliar e deliberar sobre qualquer demanda de solicitação de benefício socioassistencial protocolado pelo discente (IFAM, 2017).

A concessão de Benefício(s) e/ou ajuda de custo do PSES aos discentes do IFAM, são regidos por meio de Editais Normativos e executado por cada Campus, com responsabilidade de realizar o planejamento, coordenação e execução de todo processo de seleção dos discentes que solicitarem os benefícios, assim como também, ser transparente na publicidade, tais como: divulgação, análise, publicação dos resultados, dentre outras (IFAM, 2017b).

Nesse sentido, aos Campi, o DAES solicita atenção ao item 12 do Parecer da Procuradoria Geral do IFAM:

Apresenta regularidade em linhas gerais, mas saliento que análise ora realizada se limita ao aspecto meramente formal da minuta sob a perspectiva de vir a ser utilizada como referência para os editais a serem efetivamente elaborados e aplicados pelos campi, sendo que cada processo deverá ser previamente instruído com:

- a) estudo ou planejamento administrativo e acadêmico cabível, demonstrando, dentre outras questões, as disponibilidades e possibilidades administrativas, o universo de alunos a serem atendidos, os parâmetros objetivos a serem empregados para a escolha dos tipos benefícios a serem oferecidos concretamente, para a classificação da vulnerabilidade social, haja vista tratar-se de critério de seleção dos interessados, e tudo quanto mais interesse à motivação dos atos a serem praticados;
- b) justificativa dos valores individuais dos benefícios;
- c) indicação da dotação orçamentária, observado o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000; e
- d) aprovação motivada da autoridade administrativa competente (PARECER Nº 00004/2019/GAB/PF/IFAM/PGF/AGU).

Nessa abordagem, o PSES vem proporcionar aos discentes, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, minimizar os efeitos das desigualdades sociais, regionais, territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito, bem como contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação, seja no ensino, pesquisa ou na extensão (IFAM, 2011).

Amaral e Nascimento (2010), reafirmam a importância de programas e projetos na Assistência Estudantil, sendo política essencial no contexto do ensino, pesquisa e extensão, instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas.

A partir dessa perspectiva, segundo Santos (2017), o PSES do IFAM é ofertado para os discentes na modalidade de Benefício Básico e Benefício Complementar. Benefício Básico: Alimentação, Transporte, Moradia, Alojamento, Creche, Material Didático-Pedagógico e Escolar; Benefício Complementar: Benefício Emergencial.

Portanto, a PAE do IFAM prevê sua materialização por meio do Programa Socioassistencial Estudantil, conforme observado no Quadro 1:

**QUADRO 1 – PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL DO IFAM – BENEFÍCIOS**

<b>BENEFÍCIO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Alimentação	Garantir a permanência e o êxito dos(as) estudantes em seu curso compreendendo a concessão de alimentação.
Transporte	Apoiar o(a) estudante, em situação de vulnerabilidade social, no que condiz ao seu acesso, permanência e êxito educacional.
Moradia	Apoiar o(a) estudante, em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, por não possuir qualquer apoio familiar ou de terceiros para garantir sua moradia no município em que irá estudar seu curso no IFAM.
Alojamento	Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade social, com custeio de despesas educacionais decorrentes de condições de internato em alojamento, tais como, custeio de produtos pessoais de higiene.
Creche	Apoiar o(a) discente, em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua um responsável ou cuidador direto para seu(s) filho(s) no horário em que frequenta o curso no IFAM.
Material Didático-Pedagógico e Escolar	Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade social, para custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático-pedagógico e escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM.
Emergencial	Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade de extrema pobreza socioeconômica ou em eminência de agravo da situação social.

**Fonte:** Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011; SANTOS (2017).

Vale ressaltar, que a concessão de qualquer benefício aos discentes poderá ser realizada, prioritariamente, via “modalidade prestação de serviços” e sendo a modalidade “repasso financeiro direto ao discente beneficiário” uma exceção, a qual deverá ser devidamente justificada pela Gestão e Serviço Social do Campus. Lembrando, que o discente deverá fazer jus somente a uma das modalidades (IFAM, 2021).

O Benefício Alimentação, para discentes que não dispõe de meios para custear sua alimentação durante o período em que estiver em atividade acadêmica no Campus, poderá ser concedido mediante modalidade “prestação de serviços”, podendo ocorrer por fornecimento de refeição ou *kit*/cesta de alimentação escolar direto ao discente através de contratação de empresa terceirizada ou acordo de Cooperação Técnica com Prefeituras ou Secretarias de Educação no Município, que forneçam o serviço nas dependências do Campus, ou de fornecimento de refeição diretamente ao discente, subsidiada, manipulada e produzida dentro e pelo próprio Campus; ou mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente” na condição de ajuda de custo para o discente alimentar-se em seu turno de aula no Campus, somente quando da impossibilidade do Campus atendê-lo via “fornecimento direto do serviço” (IFAM, 2021).

O Benefício Transporte tem como objetivo contribuir para o deslocamento do discente que não dispõe de meios para provê-lo, no percurso de sua residência até o Campus e poderá ser concedido mediante modalidade “prestação de serviços”, podendo ocorrer por fornecimento de transporte via condução escolar pelo Campus; ou mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente” na condição de ajuda de custo para o custeio de seu deslocamento até o

Campus, ou o repasse poderá ser realizado de forma direta, mediante processo licitatório, à empresa terceirizada (IFAM, 2021).

O Benefício Moradia é um subsídio ofertado ao discente de outro município e/ou por não possuir qualquer apoio familiar ou de terceiros para garantir sua moradia na cidade em que irá frequentar o seu curso no IFAM, e mediante a impossibilidade do IFAM não assisti-lo em forma de internato (alojamento), poderá ser concedido mediante modalidade “prestação de serviços”, no regime de internato do Campus, mediante o oferecimento de moradia e alimentação nas dependências do Campus; ou poderá ser concedido ao discente mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente”, como forma de ajuda de custo para que o discente possa complementar o valor de seu aluguel no município onde está localizado o Campus (IFAM, 2021).

O Benefício Alojamento é um auxílio voltado ao discente, para auxiliar na aquisição de materiais de uso pessoal que contribua nas despesas educacionais, para sua higiene, proteção, saúde e segurança, imprescindíveis à sua condição de discente inserido no Regime de Internato no Campus e poderá ser concedido mediante modalidade “prestação de serviços”, podendo ocorrer por distribuição mensal pelo Campus do *kit* de material de uso pessoal ao discente inserido no sistema de internato; ou mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente” inserido no sistema de internato, de forma que o mesmo possa adquirir seu *kit* com materiais de uso pessoal (IFAM, 2021).

O Benefício Creche, consiste mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente”, a título de ajuda de custo para apoiar e custear responsável por seu(s) filho(s) até seis (06) anos de idade, no horário em que frequentar o curso no IFAM (IFAM, 2021).

O Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar, é um recurso ao discente para custear nas despesas no ensino e poderá ser concedido mediante modalidade “prestação de serviços”, na distribuição semestral pelo Campus do *kit* Material Didático-Pedagógico e Escolar ao discente; assim como, a aquisição de equipamentos de suporte ao ensino remoto e inclusão digital: *tablets*, cartões de memórias, *chips* e pacotes de *internet*; ou mediante modalidade “repasso financeiro direto ao discente”, na forma de ajuda de custo para que o mesmo possa adquirir seu *kit* Material Didático-Pedagógico e Escolar (IFAM, 2021).

O Benefício Emergencial é um incentivo que auxilia o atendimento da necessidade do discente, que mesmo recebendo o benefício básico continua em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e poderá ser concedido ao discente mediante modalidade

“prestação de serviços” ou “repasso financeiro direto ao discente”. Tem caráter temporário, eventual (SANTOS, 2017).

No IFAM/Campus Tefé, o processo de inscrição para participar da concessão de Benefício e/ou ajuda de custo do Programa Socioassistencial Estudantil no período de 2014 a 2019, foi realizado no próprio Campus, dias e horários previstos no edital, com apoio de uma Comissão Local. A partir de 2020, por orientação da Procuradoria Geral do IFAM (PARECER Nº 00004/2019/GAB/PF/IFAM/PGF/AGU), em prol de uma melhor transparência do recurso da Assistência Estudantil, o processo seletivo referente o PSES é informatizado com inscrição e seleção *online* via Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica (SIGAA) – Portal do Discente. Sobre esse processo de acesso, a descrição estará na subseção 2.1.3.

O PSES é destinado a todos os níveis de modalidade de ensino, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com renda *per capita* mensal até um salário mínimo e meio, oriundos da rede pública de ensino, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM (IFAM, 2021).

Sobre o número de discentes beneficiados pelo PSES, será definido de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros previstos na Matriz Orçamentária para o exercício de cada ano, assim como o valor de cada benefício e o limite máximo mensalmente para cada discente, será conforme disponibilidade orçamentária de cada Campus. Em 2021, por exemplo, Benefício Alimentação: valor de até R\$ 240,00 mensal; Benefício Transporte: valor de até R\$ 176,00 mensal; Benefício Moradia: valor de até R\$ 253,00 mensal; Benefício Alojamento: valor de até R\$ 112,00 mensal; Benefício Creche: Valor de até R\$ 253,00 mensal; Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar: valor de até R\$ 134,00 mensal. Sendo o teto do conjunto de benefícios concedidos a cada discente, valor de até R\$ 471,00 mensal (IFAM, 2021).

De acordo com Anjos, Nascimento e Andrade (2021), o Programa Assistencial Estudantil (PAES), trata-se de um programa seletivo que atua sobre a desigualdade social vivenciada pelos estudantes, oriunda das sequelas da questão social e de seus desdobramentos de exploração da sociedade capitalista sobre o ser humano. Nesse sentido, os autores concluem dizendo que, apesar de não ser um programa universal, por ser seletivo, é um programa que atua na democratização do ensino e possibilita que o discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica e familiar, por meio de benefícios sociais tenha acesso à educação de qualidade.

Com isso, Braga (2018, p. 32) vem reforçar que “as ações de assistência estudantil geram um impacto positivo no cotidiano dos discentes, mesmo [...], através de ações focalistas, pontuais e imediatas”.

Diante do exposto, constata-se no Relatório de Gestão do IFAM/Campus Tefé, ano de 2014, que o quadro de servidores do IFAM/Campus Tefé, ainda não contava com uma equipe multiprofissional. Por esse motivo, o Programa Socioassistencial Estudantil foi analisado e avaliado pela Equipe de Assistentes Sociais da Reitoria do IFAM, que fazem parte do DAES. A nível local, o Programa Socioassistencial Estudantil ficou sob a responsabilidade de monitoramento e acompanhamento de uma servidora do Campus Tefé.

Com a realização do concurso para o IFAM/Campus Tefé no final de 2014, deu-se a chegada da equipe multiprofissional em 2015 (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Enfermeira, Técnico de Enfermagem, Técnico de Assunto Educacional e Assistentes de Alunos). A partir de então, foi possível acompanhar a operacionalização do PSES, desde a participação na Comissão Local no Processo de Inscrição, além do monitoramento e avaliação, visando cumprir as ações propostas pela PAE do IFAM. Na Assistência Estudantil, o suporte dos profissionais da Equipe Multiprofissional é de fundamental importância, como por exemplo: apoio ao acesso aos benefícios do PSES, assim como orientações sobre seus direitos e deveres sobre a PAE do IFAM.

Seguindo orientação do DAES, assim como da Procuradoria Federal, o IFAM/Campus Tefé, desde a sua implementação (2014), visando “assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos, comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social” (CARVALHO, 2020, p. 70), proporcionou aos discentes, benefícios de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) que prevê sua materialização por meio do PSES. Como pode-se observar no quadro 2, os benefícios concedidos aos discentes de 2014 a 2021, hora por modalidade repasse “financeiro direto” e hora por modalidade de “prestação de serviços”:

**QUADRO 2 – IFAM/CAMPUS TEFÉ – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS DISCENTES: 2014-2021**

<b>Ano Letivo</b>	<b>Nº Discentes Matriculados</b>	<b>Benefício Alimentação</b>	<b>Benefício Transporte</b>	<b>Benefício Moradia</b>	<b>Benefício Creche</b>	<b>Benefício Material Didático Pedagógico</b>
2014	200	38	57	00	00	71
2015	345	106	130	00	00	62
2016	604	347	233	01	00	343
2017	769	649	352	29	00	342
2018	581	442	303	05	00	125
2019	573	573	343	00	03	573
2020	472	472	472	00	04	200
2021	525	525	60	00	00	419

**Fonte:** Relatório (s) do Núcleo de Serviço Social, de 2014 a 2021 (IFAM/CTFF).

Constata-se através dos Relatórios do Núcleo de Serviço Social do IFAM/Campus Tefé, no período de 2014 a 2016, que todos os benefícios concedidos aos discentes, foram realizados na forma de modalidade “repasso financeiro direto ao discente”.

No período de 2017 a 2021, foram realizados, prioritariamente, na modalidade “prestação de serviços”. O Benefício Alimentação, maior parte do tempo foi ofertado aos discentes diretamente ao discente, subsidiada, manipulada e produzida dentro e pelo próprio Campus, com acompanhamento de uma servidora nutricionista do IFAM/Campus Tefé. O Benefício Transporte, via condução escolar pelo próprio Campus (ônibus escolar). O Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar, via distribuição de *kit* para cada discente (fardamento, caderno, borracha, lápis, dentre outros).

No período da pandemia (COVID-19), de 2020 a 2021, com exceção dos evadidos, todos receberam apoio do IFAM/Campus Tefé.

Importante salientar que, ano letivo de 2020, a oferta dos benefícios realizados pela modalidade “prestação de serviço”, são ofertados diretamente aos discentes, no dia a dia, como alimentação escolar (merenda) e o transporte (ônibus escolar). Enquanto que na modalidade “repasso financeiro”, mesmo sendo direto para o discente, na maioria das vezes, o recurso (R\$) demora sair, considerando que tem de ocorrer acompanhamento da frequência e rendimento escolar (monitoramento), sendo uma das condicionalidades do PSES. E, não tendo a merenda e o ônibus escolar ou o recurso financeiro na família, a permanência e êxito fica ameaçado para o discente. Daí a importância de a Instituição dar a prioridade em ofertar na modalidade “prestação de serviço”.

A pandemia da COVID-19 afetou profundamente a vida de todos, tanto a nível internacional, nacional e local, principalmente na educação. Com a política de distanciamento, ocorreu a necessidade do isolamento social. E como consequência, a suspensão de aulas e o fechamento de escolas.

No IFAM/Campus Tefé, o fechamento ocorreu a partir de 17 de março de 2020. Com o passar dos dias, ou melhor, de meses, por orientação superior (Portaria MEC Nº 544, de 16/06/2020, Portaria Nº 1.038, de 07/12/20 e Parecer CNE/CP nº 11/2020) ocorreram as aulas remotas, com uma metodologia de Atividades Pedagógicas Não Presencial (APNP), o que veio ratificar com a Resolução nº 36-CONSUP/IFAM, de 02 de julho de 2021. De acordo com Relatório do Núcleo de Serviço Social do IFAM/Campus Tefé, essas mudanças ocasionaram vários impactos na educação dos estudantes, uma delas foi a necessidade da adaptação do mundo digital.



Diante dessa realidade, o Serviço Social, com apoio da direção e dos demais membros da equipe multiprofissional do Campus, realizaram várias estratégias e ações voltadas para os discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado e Subsequente. Estratégias e Ações que fazem parte da Política de Assistência Estudantil do IFAM no dia a dia, mais que nesse período da pandemia, foi de fundamental importância para permanência e êxito dos discentes no contexto da Educação Profissional Tecnológica (EPT), para a garantia de direito. Dentre as ações, destaca-se: a realização de acompanhamento, orientação e apoio (Núcleo de Enfermagem, Núcleo de Psicologia, Núcleo de Nutrição e Núcleo de Serviço Social).

Por parte do Serviço Social, foram realizados levantamento do perfil socioeconômico dos discentes, orientação para solicitação de auxílio emergencial, busca ativa (visita domiciliar) aos discentes que não estavam realizando as APNP e para entrega de merenda escolar, acompanhamento, orientação e apoio de discentes em situação socioeconômica vulnerável, encaminhamento de discentes e/ou responsável legal para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para inclusão de Programas Sociais a nível municipal, estadual e federal. Bom destacar, que diante da realidade da COVID-19, a maioria dos atendimentos, orientações e acompanhamentos foram realizados via *whatsapp*, e quando presencial (busca ativa/visita domiciliar) foram realizadas de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

Para Ferreira e Rosa (2020), o grande desafio no período da pandemia (COVID-19) foi “promover aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica a oportunidade de continuar seus estudos em caráter remoto”. No caso do IFAM/Campus Tefé, um dos maiores desafios no período da COVI-19, foram especialmente para discentes residentes na zona rural (ribeirinha e estrada) e dos municípios próximos de Tefé (Alvarães, Uarini, Maraã, Fonte Boa, Japurá e Juruá).

Nesse sentido, pode-se dizer, que o IFAM/Campus Tefé, no período da pandemia, não foi diferente dos demais municípios brasileiros, como bem reforça Sakai (2021, p.173), que “no Brasil, onde a desigualdade social é profunda, a educação tem sido uma das áreas mais afetadas pelas consequências da pandemia. [...] O desafio hoje se faz na busca por garantia de acesso, permanência e manutenção dos vínculos dos alunos com as escolas”.

Nesse contexto, para Silva e Carvalho (2020, p. 23), “as políticas que visam possibilitar o acesso e permanência devem ser mantidas, intensificadas, ampliadas e melhoradas, para que possam promover a inclusão daqueles que sempre foram impedidos de chegar a esse nível de ensino”.

E com o objetivo de dar suporte aos discentes que participam do PSES, o IFAM/Campus Tefé (ano letivo de 2021) havia cinquenta e um (51) servidores, dois quais, uma Equipe Multiprofissional no Campus, composto por: 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 01 Nutricionista, 01 Enfermeira, 01 Técnico de Enfermagem, 03 Pedagogos, 03 Assistentes de Alunos, 01 Técnica em Assuntos Educacional. A Equipe Multiprofissional tem a missão no PSES, de realizar o monitoramento, acompanhamento, avaliação e buscar estratégias para permanência e êxito dos discentes.

### 2.1.3 Concessão dos Benefícios (Forma de Acesso) ao Programa Socioassistencial Estudantil no IFAM.

Para a concessão de benefícios na assistência estudantil, requer primeiramente, recurso financeiro. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece que os recursos para o PNAES serão repassados a cada instituição federal de ensino, as quais deverão implementar as ações de assistência estudantil, de acordo com suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Ao poder executivo, a responsabilidade de compatibilizar a quantidade de beneficiários com as cotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. Com o recurso orçamentário, caberá a cada instituição federal de ensino definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados (BRASIL, 2010).

A partir dessa exposição, no dizer de Dutra e Santos (2017), o financiamento da assistência estudantil, é de responsabilidade do Estado e a implantação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa, de competência das Instituições de Ensino, com base nas necessidades dos discentes.

No que compete ao IFAM, o processo de seleção para a concessão de benefício e/ou ajuda de custo do PSES, é lançado através de edital por cada Campi, após minuta sobre o PSE do DAES a nível sistêmico do IFAM, sendo normalmente início do ano letivo e/ou a cada início do semestre. Fazem parte do Programa Socioassistencial Estudantil, os benefícios: alimentação, transporte, moradia, alojamento, creche e material didático-pedagógico e escolar (IFAM, 2021).

Conforme já mencionamos na introdução, a partir de dois mil e vinte (2020), o discente do IFAM que desejar solicitar qualquer benefício, tem de entrar no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica (SIGAA) - Portal do Discente, e realizar Adesão ao Cadastro, preenchimento do Questionário Socioeconômico e Solicitação de Bolsa Auxílio, além de

anexar em *Portable Document Format (pdf)*, todos os documentos que comprove sua situação socioeconômica familiar. Caso não consiga comprovar, o parecer social será indeferido. “Isso pressupõe que, para acessar um direito, o estudante precisa comprovar a sua necessidade e, para isso, o seu relato não é suficiente” (SOUZA; SOARES, 2021, p. 57).

Diante dessa realidade, para Souza e Soares (2021, p. 57), “não raro, no cotidiano laboral ouvem-se muitas reclamações sobre essa etapa da seleção, nas quais são apontados excessos de exigências documental”.

Nos termos do PNAES (BRASIL/2010), a Assistência Estudantil, vincula-se as ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão. E seguindo o que determina o PNAES, mais precisamente o artigo 5º, o PSES do IFAM, tem como público-alvo

[...] prioritariamente a todos os discentes com renda familiar per capita mensal de até um salário mínimo e meio, **prioritariamente** aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme o que estabelece a Política de Assistência Estudantil do IFAM (IFAM, 2021, p. 1).

Como requisito para a inserção no PSES do IFAM, o estudante deve estar devidamente matriculado e frequentando as atividades, realizar cadastro social e entrevista junto ao Serviço Social (quando necessário), estar em vulnerabilidade social, prioritariamente, em situação socioeconômica mínima, ser estudante oriundo da rede pública de educação básica, possuir renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, e não estar sendo vinculado a outros Programas/Projetos que conceda benefícios de mesma natureza que o Programa Socioassistencial Estudantil (IFAM, 2021).

No que se refere a comprovação socioeconômica, Souza e Soares (2021), reforça a necessidade de ir além da análise de renda *per capita* familiar, como situação social: origem escolar, situação de trabalho, doença do estudante que impacta na dinâmica familiar, doença em pessoa da família que impacta na dinâmica familiar, pessoa da família com deficiência que impacta na dinâmica familiar; zona de residência, moradia de origem, meio de transporte necessário para o deslocamento, participação em programas sociais, se possui idoso com 60 anos ou mais na família, fragilização de vínculos afetivos familiares, se possui gestante na família e informações adicionais, referentes a aspectos de vulnerabilidade social não contemplados nos itens predefinidos.

Já na entrevista é possível o(a) Assistente Social “realizar uma escuta qualificada e estabelecer uma relação dialógica intencional com o usuário, através da qual se busca conhecer a realidade social, econômica, cultural e política onde este está inserido e que incide direta ou indiretamente sobre as suas demandas” (LAVORATTI, 2016, p. 82). Pois, para Lewgoy e

Silveira (2007), a entrevista é um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelece entre a realidade e os sujeitos sendo eles individuais ou coletivos.

Para ter direito e permanecer participando do PSES do IFAM, o estudante deve além de realizar cadastro e efetivar a solicitação de benefício e enviar todos os documentos necessários à inserção no Programa, deve também, comunicar ao Serviço Social qualquer mudança na situação socioeconômica e familiar, comunicar a desistência do curso, trancamento de matrícula ou o desligamento do IFAM; cumprir as Normas Disciplinares da Instituição, cumprir as atividades acadêmicas de seu curso, devendo apresentar quando solicitado o seu boletim, frequentar as aulas com assiduidade igual ou superior a 75% por disciplina; ser aprovado, acompanhar as informações a respeito da Política de Assistência Estudantil; atender as convocações e solicitações feitas pelo Serviço Social/Equipe Multiprofissional; frequentar as aulas/atividades de reforço/atendimento docente quando for detectado baixo rendimento escolar; manter atualizados os dados no SIGAA e utilizar o(s) benefício(s) como estudante somente para destinação de custeio de despesas educacionais (IFAM, 2021). Como se constata, para permanecer no Programa Socioassistencial Estudantil, o estudante deve obedecer aos critérios, condicionalidades, como frequência (75%) e aproveitamento acadêmico suficiente (60%) do número de disciplinas matriculadas no período.

Sobre a concessão de benefícios, em 19 de março de 2020, o IFAM/Campus Tefé publicou o Edital nº 003/2020/Campus Tefé, referente ao Processo de Seleção para a Concessão de Benefício do Programa Socioassistencial Estudantil – Ano Letivo de 2020. De acordo com o Relatório de Prestação de Conta do Programa Socioassistencial Estudantil (PAES) do IFAM/Campus Tefé, referente ano letivo de 2020, realizado pelo Núcleo de Serviço Social, os discentes solicitaram os Benefícios via – SIGAA/Portal do Discente, conforme o edital. Dos Discentes Matriculados/Cursando no IFAM/Campus Tefé – ano letivo 2020.1, do total de 472 discentes (Integrados: 295 e Subsequentes: 177), realizaram somente Questionário Socioeconômico e solicitaram benefícios, via SIGAA, 65 discentes, sendo: Auxílio Alimentação, 41 discentes; Auxílio Transporte, 43 discentes; Auxílio MDP, 30 discentes; Auxílio Creche, 04 discentes e Auxílio Moradia, 00 discentes. Todavia, devido a Pandemia (CORONAVÍRUS), as aulas foram suspensas a partir de 18/02/2020 e por esse motivo, foram suspensas o repasse direto de dinheiro aos discentes.

No entanto, antes da pandemia (COVID-19), é perceptível, que o IFAM/Campus Tefé, seguiu o Edital nº 003/2020/Campus Tefé, referente ao Processo de Seleção para a Concessão

de Benefício do Programa Socioassistencial Estudantil – Ano Letivo de 2020. Benefício Alimentação, foi concedido de acordo com o edital, item: 2.1.2, c: “Fornecimento de refeição diretamente ao discente, subsidiada, manipulada e produzida dentro e pelo próprio Campus”. O mesmo ocorreu com o Benefício Transporte, item: 2.2.1, b: “Fornecimento do serviço de transporte via condução escolar pelo Campus”. Ou seja, ambos foram ofertados a todos os discentes (Integrados: 295 e Subsequentes: 177), no total de 472 discentes. No que se refere o Benefício Material Didático Pedagógico (MDP), foi ofertado de acordo com o edital, item: 2.6.1, b: “Distribuição semestral pelo Campus do *kit* Material Didático-Pedagógico e Escolar ao discente”. Ofertado somente aos discentes do primeiro ano (Integrados: 120 e Subsequentes: 80), no total de 200 discentes. O *kit* de MDP foi composto por: Mochila - personalizada; Caderno 12 matérias – capa personalizada - 240 fls; Caneta Esferográfica; Lapiseira, material metal, diâmetro carga: 0,7mm; Grafite, diâmetro 0,7mm – com 12 pontas; Régua comum: 30cm; Borracha escolar apagadora com capa; Caneta Marca Texto em Gel; Corretivo Líquido a base de água: 18ml; Pen Drive: 32GB; Camisa Manga Longa e Curta Personalizada.

Vale ressaltar, que devido a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), as aulas de forma presencial no IFAM/Campus Tefé, ocorreram de 04/02 a 17/03/2020, período onde foram ofertados: Alimentação (merenda escolar) e Transporte (ônibus escolar) pelo próprio Campus, com recurso da PAE, para todos os discentes do IFAM/Campus Tefé, conforme já mencionado anteriormente e pode-se conferir no quadro 1. Isso porque, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 208, VII, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), artigo 4º, VIII, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), artigos 4º e 54, VII, é dever do Estado ofertar, garantir e assegurar a todos da educação básica, alimentação, transporte e material didático pedagógico. A lei é clara e objetiva, é direito de todos (universal), independentemente de suas singularidades. Por esse motivo, no IFAM/Campus Tefé, todos os alunos foram contemplados com alimentação (merenda) e transporte (ônibus escolar).

Como bem destaca Antunes (2021, p. 49), “[...] não defendemos que todo e qualquer programa seja voltado apenas para o estudante desfavorecido, defendemos que o recurso da assistência seja utilizado, de forma prioritária, para o público-alvo do PNAES”.

Ainda no ano letivo de 2020, no período da Pandemia (COVID-19) em que as aulas foram realizadas de forma não presencial, foi constatado no Relatório do Núcleo de Serviço Social, que o Núcleo de Nutrição, juntamente com o Núcleo de Serviço Social que foram feitas as visitas domiciliares para entrega de Gêneros Alimentícios (cesta básica) para cinquenta e seis (56) discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, após avaliação e Parecer Social

realizado pelo Assistente Social do IFAM/Campus Tefé. Estes alimentos estavam em estoque no depósito da cozinha do IFAM/Campus Tefé para serem usados na merenda escolar, comprado com recurso do PAES.

Por conseguinte, o acesso ao auxílio alimentação (cesta básica) nesse período da pandemia (COVID-19) foi restrito aos discentes considerados mais vulneráveis, tendo em vista que os recursos destinados à Assistência Estudantil não foram suficientes para atender a demanda dos mais de 96% de discentes do IFAM/Campus Tefé (ano letivo 2020), com renda familiar *per capita* menor que um salário mínimo e meio, ameaçando assim a permanência e êxito dos discentes no ensino, pesquisa e extensão, no mundo do trabalho, especialmente nesse período de pandemia, pois o reflexo é evidente nos mais vulneráveis.

Referente ao Processo de Seleção para a Concessão de Benefício do Programa Socioassistencial Estudantil – Ano Letivo de 2021, o IFAM/Campus Tefé publicou o Edital nº 004/2021/Campus Tefé. Por meio do SIGAA-Portal do Discente, somente cento e quarenta e nove (149) discentes solicitaram e foram contemplados com o benefício material didático-pedagógico, na forma de repasse direto ao discente no valor de até R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) mensais como forma de ajuda de custo para que o mesmo possa adquirir seu *kit* Material Didático-Pedagógico e Escolar, no período de julho a dezembro de 2021. Assim como também, somente sessenta (60) alunos solicitaram e foram contemplados com o benefício transporte, a partir do retorno das aulas presenciais (25/10/2021) até final do ano letivo, porém, por não ter tempo hábil para a renovação do contrato do motorista, a forma de beneficiar os alunos foi com o repasse direto ao discente do valor de até R\$ 176,00 (cento e oitenta reais), pois com esta ação o aluno recebe uma ajuda no seu deslocamento. Diante disso, ao todo foram cinquenta (50) discentes contemplados, no valor de até R\$ 100,00 mensal a cada discente residente nos bairros distantes na sede de Tefé, R\$ 120,00 mensal a cada discente que reside nos bairros que necessitam atravessar o lago de Tefé, e R\$ 150,00 mensal a cada discente que reside nas comunidades ribeirinhas ou estrada (Emade ou Agrovila), considerando que ano de 2021, em Tefé, a gasolina iniciou o ano a R\$ 4,00 e findou de R\$ 7,50 o litro. Essa realidade, elevou o valor da corrida do mototaxista de R\$ 3,00 para R\$ 4,00, e para estrada, a corrida chegou de R\$ 10,00 a R\$ 15,00. Os que residem nas comunidades ribeirinhas, não gastam menos que dois (02) litros de gasolina para ida e volta por dia, sem mencionar dos que residem no município de Alvarães que tem de atravessar o lago de Tefé e pegar 15 km de estrada até chegar a sede da cidade, chega a gastar mais de R\$ 30,00 por dia.

Sobre o benefício alimentação (cesta básica), informações do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e do Núcleo de Nutrição do Campus Tefé, no período da pandemia de 2021, foram entregues mil e treze (1.013) cestas básicas aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica: 04/2021, total de 392 cestas básicas; 07/2021, total de 357 cestas básicas, e em 10/2021, total de 264. Cestas básicas, que eram para alimentação (merenda escolar) no retorno das aulas. Mas por motivo da pandemia (por não ocorrer o retorno das aulas presenciais), os envolvidos e responsáveis por esta situação, optaram em entregar para os discentes mais vulneráveis. Pois, foi de suma importância para os discentes continuarem seus estudos, mesmo em caráter remoto, com as Atividades Pedagógicas Não Presencial (APNP).

De acordo com o Relatório do Núcleo de Serviço Social do IFAM/Campus Tefé, sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no que se refere o período da pandemia, somente 25% dos discentes relataram terem acesso à *internet* em suas residências, 3% a computador, 23% a notebook e 82% a celular. Bom lembrar que os aparelhos supracitados, na maioria das vezes, são de uso familiar (para todos em casa), considerando a realidade socioeconômica familiar. Nesse sentido, de acordo com Anjos, Nascimento e Andrade (2021, p. 36), no período da COVID-19, “a assistência estudantil é concedida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos estudantes”.

Considerando a vulnerabilidade socioeconômica (97%) dos discentes do IFAM/Campus Tefé – Ano Letivo 2021 (Relatório do Núcleo de Serviço Social do IFAM/Campus Tefé/2021), que na maioria das vezes, impossibilita ter acesso a um celular e a *internet*, com objetivo de proporcionar permanência dos discentes e apoiar nas Atividades Pedagógicas Não Presencial (APNP), o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), através do Portaria nº 38-PROEN/IFAM, de 27 de maio de 2021, ofertou *chips*, *tablets* e cartão de memória para os discentes com *renda familiar* per capita até um salário mínimo e meio (R\$ 1.650,00). No IFAM/Campus Tefé, Ano Letivo 2021; foram entregues: duzentos e noventa e sete (297) *chips* com crédito e quatrocentos e dezenove (419) *tablets* acompanhado de cartão de memória, para os discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada: Informática (97), Administração (98), Agropecuária (105) e dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente: Agroecologia (41), Floresta (52) e Vendas (26). Ainda em 2021, foram entregues aos discentes dos primeiros anos, oitenta e oito (88) *Kits* de Material Didático-Pedagógico (MDP), contendo: 01 caderno de capa dura (240fls), 01 lápis, 01 régua e 01 garrafa de água padronizada (IFAM/Campus Tefé) aos discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada: Informática (26), Administração (31) e Agropecuária (31). Assim como,

trezentos e dezoito (318) discentes das demais turmas de 2021, receberam *kits* de Material Didático-Pedagógico (MDP), contendo: 01 bolsa com a logomarca do IFAM/Campus Tefé, 01 copo personalizado, 02 máscaras de tecido personalizados, 01 lápis, 01 caneta, 01 borracha, 01 grafite e 01 apontador.

Vale ressaltar, que isso foi possível, graças ao recurso da Política de Assistência Estudantil do IFAM/Resolução nº 13-CONSUP/IFAM-2011 e o Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação”. Ou seja, tem a finalidade de contribuir para a permanência e êxitos dos discentes nas instituições de ensino. No entanto, cabe salientar, que apesar da oferta de *tablets* e cartão de memória pelo IFAM, devido as operadoras não oferecerem uma *internet* de qualidade, muitos não conseguiram acompanhar as Atividades Pedagógicas Não Presencial (APNP), tendo a necessidade de comparecer ao Campus para receber os materiais de estudos. Essa realidade ocorre, principalmente com os discentes que residem em comunidades distantes (zona rural ribeirinha e estrada). Todavia, com objetivo de proporcionar condições aos discentes em situação de vulnerabilidade, o IFAM/Campus Tefé ofertou, através do PSES, benefícios de Alimentação, Transporte e Material Didático-Pedagógico e Escolar, nos anos de 2020 e 2021, de acordo com o Quadro 3.

**QUADRO 3 – IFAM/CAMPUS TEFÉ – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS DISCENTES: 2020-2021**

Ano Letivo	Discentes Matriculados	BENEFÍCIOS		
		Alimentação	Transporte	Material Didático-Pedagógico
2020	472	(Merenda Escolar) 472 (até 17/02/20)	(Ônibus Escolar) 472 (até 17/02/20)	(Kit MDP) 200
		(Cesta Básica) 56		
2021	525	(Cesta Básica) 1.013	Em Espécie (R\$) 60	Em Espécie (R\$) 149
				<i>Chips</i> +Crédito 88+318=406
				<i>Tablets</i> +Cartão Memória 419

**Fonte:** Núcleo de Serviço Social – IFAM/Campus Tefé.

Depreende-se que o número de discentes que solicitaram e foram deferidos nos Benefícios Material Didático-Pedagógico (MDP) em 2020 e 2021, assim como Benefício Transporte em 2021, foram muito baixos, considerando a vulnerabilidade socioeconômica dos discentes do IFAM/Campus Tefé – Ano Letivo 2020 (96%) e 2021 (97%).

Deduz-se, que tanto no ano letivo de 2020 como em 2021, no período de pandemia (COVID-19), não foi possível atender o Benefício Creche e Benefício Moradia, apesar do



Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tal como a Política de Assistência Estudantil do IFAM garantirem como direito ao discente. Entretanto, segundo Medeiros (2020, p. 47), “partindo do pressuposto de que os cursos técnicos integrados ao ensino médio exigem do discente a permanência em período integral na escola, não basta a oferta de vagas, é necessário garantir a permanência dos alunos”. Por esse motivo, a necessidade do PSES.

Pois, para Cruz Filho *et al.* (2010, apud SILVA e NOGUEIRA, 2016), a permanência dos discentes no ensino, envolve questões socioeconômicas: como custo de transporte, por residirem distante da escola, material didático, falta de incentivo familiar e de acompanhamento psicoacadêmico, falta de vocação ou identificação com o curso, medo de greves, falta de informações acadêmicas assim como desorganização da instituição, falta de professores, excesso de disciplinas, dificuldades de aqui de material didático, livros ou cópias, falta de subsídios para se manter na instituição, falta de tempo para estudar, dificuldade nas disciplinas e de acesso à *internet*.

Para Ferreira e Rosa (2020), no período da pandemia (COVID-19), mesmo com as aulas presenciais suspensas, as políticas de assistência estudantil continuaram sendo de enorme importância para os estudantes, diante da vulnerabilidade socioeconômica que assolava este período. Por esse motivo, as bolsas e auxílios foram essenciais para grupos familiares inteiros.

Dessarte, a Assistência Estudantil faz-se necessário no período da pandemia (COVID-19), considerando que é de suma importância para os discentes continuarem seus estudos, mesmo em caráter remoto, com as Atividades Pedagógicas Não Presencial (APNP).

Vale enfatizar que o edital publicado pelo IFAM para a concessão dos benefícios do PSES, assegura que é de competência do Serviço Social, em conjunto com a Gestão do Campus, avaliar e definir a modalidade (serviço ou repasse financeiro direto ao discente) do benefício a ser concedido a cada discente, segundo critério de renda, eficiência, e eficácia que garanta aos discentes beneficiários o acesso com maior qualidade, periodicidade e rapidez aos benefícios concedidos, contribuindo para a sua permanência e êxito no curso (IFAM, 2021).

Logo, as ações do PSES do IFAM são acompanhadas pela equipe sistêmica do IFAM, que fazem parte do DAES e executadas pelas Coordenações de Assistência ao Estudante dos campi, que dispõem de uma equipe multiprofissional preparada para atender, acompanhar, monitorar e avaliar o discente da melhor maneira possível. São profissionais comprometidos em possibilitar ao discente uma formação profissional e cidadã de qualidade.

Para o monitoramento do processo de ensino e aprendizagem dos discentes assistidos por meio dos benefícios deferidos, caberá ao Setor Pedagógico do Campus atuar no

acompanhamento pedagógico dos discentes, prioritariamente os com baixo rendimento, em articulação com os demais membros que integram a Equipe Multiprofissional do Campus (Direção Geral; Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenadores de Cursos; Docentes; Psicólogas (os); Pedagogas (os); Assistentes Sociais; Técnicos em Assuntos Educacionais; Coordenadores do Acadêmico e Pesquisa Institucional; Médicos; Enfermeiros; Técnicos de Enfermagem; Nutricionistas e Assistente de Alunos), visando cumprir as ações propostas pela Política de Assistência Estudantil do IFAM (IFAM, 2021).

O acompanhamento, monitoramento e avaliação da Equipe Multiprofissional, no que concerne ao desempenho acadêmico dos discentes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil, certamente contribuirá para a garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Enfim, o PNAES se expressa como uma conquista da sociedade brasileira, refletindo na igualdade de oportunidade aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade, os quais abandonam a escola por não conseguirem custear as despesas com os estudos, e acabam submetendo as imposições do mundo do trabalho, tornando-se mão de obra desqualificada e subempregada, bem como, sujeitos a diversas formas de sobrevivência. Nesse sentido, a Política de Assistência do IFAM colabora com a igualdade de acesso ao atendimento dos estudantes numa perspectiva de direito social (IFAM, 2011).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Esta pesquisa é de caráter descritivo e exploratório com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, com vistas a torná-lo mais explícito. A pesquisa exploratória, propicia a compreensão do objeto estudado, enquanto a descritiva, tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2021).

Em uma pesquisa de campo, na perspectiva educacional, Triviños (1987) destaca que a maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade.

Quanto a abordagem do problema, a escolhida foi a pesquisa qualitativa, considerando a ação e o levantamento dos dados junto aos participantes da pesquisa, com intuito de compreender a percepção dos discentes, quanto o PSES. Para Minayo (2002), a abordagem qualitativa, deve proporcionar e interpretar os fenômenos subjetivamente, com perspectiva de encontrar significados, motivos, crenças, valores e atitudes no objeto estudado.

Na mesma linha, Creswell (2010) ressalta que a pesquisa qualitativa explora e busca entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano, que o processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante.

Para esta atividade, foi utilizada uma pesquisa em estudo de caso, no qual segundo Gil (2021) conjectura que, é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais e pode explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos.

Creswell e Creswell (2021) destacam que em estudo de caso, o pesquisador desenvolve uma análise profunda de um caso, geralmente um projeto, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos.

Nesse sentido, este estudo de caso visa uma investigação de fato específico, delimitado que é, dessa maneira, o cenário e os participantes investigados, residente na zona rural, discentes vulneráveis no contexto social e econômico.

### **3.2 Local do Estudo**

O cenário de pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/Campus Tefé (IFAM/CTFF), Município de Tefé/Amazonas.

O IFAM/Campus Tefé está localizado no interior do Estado do Amazonas, aproximadamente a 523 km da capital (Manaus). De acordo com o IBGE (2022), Tefé tem uma área territorial de 23.692,223 km<sup>2</sup>, população estimada de 73.669 pessoas, densidade demográfica de 3,11 hab/ km<sup>2</sup> (2022), escolarização de 6 a 14 anos corresponde a 93,9 % (2010), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,639 (2010). A cidade fica no médio Solimões, as margens do lago Tefé, sendo sua principal fonte de renda o comércio local, agricultura e a pesca. Também, conhecida por ser cidade polo, considerando que os demais municípios vizinhos (Alvarães, Uarini, Maraã, Fonte Boa) não tem agências bancárias e estaduais/federais (SEFAZ, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, dentre outras).

Para Souza (2002), a região apresenta como espaço adequado para a instauração de uma política de combate às desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, focando-se, na promoção da justiça social. Ou seja, local propício para o atendimento aos objetivos e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Tefé, em 01 de abril de 2014 foi inaugurado o IFAM/Campus Tefé, com duzentos (200) discentes, distribuídos nos Cursos Técnicos de Nível Médio de Informática (Integrado: 40; Subsequente: 40), Administração (Integrado: 40;

Subsequente: 40), e Contabilidade (Subsequente: 40), funcionando provisoriamente no prédio anexo da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro.

Referente ao período desta pesquisa: 2020 e 2021 (período da pandemia (COVID-19), o IFAM/Campus Tefé teve: Ano Letivo de 2020, total de quatrocentos e setenta e dois (472) discentes matriculados, sendo: duzentos e noventa e cinco (295) discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada: (Agropecuária: 1º ano: 43, 2º ano: 34, 3º ano: 25; Administração: 1º ano: 40, 2º ano: 33; Informática: 1º ano: 42, 2º ano: 39, 3º ano: 39) e cento e setenta e sete (177) nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente (Agroecologia: 1º módulo: 33; Floresta: 1º módulo: 40; Administração: 2º módulo: 33; Orientação Comunitária: 2º módulo: 29; Informática: 3º módulo: 17; Secretariado: 3º módulo: 25).

Ano Letivo 2021: Ano Letivo de 2021, total de quinhentos e vinte e cinco (525) discentes matriculados, sendo trezentos e vinte e três (323) nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada (Agropecuária: 1º ano: 36, 2º ano: 38, 3º ano: 36; Administração: 1º ano: 36, 2º ano: 35; 3º ano: 32; Informática: 1º ano: 35, 2º ano: 40, 3º ano: 35) e duzentos e dois (202) nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente (Agroecologia: 1º módulo: 41, 2º módulo: 15; Floresta: 1º módulo: 44, 2º módulo: 17; Venda: 1º módulo: 33; Administração: 3º módulo: 25; Orientação Comunitária: 3º módulo: 21; Informática: 3º módulo: 06).

Até o presente momento (2023), o IFAM/Campus Tefé, ainda permanece no mesmo prédio provisório cedido pela Prefeitura Municipal de Tefé. Essa demora da entrega do prédio definitivo do Campus, segundo a gestão, é devido a desistência de várias empresas na conclusão da obra.

### **3.3 Participantes e Amostra**

A pesquisa foi desenvolvida com quatorze (14) discentes, sendo sete (07) do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada de Agropecuária – 3º ano em 2022 e sete (07) do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente de Floresta – 4º Módulo – 2022.1. A escolha da turma ocorreu por dois motivos: primeiro, período da pandemia (COVID-19), de 2020 e 2021, que ocasionou mais desigualdade entre os discentes, especialmente entre os mais vulneráveis socialmente; segundo, por estarem matriculados e estudando no IFAM/Campus Tefé, até o período previsto para realização da pesquisa (09/2022). Já a preferência dos discentes, por serem assistidos pelo Programa Socioassistencial Estudantil e serem residentes da zona rural (comunidades ribeirinhas, estrada), pois de acordo com os dados do Núcleo de

Serviço Social do IFAM/Campus Tefé, são discentes que estão em situação de fragilidade e encontram mais dificuldades em permanecer estudando diante do contexto, social, econômico, cultural e familiar.

Em atenção a ética na pesquisa, é fundamental salientar, que os participantes da pesquisa (discentes) foram convidados a participarem da pesquisa e receberam em duas (02) vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que preconiza a participação em caráter voluntário e assegura o compromisso formal de sigilo da participação, assim como seus dados coletados. Além disso, é imprescindível deixar claro que a qualquer momento estes poderiam desistir e retirar o seu consentimento e que sua recusa não lhe traria prejuízo algum em relação com o pesquisador ou qualquer setor da Instituição. Convém destacar que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o número CAAE 58272122.8.0000.8119 e aprovado sob o número do Parecer 5.407.093, em 13/05/2022 (Anexo IV).

Após a aceitação dos participantes da pesquisa, foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), juntamente com o pesquisador, firmando o compromisso formal de sigilo quanto aos dados coletados na pesquisa.

Para estabelecer os critérios de inclusão e exclusão, este foi baseado a partir do Edital nº 004/2021 – Campus Tefé/IFAM, de 2021 – Processo de Seleção para a Concessão de Benefício e/ou Ajuda de Custo do Programa Socioassistencial Estudantil o Ano Letivo de 2021, além da percepção e vivência profissional, por parte deste pesquisador.

Como critério de inclusão, o primeiro fator foi averiguar se o discente está regularmente matriculado e estar cursando no IFAM/Campus Tefé; segundo, anuência do participante da pesquisa (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (discentes maiores de 18 anos de idade) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE (os discentes menores de idade e pais/responsável legal); terceiro, ser assistido pelo PAES/IFAM; quarto, com renda familiar *per capita* até um salário mínimo e meio vigente; quinto, ser residente da zona rural (comunidades ribeirinhas, estrada).

Como critério de exclusão, o primeiro foi o discente que estivesse irregular tanto na matrícula quanto no curso no IFAM/Campus Tefé; o segundo, o declínio do convite em participar da pesquisa com aval dos pais/responsável legal (para menores de 18 anos), voluntariamente; terceiro, não ser assistido pela PAES/IFAM; quarto, ter renda familiar *per capita* maior que um salário mínimo e meio vigente; quinto, não ser residente da zona rural

(comunidades ribeirinhas, estrada); sexto, não responder a todos os itens do questionário da pesquisa; sétimo, não anuência do participante da pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (discentes maiores de 18 anos de idade) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE (os discentes menores de idade e pais ou responsável legal).

### **3.4 Instrumentos e Coleta de Dados**

Nessa fase de coleta de dados foi utilizado como pesquisa bibliográfica e documental, o questionário, a entrevista e o diário de campo.

Diante deste ponto de vista permite-se concordar com Gil (2021) quando afirma que todo estudo tem início a partir de levantamento bibliográfico que desencadeia o referencial teórico do trabalho proposto. Vale destacar que a pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em material já publicado, e que tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material já impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Assim como outros formatos e fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs e material disponibilizado pela *Internet*.

Ao mesmo tempo, utiliza-se a pesquisa documental, que de acordo com Gil (2008, p. 51) esse tipo de investigação “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Por este motivo, foram utilizados os documentos institucionais mantidos em arquivos da Instituição, que foram pesquisados nos arquivos da Coordenação de Registro Acadêmico (CRA), no Núcleo de Serviço Social e no Núcleo Pedagógico do IFAM/Campus Tefé, como: os questionários socioeconômicos dos discentes no ato da matrícula do ano de 2021. Assim como também, nos sites do IFAM, referente aos Relatórios de Gestão (RG) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesse sentido, a pesquisa documental também serviu de base para o referencial teórico do trabalho.

Antes da aplicação da coleta de dados através dos questionários e entrevistas, foram realizados dois (02) encontros em formato de roda de conversa, em sala reservada pela Gestão do IFAM/Campus Tefé. O primeiro, em 12/09/22 das 16h às 17h com os sete (07) discentes do integrado; o segundo, em 19/09/22 das 20h às 21h com os sete (07) discentes do subsequentes. Nesse momento da roda de conversa, o pesquisador apresentou a finalidade, o objetivo (s) e problema da pesquisa. E aproveitando o momento, também foi entregue para cada discente da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou Termo de Assentimento

Livre e Esclarecido (TALE), com o objetivo de conhecerem, lerem e assinarem juntamente com o responsável legal, no caso dos discentes menores de idade.

Vale pôr em destaque, que os participantes da pesquisa (discentes) foram convidados a participarem da pesquisa e que receberiam, em duas (02) vias o TCLE ou TALE que preconiza a participação em caráter voluntário e assegura o compromisso formal de sigilo da participação, a preservação da integridade física e moral dos participantes da pesquisa, tendo como precaução o sigilo das identidades de todos os participantes neste estudo, de forma a resguardá-los de qualquer ameaça ou risco, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) em obediência as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este momento também foi proveitoso para explanar em síntese os conceitos: Assistência Estudantil (Programa Socioassistencial Estudantil e Benefícios), Formação Humana Integral e Permanência e Êxito.

Após a assinatura do TALE ou TCLE, os discentes, foram convidados a participarem de um encontro para aplicação de um questionário (Apêndice C) que trata sobre as questões referentes aos objetivos da pesquisa.

Quanto o questionário, para Severino (2015, p. 125), é um “[...] conjunto de questões, sistematicamente articulado, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo”.

Por essa razão, a escolha de questionário para ambos os participantes, é muito importante, por considerar que é um instrumento de coleta de dados que “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”. É um instrumento que deve ser construído de forma clara, concreta e precisa (GIL, 2021, p. 95).

Por consequência, para melhor atingir os objetivos específicos da pesquisa, deliberou-se em realizar quatro (04) encontros para aplicar os questionários com os discentes, sendo dois (02) encontros com os sete (07) discentes do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada: Agropecuária-3º Ano/2022, e dois (02) encontros com os sete (07) discentes do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente: Floresta-4º Módulo/2022. Os seja, os quatorze (14) discentes, público-alvo desta pesquisa.

A sucessão dos encontros aconteceu nos dias com menos tempo de aulas, nos horários vagos, para não prejudicar o retorno dos discentes às suas residências, considerando que todos da pesquisa moram na zona rural, distante do IFAM/Campus Tefé.

Desse modo, apresenta-se a estrutura do protocolo dos encontros em que ocorria a aplicação dos questionários (Quadro 4).

**QUADRO 4 – ESTRUTURA DO PROTOCOLO DOS QUESTIONÁRIOS.**

<b>Encontro</b>	<b>Dia</b>	<b>Hora</b>	<b>Local</b>	<b>Público-Alvo</b>	<b>Objetivo(s)</b>
1º	13/09/22	16h às 17h	IFAM Campus Tefé	Sete (07) discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada 3º Ano/2022 Agropecuária	1. Descrever a percepção sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM); 2. Identificar se o PSES tem contribuído para Formação Humana Integral e Permanência e Êxito.
2º	14/09/22	16h às 17h	IFAM Campus Tefé	Sete (07) discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada 3º Ano/2022 Agropecuária	1. Ouvir os discentes sobre a necessidade de desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.
3º	20/09/22	20h às 21h	IFAM Campus Tefé	Sete (07) discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente 4º Módulo/2022 Floresta.	1. Descrever a percepção sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM); 2. Identificar se o PSES tem contribuído para Formação Humana Integral e Permanência e Êxito.
4º	21/09/22	20h às 21h	IFAM Campus Tefé	Sete (07) discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada 4º Módulo/2022 Floresta.	1. Ouvir os discentes sobre a necessidade de desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.

**Fonte:** Arquivo pessoal, 2022

Depreende-se no Quadro 4, que os encontros para aplicação dos questionários com os discentes sempre foram realizados no IFAM/Campus Tefé nos dias e horários acertados em comum acordo com a Gestão e os próprios participantes da pesquisa. Os encontros duravam aproximadamente uma (01) hora.

No período dos dias 13 e 14 de setembro de 2022, o pesquisador reuniu-se com os discentes do integrado e nos dias 20 e 21 de setembro de 2022 com os discentes do subsequente, sempre após as aulas dos discentes: para os discentes do integrado, das 16h às 17h e para os discentes subsequente, das 20h às 21h. É de referir que cada participante respondeu seu questionário (Apêndice C) sem a interferência do pesquisador, o que serviu para futuras análises dos dados da pesquisa.

No primeiro e terceiro encontro (Quadro 4), com a participação dos quatorze (14) alunos, sete (07) discentes do integrado e sete (07) discentes do subsequentes, respectivamente, foi aplicado os questionários abordando duas (02) perguntas referentes ao 1º objetivo (qual sua percepção sobre o PSES/IFAM?; qual sua avaliação sobre o PSES/IFAM, desde acesso: edital,



via Portal do IFAM - SIGAA-Portal do Discente?); três (03) perguntas referentes ao 2º objetivo (sua percepção, o PSE contribui para a Formação Humana Integral, para Permanência e Êxito, especialmente no período da Pandemia (COVID-19)?; sua percepção, o PSE atende suas necessidades para Formação Humana Integral, para permanência e êxito nos estudos no IFAM? Por quê ?; Sua percepção, o que falta para melhorar, contribuir para o PSE, desde o acesso, permanência e êxito, na sua formação humana integral? (Apêndice C).

Quanto ao Produto Educacional, houve mais dois encontros (Quadro 4), um com os discentes do Integrado (07) e outro com os discentes do Subsequente (07), respectivamente. Momento no qual continuou a aplicação do questionário com mais duas (02) perguntas referentes a importância da construção de um Produto Educacional (3º objetivo específico), de um Guia de apoio para os discentes sobre o Programa Socioassistencial Estudantil (PSES/IFAM). Ao mesmo tempo, foi solicitado contribuições para o Guia, de acordo com roteiro próprio (Apêndice C).

Após conclusão da aplicação dos questionários, os discentes foram convidados para participarem de uma Entrevista (Apêndice D) que tratava sobre o entendimento dos discentes sobre o PSES/IFAM, assim como sua importância para a permanência e êxito.

Para Gil (2021, p. 94), a “entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde”. Ainda, segundo o autor supracitado, a entrevista possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal, assim como a importância de um roteiro para guiar o entrevistador. Ou seja, a entrevista possibilita flexibilidade tanto da parte do entrevistador como do entrevistado.

A escolha de entrevista para ambos os grupos de participantes, aconteceu por considerar um instrumento de coleta de dados em que as palavras empregadas apresentam significação clara e precisa, e por ofertar maior flexibilidade (GIL, 2021). Dessa forma, a entrevista acontece *in loco*, no período de acordo com o cronograma do projeto (Quadro 5).

As entrevistas dos discentes foram compostas por questões padronizadas, de acordo com o roteiro estabelecido (Apêndice D). Segundo Marconi e Lakatos (2021), a entrevista padronizadas ou estruturadas deve seguir um roteiro previamente estabelecido e que as perguntas feitas aos participantes da pesquisa devem ser predeterminadas. Gil (2021, p.97) reforça ainda, que “a entrevista padronizada, deverá fazer as perguntas tal como estão redigidas [...] em nenhuma circunstância poderá discutir as opiniões emitidas”. Ao mesmo tempo, o entrevistador deverá ter a preocupação de registrar o que foi exatamente dito e garantir que a resposta seja completa e suficiente.

Salienta-se, que as entrevistas foram gravadas e registradas no diário de campo pela ampla possibilidade de obter informações para além das falas dos discentes. Para Marconi e Lakatos (2021, p. 93), “o registro de respostas é fundamental e se possível, devem ser anotadas no momento da entrevista, para maior fidelidade e veracidade das informações”. As autoras reforçam ainda, a necessidade do uso da gravação, para que o entrevistador possa futuramente, registrar de acordo com as palavras do entrevistado, evitando resumi-la e sendo fiel ao entrevistado.

Assim como nos encontros para aplicação dos questionários, que foi realizado nos encontros das entrevistas, nos dias com menos tempo de aulas, nos horários vagos, para não prejudicar o retorno dos discentes às suas residências, considerando que todos da pesquisa moram na zona rural, distante do IFAM/Campus Tefé.

Nesse sentido, a escolha foi realizar quatro (04) encontros com os discentes para Entrevistas, sendo dois (02) encontros com os sete (07) discentes integrados e dois (02) encontros com os sete (07) discentes subsequentes, seguindo o roteiro das Entrevistas (Apêndice D), de acordo com a estrutura do protocolo a seguir (Quadro 5).

**QUADRO 5 – ESTRUTURA DO PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS.**

<b>Encontro</b>	<b>Dia</b>	<b>Hora</b>	<b>Local</b>	<b>Público-Alvo</b>	<b>Objetivo(s)</b>
1º	15/09/22	15h às 17h	IFAM Campus Tefé	Quatro (04) Discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada 3º Ano/2022 Agropecuária.	1. Reforçar o compromisso ético, sigilo profissional, TALE; 2. Perguntar ao discente, se o PSES/IFAM, contribui para a FHI, Permanência e Êxito; qual sua importância; se a construção de um Guia de Apoio ao discente para orientar sobre PSES/IFAM, faz-se necessário e por quê?
2º	16/09/22	15h às 17h	IFAM Campus Tefé	Três (03) Discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada 3º Ano/2022 Agropecuária.	1. Reforçar o compromisso ético, sigilo profissional, TALE; 2. Perguntar ao discente, se o PSES/IFAM, contribui para a FHI, Permanência e Êxito; qual sua importância; se a construção de um Guia de Apoio ao discente para orientar sobre PSES/IFAM, faz-se necessário e por quê?
3º	22/09/22	19h às 21h	IFAM Campus Tefé	Quatro (04) Discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente 4º Módulo/2022 Floresta.	1. Reforçar o compromisso ético, sigilo profissional, TCLE; 2. Perguntar ao discente, se o PSES/IFAM, contribui para a FHI, Permanência e Êxito; qual sua importância; se a construção de um Guia de Apoio ao discente para orientar sobre PSES/IFAM, faz-se necessário e por quê?
4º	23/09/22	19h às 21h	IFAM Campus Tefé	Três (03) Discentes Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente	1. Reforçar o compromisso ético, sigilo profissional, TCLE; 2. Perguntar ao discente, se o PSES/IFAM, contribui para a FHI,

				4º Módulo/2022 Floresta.	Permanência e Êxito; qual sua importância; se a construção de um Guia de Apoio ao discente para orientar sobre PSES/IFAM, faz-se necessário e por quê?
--	--	--	--	-----------------------------	--

**Fonte:** Arquivo pessoal, 2022.

Pode-se esmiuçar que no Quadro 5, os encontros das entrevistas com os discentes, foram realizados no IFAM/Campus Tefé e que tiveram aproximadamente trinta (30) minutos para cada discente, seguindo um roteiro de pergunta (Apêndice D).

As entrevistas ocorreram nos dias de 15 e 16 de setembro 2022 para os discentes do integrado e nos dias 22 e 23 de setembro 2022 para os discentes do subsequente, após o término das aulas: para os discentes do integrado, das 15h à 17h e para os discentes subsequente, das 19h às 21h. Cada dia, era realizado no máximo quatro (04) entrevistas. Durante estas entrevistas, foi observado ao aluno que as questões se referiam ao período da pandemia (COVID-19), sempre em consonância com os objetivos específicos (Apêndice D).

Na entrevista, houve a aplicação do roteiro (Apêndice D) com questões padronizadas, para cada um dos quatorze (14) discentes, com o propósito de obter informações dos participantes da investigação, no intuito de compreender a percepção dos discentes sobre o Programa Socioassistencial Estudantil e de que maneira eles têm contribuído para a efetivação da formação humana integral, para a permanência e êxito nos estudos. No roteiro de entrevistas (Apêndice D), havia dez (10) perguntas de caráter complementar realizadas através dos questionários, afim de aprofundar e melhorar a análise posteriormente.

Vale ressaltar, que as Entrevistas foram gravadas em um aparelho para registro e futura análise. Antes de iniciar cada gravação foi solicitada a autorização dos mesmos de forma verbal. Em atenção a ética na pesquisa, cada participante da pesquisa, recebeu um código de identificação, tendo conhecimento de cada código, somente o pesquisador da pesquisa. A seguir, a metodologia no que se refere a análise desses dados.

### 3.5 Instrumento de Análise de Dados

Nesta seção, a discussão será breve e mostrará as três fases que compõem a Análise Textual Discursiva (ATD): Unitarização, Categorização e Metatextos. Essas fases serão mais bem discutidas no tópico de resultados e discussão.

#### 3.5.1 O procedimento de análise de dados: Análise Textual Discursiva (ATD).

Como procedimentos para análise de dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD) apresentada por Moraes e Galiuzzi (2011; 2016). Para os autores, “[...]. Mais do que

expressar realidades já existentes, a Análise Textual Discursiva tenciona inserir-se em movimentos de produção e reconstrução das realidades, combinando em seus exercícios de pesquisa a hermenêutica e a dialética” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 13).

Além disso, “assume pressupostos que a localizam entre os extremos da Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 60). Ou seja, a ATD busca compreender o fenômeno que se mostra e descrever a realidade como ela é, sendo implícito e explícito.

Ainda, de acordo com os autores supracitados, a análise textual discursiva pode ser entendida como o processo de desconstrução, construção, conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso, novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Sendo necessário identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes, descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído.

### 3.5.2 Fases do ciclo de análise de dados em Análise Textual Discursiva (ATD).

O processo de desconstrução e construção faz parte da Análise Textual Discursiva (ATD). Por esse motivo, segue-se as três (03) fases do ciclo de análise, que compõem o processo cíclico e recursivo, apresentada por Moraes e Galiazzi (2011; 2016): a) unitarização; b) categorização, c) metatextos, conforme ilustração na figura a seguir.

**Figura 2** – Processo cíclico e recursivo em Análise Textual Discursiva – ATD:



**Fonte:** Adaptada de Moraes e Galiazzi (2016).

#### 3.5.2.1 Primeira Fase: Unitarização.

A unitarização consiste basicamente no processo de desconstrução textual, buscando sua fragmentação e codificação de cada unidade originada (os excertos). Em seguida faz-se a reescrita de cada unidade de modo que assumam um significado o mais completo possível em si mesma, logo depois atribui-se um nome ou título para cada unidade assim produzida.

Concorda-se com Moraes e Galiazzi (2016), quando afirma que unitarizar um conjunto de textos é identificar e salientar enunciados que os compõem. Momento de isolar, identificar, recortar e examinar os textos e seus detalhes, os materiais produzidos pelos participantes da

pesquisa através dos questionários e entrevistas, fragmentá-los com intuito de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.

Nessa mesma direção Medeiros e Amorim (2017) destacam que a primeira fase do ciclo de análise consiste no movimento de desconstruir o conjunto de textos e/ou discursos analisados. Momento de desconstrução, fragmentação das informações, desestruturando o que está ordenado, de mover os textos e/ou discursos para o limite do caos no sentido da leitura e da construção de significações, instante em que se produzirá um conjunto de unidades de análise que ajudarão na fase seguinte do ciclo de análise, a categorização.

Momento esse em que o pesquisador deve se envolver, impregnar e aprofundar nos materiais coletados para poder analisar (MORAES e GALIAZZI, 2016). Nesse mesmo viés Frigotto (2010) afirma que a análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada.

#### 3.5.2.2 Segunda Fase: Categorização.

Nesta segunda fase, há um estabelecimento das relações e dos agrupamentos das unidades de significado (os excertos) obtidos durante a unitarização.

Assim, a categorização constitui movimento de síntese, de construção de sistemas de categorias capazes de expressarem as novas aprendizagens e compreensões construídas no processo da análise. Ou seja, a categorização envolve construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários da formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias (MORAES e GALIAZZI, 2016).

A partir da unitarização criam-se as condições para a categorização, com emergência de novos entendimentos e sentidos. Surgem as categorias, que vão emergindo, inicialmente imprecisas e inseguras, mas gradativamente sendo explicitadas com rigor e clareza.

Se na primeira fase (unitarização) da ATD se processa uma separação, isolamento, fragmentação de unidades de significado, e desmontagem textual; na segunda fase (categorização), o trabalho dá-se no sentido inverso: estabelecer relações, reunir semelhanças e redução do número de unidades de sentido/significado (MORAES, GALIAZZI, 2016).

Para Medeiros e Amorim (2017), a categorização caminha para o estabelecimento da ordem, para a emergência de novas compreensões com a construção de categorias e subcategorias responsáveis pela representação coletiva da realidade. Ou seja, momento de

“construir quebra-cabeça ou mosaico”, de classificar, reunir, congregar elementos próximos e semelhantes, de estabelecer relações entre os elementos unitários, combinações e classificações com as unidades construídas na primeira fase, resultando em sistemas de categorias (MORAES; GALIAZZI, 2016).

Nesse sentido, Moraes e Galiazzi, (2016) ressaltam que o processo de categorização deve ser constituído a partir das unidades de sentido/significado da primeira fase (unitarização), tendo como categorias: iniciais, intermediárias e finais. Seguindo com a construção de sistema de categorias emergentes.

### 3.5.2.3 Terceira Fase: Metatextos (comunicação).

Terceira e última fase, conhecida como metatexto. É nessa fase que o produto final é a elaboração de um texto padrão (metatexto) que corresponda às inquietações do pesquisador, às vozes dos interlocutores (sujeitos da pesquisa) e aquilo que o *corpus* textual revela.

Trata-se então, da junção do momento de descrição e interpretação que se integram na produção de textos bem-organizados e estruturados em torno de teses e argumentos que apresentam as contribuições originais do pesquisador (MORAES; GALIAZZI, 2016). É nesse momento, que a imersão nos materiais analisados possibilita o surgimento de uma nova compreensão do fenômeno pesquisado. Ocasionalmente assim, a comunicação e validação desses novos significados e sentidos.

Nessa fase, para Medeiros e Amorim (2017, p. 256), “concretiza-se a comunicação, explicitada em metatextos que, de forma criativa e original, enunciam o todo compreendido do objeto investigado”.

Nesse contexto, metatexto, nada mais é do que a comunicação dos resultados de uma ATD, a partir das categorias construídas na análise. É através das categorias, que constituem os elementos de organização do metatexto que se pretende escrever. É a partir delas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise (MORAES, GALIAZZI, 2016).

Sendo assim, no metatexto, é redigido como um texto com base nas categorias que surgiram no ciclo da ATD que foram pesquisados, comunicando dessa forma, as compreensões sobre os textos analisados. “Geralmente, vai de categorias específicas, restritas e em grande número, a categorias cada vez mais amplas e em menor número” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 140). Isto é, de Unidades de Significado/Sentido, Categorias Iniciais, Categorias Intermediárias e Categorias Finais, respectivamente.

Como elementos básicos para esta produção escrita (construção do metatexto), realiza-se três momentos: a) descrição; b) interpretação; c) argumentação, sempre acompanhado de introdução, desenvolvimento e conclusão (MORAES; GALIAZZI, 2016).

a) Primeiro Momento: Descrição.

Momento de descrever explicações a partir dos participantes da pesquisa. Isto é, “a descrição também dar-se a partir dos fundamentos teóricos assumidos pelo pesquisador” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 146).

b) Segundo Momento: Interpretação.

Momento de produção a partir de teorias emergentes, que foram emergindo das análises coletadas na pesquisa. “Nessa perspectiva, a interpretação propriamente dita encaminha uma leitura teórica mais exigente, aprofundada e complexa” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 146).

c) Terceiro Momento: Argumentação.

Momento de o pesquisador integrar os teóricos, que exige compreensão, explicação, integração, interpretação, ir além da descrição.

Nesse sentido, para Moraes e Galiazzi (2016), a estrutura de um metatexto exige produção com argumentação dos teóricos, sendo bem organizado. Das categorias e subcategorias podem gerar os argumentos intermediários. Pois o argumento central surge a partir do conjunto dos argumentos, que trabalhados de forma conjunta, poderá então ser utilizado para construir a consistência do metatexto resultante da análise.

ATD, não busca saber o que é certo ou errado; saber o que os sujeitos quiseram dizer; saber a verdade. De fato, busca-se compreender um fenômeno que se mostra. Ou seja, compreender o que se mostra, o que os participantes da pesquisa disserem (MORAES e GALIAZZI, 2016). Ou seja, momento da escrita, de explicitar a compreensão de produção de textos bem organizados, integrando descrição e interpretação, utilizando como base o sistema de categorias construído. Momento de construção e reconstrução, de interpretação dos dados, de captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e válida. Momento de “tempestade de luz”, emergindo do meio caótico e desordenado a raio de luz sobre os fenômenos investigados através da análise.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

Como citado anteriormente, a ATD serviu de base para análise dos dados coletados através dos questionários (Apêndice C), entrevistas (Apêndice D) e diário de campo que serviu de base para os registros da pesquisa. Segundo Moraes e Galiazzi (2016), esse tipo de pesquisa, não tem a pretensão de testar hipótese e sim aprofundar a compreensão dos fenômenos

investigados, com análise rigorosa e criteriosa, a partir dos textos existentes (a priori) ou produzidos (emergentes), chamados de *corpus*. Nesse sentido, Moraes e Galiuzzi (2020), afirmam que na ATD, os pesquisadores, paulatinamente são convocados a manifestarem seus conceitos, suas análises e sínteses, novas compreensões sobre a unitarização e categorização, com intensa participação e autoria.

Além de Moraes e Galiuzzi (2016), há também como fundamentação da ATD, trabalhos realizados por Marcelino (2012), Maciel-Cabral (2021), Campos (2022) e Cunha (2022), que certamente contribuíram para compreensão dessa metodologia.

#### **4.1 Unitarização na ATD.**

A primeira etapa de análise dos dados ocorreu pelo processo de Unitarização que é a fase conhecida como desmontagem dos textos que implica em examinar os textos em seus detalhes, fragmentá-los no sentido de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.

No entender de Campos (2022), na unitarização, desmonta-se os textos, examinando as falas dos participantes em seus detalhes, com objetivo de fragmentá-los e produzir unidades de significado. Para Maciel-Cabral (2021), ao trabalhar-se com ATD, a partir da percepção de seus interlocutores, deve-se fazer imersão, mergulhar nos dados coletados, buscar suas compreensões e seus significados.

Dito isto, esse início na ATD exigiu do pesquisador uma leitura e impregnação intensa com o material da análise. Em outras palavras, na unitarização a interpretação foi imprescindível, fazendo assim, uma leitura cuidadosa dos excertos dos participantes da pesquisa, uma vez que na ATD não há leitura neutra e objetiva. A partir dessa fragmentação e desconstrução textual, dos materiais coletados surgiram as unidades de análise, também conhecidas como unidades de significado ou de sentido. Esse movimento de leitura e interpretação constante foi importante e permitiu fazer novas análises, novas compreensões. Apesar de ser uma atividade exigente e trabalhosa, com objetivo de retirar o fragmento mais importantes dos textos, o foco principal foi nos detalhes, partes dos componentes dos excertos, com atenção à fidelidade ao texto empírico, conforme nos orientam Moraes e Galiuzzi (2016).

Cunha (2022) destaca que a leitura e interpretação deve ser de suma importância para a desmontagem e desconstrução dos textos e posterior identificação das unidades de significado. Esse momento, deve ser como uma “peneira”, capaz de filtrar o que realmente importa, com base no fenômeno investigado.



Seguindo esse raciocínio de Cunha (2022), também é possível comparar essa etapa como um pescador que usa suas redes para pescar. E que, antes de lançar as redes no rio ou mar, ele observa o tipo de peixe que deseja pescar e como meta lançar a rede de acordo com a malha para pescar o peixe. Assim, ao puxar a rede, só colhe os peixes de acordo com a malha.

Foi com esse intuito que se deu início a análise do material através de pequenos fragmentos dos textos denominados de excertos. Assim sendo, o excerto foi definido como o material textual extraído dos participantes, ressaltando as descrições empíricas ali presentes e “produtos que expressam discursos sobre fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos que a partir deles podem ser construídos” (MORAES, 2003, p. 194).

Feito esse preâmbulo, o processo de unitarização iniciou-se na transcrição e na organização de todo material textual em documentos do *word*, assim como cada material do *corpus* teve sua identificação e codificação. A codificação de identificação ficou assim: P1 ao P14, para Participante 1 ao Participante 14; Q, para Questionário; E, para Entrevista; acompanhado de um ponto (.) e a numeração que indica a posição do material no texto original. Destaca-se que a ordem dos Participantes (P1 a P7), assim como os Participantes (P8 a P14), seguem a ordem alfabética, ou seja, ordem alfabética para os participantes do curso do Integrado (Agropecuária- 3º ano/2022) e outra para os participantes do curso do Subsequente (Floresta – 4º Módulo/2022). Esse processo de codificação, identificando a origem do material, permitiu uma análise recursiva, movimento espiral de descrição e interpretação quando necessário. Para Marcelino (2012, p. 99), “em qualquer momento da análise é possível voltar ao texto inicial completo de onde foi extraído a unidade”. O quadro 6 mostra a fase da unitarização, conforme destaca-se a seguir.

**QUADRO 6 – EXCERTOS E SUAS UNIDADES DE SIGNIFICADO.**

<b>Código</b>	<b>Excerto (corpus) destacado</b>	<b>Unidades de Significado</b>
P1Q.1	“Minha percepção sobre o <b>PSES do IFAM</b> , é que é um programa que ajuda na questão de auxiliar e <b>ajudar a manter o aluno no Instituto</b> , apesar de tais problemas justamente para que não desista dos estudos e dar esse apoio ao aluno”.	<b>Permanência no IFAM.</b>
P2Q.2	“Minha percepção que esse programa tem como principal <b>finalidade dar assistência aos alunos que precisam de ajuda</b> , tendo como tópico ajudar aos alunos que mais necessitam. É um programa que ajuda nas dificuldades escolares dos alunos, dando suporte e apoio na educação. É um direito nosso”.	<b>Assistência aos alunos mais vulneráveis.</b>
P3Q.3	“Minha percepção, o <b>PSES é um direito que nós temos para receber benefícios que nos ajudam no desempenho acadêmico</b> . É um programa de assistência estudantil que serve de apoio para que alunos tenham direito e acesse a eles”.	<b>Entendido como Direito.</b>
P1E.15	“Entendo que PSES é um programa na qual o Instituto <b>fornece recursos e benefícios aos alunos</b> como por exemplo: transporte, alimentação (merenda/rancho), fornecimento de aparelhos	<b>Oferta de recursos e benefícios.</b>

	eletrônicos ( <i>tablet</i> ), além de fornecimento de material didático pedagógico”.	
P4E.18	“Um programa que visa ajudar ou dar uma assistência para o aluno que tem algum tipo de problema. Visando o bem estar do aluno, buscando a sua <b>permanência e êxito no Instituto</b> , principalmente nós que moramos na zona rural ribeirinha”.	<b>Garantia de permanência e êxito na Instituição.</b>

Fonte: Maia, 2022.

Ao analisar o quadro acima (Quadro 6), é visível alguns excertos e suas possíveis unidades de análise. Os excertos acima mencionados, manifestam um exemplo das percepções dos interlocutores da pesquisa sobre o programa socioassistencial estudantil do IFAM, assim como suas possíveis unidades de significado.

Partindo do pressuposto que “os textos que compõem o *corpus* da análise podem tanto ser produzidos especialmente para a pesquisa quanto podem ser documentos existentes” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 39), optou-se em trabalhar com as transcrições dos relatos dos discentes, através dos questionários (Apêndice C) e das entrevistas (Apêndice D).

Nessa perspectiva, após todo o material textual coletado dos participantes, através dos questionários e entrevistas, o próximo passo foi o processo da desconstrução dos textos, de sua desmontagem ou desintegração, destacando as expressões-chave, o que permitiu coletar dados para análise posteriores.

Destaca-se o aproveitamento do Diário de Campo para anotar as palavras-chave durante as entrevistas com os participantes da pesquisa, o que veio contribuir para as análises.

Com esse propósito, é imprescindível ser fiel aos textos selecionados dos excertos, tanto dos relatos dos participantes através dos questionários como nas entrevistas, tendo o cuidado de manter o contexto de onde o fragmento foi retirado (Moraes; Galiazzi, 2016; Marcelino, 2012). Ao mesmo tempo, “tal movimento de identificação nos permitiu a produção de Unidades de Significado (US), que representaram aspectos específicos e significativos percebidos no texto” (CAMPOS, 2022, p. 82). Nos apêndices C e D, o processo completo de unitarização pode ser observado referente aos questionários e entrevistas, respectivamente.

De acordo com Moraes e Galiazzi (2016, p. 41), “o processo de construção das unidades é um movimento gradativo de explicitação e refinamento de unidades de base, em que é essencial a capacidade de julgamento do pesquisador”. Os autores prosseguem dizendo, que as unidades de significado permitirão dizer que uma unidade é válida ou não, no momento em que se percebe o que está relacionada com os objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo, terem finalidade de descrição e interpretação sobre o fenômeno investigado.

No entendimento de Cunha (2022, p. 98), a unidade de significado é “como a ideia nuclear dos discursos analisados pela lupa do fenômeno que estudamos, ou seja, [...] pela luz

dos nossos objetivos, passamos a analisar cada um dos excertos selecionados e definindo a unidade de significado que ele representa”.

Na busca de encontrar as unidades de significado, o caminho é na mesma linha de Cunha (2022), ou seja, segue-se analisando cada um dos materiais textuais selecionados e definindo cada unidade de significado, assim como identificar e codificar cada excerto, o qual cada um representa, como é possível observar a seguir, no Quadro 7.

**QUADRO 7 – A CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE SIGNIFICADO A PARTIR DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS.**

Codificação	Seleção dos Excertos ( <i>Corpus</i> )	Unidades de Significado
P3Q.3	“Minha percepção, o <b>PSES é um direito que nós temos para receber benefícios</b> que nos ajudam no desempenho acadêmico. É um programa de assistência estudantil que serve de apoio para que alunos tenham direito e acesse a eles”.	<b>Entendido como Direito.</b>
P2E.16	“É um programa que disponibiliza bolsas para os alunos, para ajudar na sua vida acadêmica, como por exemplo: ajuda na compra de materiais, etc. Entendo que é <b>um programa que objetiva a permanência e bom desempenho dos alunos</b> , principalmente dos que têm baixa renda e moram em lugares distantes da Instituição, viabilizando a igualdade de oportunidades”.	<b>Voltado à permanência e desempenho acadêmico.</b>
P4Q.32	“Sim! Certamente o <b>PSES contribui para a formação humana integral</b> , principalmente no período da Pandemia (COVID-19), pois foi um momento muito difícil para muitas famílias de alunos, seja por condições financeiras e etc. ele é de grande importância, principalmente para nós que moramos na zona rural”.	<b>Formação Humana Integral.</b>
P3E.45	“O benefício que eu considero mais importante para a minha <b>permanência e êxito no IFAM</b> são o material didático e alimentação. Também, eu gostaria de ter recebido ajuda de custo para eu ajudar minha tia, pois durante a semana eu moro com ela na cidade. Somente final de semana retorno para minha casa na comunidade ribeirinha do lago de Tefê”.	<b>Permanência e Êxito.</b>
P1Q.71	“ <b>Um guia seria ótimo</b> , porque o aluno seria muito mais informado, quando sai editais, muitos alunos ainda se confundem em algumas coisas e um guia iria lhe favorecer bastante”.	<b>Ótima ideia.</b>
P9E.121	“Considero importante sim, a construção de <b>um guia para orientar e informar os discentes sobre o PSES</b> . Porque, quando os alunos novos entrarem, já terem uma ideia do que vão enfrentar e o que podem solicitar os benefícios”.	<b>Orientação e Informação.</b>

Fonte: Maia, 2022.

Convém destacar, que o Quadro 7 representa apenas um recorte das unidades de análises realizadas através dos questionários e entrevistas. Ademais, pode-se encontrar nos Apêndices C e D, respectivamente.

Dos quatorze (14) participantes da pesquisa, através dos questionários, foi possível obter trinta e nove (39) unidades de significado (US), sendo quinze (15) relacionadas com o primeiro objetivo dessa pesquisa que foi descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, e doze (12) no segundo objetivo: identificar se o Programa Nacional de Assistência Estudantil, contribui para a formação humana integral, sobretudo para a permanência e Êxito dos discentes e doze (12) no terceiro objetivo: desenvolver um Produto Educacional (um guia para os

discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes (Apêndice E).

Para as entrevistas, foi utilizada a mesma metodologia que usada na coleta de dados através dos questionários. Dos quatorze (14) participantes da pesquisa, através das entrevistas, foi possível gerar trinta e duas (32) unidades de significado (US), sendo sete (07) US no 1º objetivo, treze (13) US no 2º objetivo e doze (12) US no 3º objetivo (Apêndice F). Assim, todo “desenho da análise” seguiu a linha de construir unidades de sentido que dessem razão ao problema investigado.

Moraes e Galiuzzi (2016) ressaltam, que toda leitura é realizada a partir de uma perspectiva teórica, consciente ou não do leitor, pois um texto pode possibilitar a construção de múltiplas interpretações. Nessa forma, no processo da leitura e interpretação, percebe-se excertos com as mesmas unidades de significado, tanto através dos questionários como nas entrevistas. Por esse motivo, seguindo orientação de Moraes e Galiuzzi (2016), o procedimento seguinte foi agrupar os excertos semelhantes sob as mesmas unidades de significado, como se observa no Quadro 8:

**QUADRO 8 – UNITARIZAÇÃO – AGRUPAMENTO DAS UNIDADES DE SIGNIFICADO E EXCERTOS SEMELHANTES.**

Unidades de Significado (US)	Excertos
Política de direito.	“Minha percepção, o PSES é um programa que tem como objetivo, atender as necessidades dos discentes. É um auxílio que o IFAM oferta para o aluno como direito. O <b>PSES é uma política de direito para os estudantes garantido em lei</b> ” (P7Q.7).
	“Entendo que é uma <b>política de direito</b> voltada para auxiliar e ajudar o aluno. Ou seja, é um programa que ajuda o discente com recursos para a permanência, recursos como: transporte, alimentação e material didático” (P11E.25).
Vulnerabilidade econômica familiar.	“Minha percepção, o PSES do IFAM, é um programa que beneficia o aluno, e como direito, todos devem receber, porque ajuda na vida financeira do aluno, pois é um <b>programa que auxilia bastante em questão de renda</b> ” (P6Q.6).
	“De acordo com meu entendimento é um recurso <b>destinado a todos os alunos que apresentam uma renda mensal de até um salário mínimo</b> . Entendo que seja um direito dos alunos que é de grande ajuda para continuar os estudos na instituição, pois contribui para uma ótima formação e permanência dos estudantes” (P12Q.12).

Fonte: Maia, 2022.

No quadro 8, a ênfase acontece nas semelhanças encontradas na hora da seleção dos excertos, uma vez que foi possível agrupar e ao mesmo tempo dar sentido para as unidades de significado.

Seguindo o movimento de organização na unitarização, realizou-se a reescrita (contextualização). Nesse sentido, os significados necessitam serem reconstruídos, contextualizados, “conscientes ou tácitas”, pois, “estas reconstruções são necessariamente afetadas pelas concepções teóricas do pesquisador, por suas teorias e sua visão de mundo” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 175). Ainda, de acordo com os autores citados, a reescrita de

cada unidade é importante, de modo que assuma um significado o mais completo possível em si mesma, à luz do pesquisador e dos teóricos que orientam o processo de análise. Por isso, contextualizar é preciso, pois o contexto precisa ser sempre considerado, desde que expressem com clareza os sentidos construídos a partir de sua produção. Isto é, sendo fiel aos textos dos participantes da pesquisa. Na mesma direção, para Maciel-Cabral (2021), o contexto nos obriga a sair do plano descritivo e mergulhar em uma análise mais abstrata e teórica dos dados, o que é extremamente relevante.

Em vista disso, o quadro 9 serviu de base para as unidades de significado (US) semelhantes, como é possível observar no recorte a seguir (Quadro 9).

**QUADRO 9 – UNITARIZAÇÃO E SEU PROCESSO DE CONTEXTUALIZAÇÃO.**

Excertos e Codificação	Contextualização	Unidade de Significado (US)
<p>“Minha percepção é boa porque além de ser lei, vem ajudar muitos alunos. É um direito de todos os alunos receberem, principalmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade. <b>O PSES, é um Programa que favorece a inclusão</b>, onde todos devem ter a mesma oportunidade. Evitando assim, evasão escolar” (P9Q.9).</p>	<p>O IFAM, através do PSES tem a missão de ofertar aos discentes mais vulneráveis, os benefícios garantidos por lei: alimentação (merenda escolar), transporte escolar e material didático-pedagógico. Favorecendo assim, a inclusão escolar, e conseqüentemente, a evasão escolar.</p>	<p><b>Programa de Inclusão.</b></p>
<p>“<b>Ele é um programa de inclusão</b>, que dá assistência aos estudantes como alimentação, transporte, material didático e pedagógico para dar uma ajuda aos alunos afim de evitar a evasão escolar” (P13E.13).</p>		
<p>“O PSES atende em parte nossas necessidades. Nós alunos <b>precisamos de todo apoio possível da Instituição</b> para termos uma boa aprendizagem” (P10Q.52).</p>	<p>O acesso ao programa, certamente contribuirá na aprendizagem dos discentes. Entretanto, não basta só o acesso, há a necessidade do apoio da Instituição em ofertar os benefícios do PSES, com objetivo de assegurar a permanência e êxito dos discentes. Nos relatos dos discentes, constatamos que os benefícios do PSES, contribuem significativamente para sua permanência e êxito, apesar de não atender 100%.</p>	
<p>“<b>Sem apoio da Instituição, sem os benefícios, ficaria difícil permanecer no IFAM</b> no período da pandemia, de ter de estudar remoto, sem celular, <i>chip</i> e <i>internet</i>. Pois nossa família é pobre” (P9E.79)</p>		
<p>“Positivo. Pois os estudantes terão acesso mais fácil aos benefícios. Sim. Seria bom, pois muitas das vezes os alunos entram no IFAM sem saber muitas <b>informações</b> e acabam na hora que vão fazer a inscrição para solicitar o benefício, por ter muita coisa e ser muito complicado, o aluno acaba desistindo e ficando sem ajuda do benefício” (P5Q.75).</p>	<p>A construção de um Produto Educacional, no formato de um guia para os discentes sobre o programa, será de grande contribuição para os discentes, principalmente para os novatos. Um guia que possa orientar e informar seus direitos e deveres sobre o PSES, de forma simples, didático e acessível.</p>	<p><b>Orientação e Informação.</b></p>
<p>“Considero importante sim, a construção de <b>um guia para orientar e informar os discentes sobre o PSES</b>. Porque, quando os alunos novos entrarem, já terem uma</p>		

ideia do que vão enfrentar e o que podem solicitar os benefícios” (P9E.121).		
--	--	--

Fonte: Maia, 2022.

Pode-se excogitar que todas as unidades de significado estão acompanhadas de código e apresentam título, assim como foram todas reescritas, contextualizadas à luz do pesquisador. Para Moraes e Galiuzzi (2016, p. 78), em posse das unidades de significado, elas precisam de contextualização, para que produzidas, “tenham relação com os gêneros discursivos nos quais foram produzidas, que se mostrem pertinentes ao discurso social no qual se inserem”. Assim sendo, a contextualização nos proporcionou a avaliar e ao mesmo tempo validar as US pertinentes à pesquisa.

Em síntese, nessa fase estreita-se todas as Unidades de Significado (US), produzidas a partir dos questionários (98) e entrevistas (140), num total de duzentos e trinta e oito (238) US. Entretanto, permaneceram somente setenta e uma (71) US, o que é considerado essencial para a construção textual, organizada em vinte e dois (22) US na descrição da percepção sobre o PSES/IFAM (objetivo 1); vinte e cinco (25) US ao identificar se o PSES/IFAM tem contribuído para a formação humana e integral, sobretudo para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé (objetivo 2); vinte e quatro (24) US relacionadas a possibilidade de desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o PSES IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes (objetivo 3). Ao consolidar todas as setenta e uma (71) US, a partir de repetições e significados similares, foi possível agrupá-las em **trinta e duas (32) unidades de significado semelhantes**, como observado a seguir (Quadro 10).

**QUADRO 10 - REPRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DE SIGNIFICADO (AGRUPADAS/SEMELHANTES)**

OBJETIVOS	UNIDADES DE SIGNIFICADO		TOTAL	UNIDADES DE SIGNIFICADO SEMELHANTES
	QUESTIONÁRIOS	ENTREVISTAS		
1º	15	07	22	15
2º	12	13	25	12
3º	12	12	24	05
<b>Subtotal</b>	<b>39</b>	<b>32</b>	<b>71</b>	<b>32</b>
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>			

Fonte: Maia, 2022.

A partir da percepção dos discentes sobre o PSES, paulatinamente foi construído unidades de significado, buscando produzir novos sentidos, novas compreensões, novas dimensões de perceber e ressignificar. Nesse sentido, foi agrupado as US mais próximas possíveis, agregando elementos semelhantes e reduzindo assim, o número de US, como é possível observar o Quadro 10 acima.

Para Cunha (2021, p.139), “esse envolvimento intenso e de impregnação foram condições importantes para que emergissem as novas compreensões que não estavam em nosso horizonte interpretativo”.

Esse percurso da unitarização, permitiu realizar uma análise recursiva e ao mesmo tempo fazer um movimento de espiral de interpretação e construção do material. Portanto, esse processo da construção das unidades de significado e a contextualização das unidades de análise, foi fundamental para a próxima fase da ATD (Categorização), que será descrita a seguir.

#### 4.2 Categorização na ATD.

Após o processo de unitarização, houve a categorização, a segunda fase, que consiste em “construir relações entre as US obtidas, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p.191). Ou seja, a categorização é um movimento inverso à unitarização, isto é, momento de estabelecer relações a um conjunto de informações desordenadas.

A categorização busca representar não só o agrupamento dos itens da fragmentação do *corpus*, assim como um processo de auto-organização, de reconstrução, de categorias integradas e inter-relacionadas (GALIAZZI; RAMOS; MORAES, 2021).

Para Moraes e Galiazzi (2016), há duas (02) formas de construir categorias, “*a priori*” e a “emergente”. A primeira, são as categorias trazidas para a pesquisa antes da análise, partindo do geral para o particular. Enquanto a segunda, são categorias produzidas a partir das análises dos dados, partindo do particular para o geral. A característica desta pesquisa é a segunda, categorias emergentes, no qual o pesquisador buscou respostas pelo método indutivo, que “implica produzir as categorias a partir das unidades de análise construídas desde o *corpus*”. É um método que caminha “do particular ao geral, resultando no que se denomina de categorias emergentes” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 45).

Na ATD, essa fase da categorização pretende expressar novas compreensões, pois, “cada categoria construída representa um aspecto dos textos que podem ajudar na construção de uma compreensão mais complexa dos discursos em que os textos foram produzidos” (MORAES, GALIAZZI, 2016, p. 143). Considerando que todas as categorias de análise necessitam serem válidas, realizou-se um movimento de **comparação entre o significado das**

**unidades** que produzimos, **o contexto dessas unidades** e os **objetivos** de nossa pesquisa, para que assim obtivesse a criação das categorias válidas (CUNHA, 2022, grifo da autora).

Partindo desse pressuposto, iniciou-se o processo de categorização, a partir do agrupamento das unidades de significado, pelas suas semelhanças, entendendo que a categorização é um processo de comparação entre as unidades definidas no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes (MORAES; GALIAZZI, 2016).

No processo da construção de cada categoria, como procedimento específico, reunindo os elementos semelhantes, foi realizado por meio do retorno cíclico de cada unidade de significado, sendo paulatinamente aperfeiçoadas e delimitadas, denominadas de categoriais: iniciais, intermediárias e finais, sendo categorias mais abrangentes e em menor número (MORAES; GALIAZZI, 2016).

A categorização foi o momento em que buscou-se relacionar as unidades de significado obtidas na fase anterior. Vale ressaltar, que não foi trabalhado todo o *corpus* de análise. No primeiro momento, o procedimento foi com a categorização inicial, depois com categoria intermediária e por fim com a categorização final. Ou seja, com as unidades de significado construídas, houve a organização e agrupamento destas, considerando suas semelhanças e aspectos importantes.

Na travessia entre a leitura e análise de cada unidade de significado, do *corpus* propriamente dito, foi nomeado e definido as categorias, de acordo com o contexto de cada unidade, a partir de suas semelhanças. A seguir, o Quadro 11 será apresentado com as categorias iniciais que emergiram durante o processo de leitura e análise das unidades empíricas e teóricas.

**QUADRO 11 – PROCESSO DA CATEGORIZAÇÃO INICIAL A PARTIR DAS UNIDADES DE SIGNIFICADO.**

<b>Unidades de Significado</b>	<b>Categorias Iniciais</b>
Entendido como Direito.	Entendido como Política pública.
Política de direito.	
Programa de Inclusão.	
Vulnerabilidade econômica familiar.	Voltado aos discentes em situação de Vulnerabilidade socioeconômica familiar.
Vulnerabilidade socioeconômica.	
Assistência aos alunos mais vulneráveis.	
Voltado à permanência e desempenho acadêmico.	Voltado à permanência e êxito acadêmico.
Garantia de permanência e êxito na Instituição.	
Permanência no IFAM.	
Falta assistência (apoio).	Necessidades dos discentes.
Acesso complicado.	
Edital complicado para entender.	
Necessidade de melhorar o programa.	
Oferta de recursos e benefícios.	
Avaliação positiva do programa	
Formação Humana Integral.	Contribuição do Programa à Formação Humana Integral e à Permanência e Êxito.
Permanência e Êxito.	
Benefícios que mais contribuem.	



Família vulnerável.	Família em situação de Vulnerabilidade socioeconômica.
Realidade financeira.	
Recurso Financeiro escasso.	
O acesso é burocrático.	Dificuldades dos discentes.
Estudo remoto.	
Dificuldade de <i>internet</i> .	
Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.	
Recursos e Benefícios limitados.	Fragilidade do programa.
Necessidade do apoio da Instituição	

Fonte: Maia, 2022.

As oito (08) categorias iniciais (Quadro 11) emergiram das unidades de significado próximas e semelhantes por sentidos, tendo como foco os objetivos da pesquisa e as vozes dos participantes envolvidos (MORAES, GAZIAZZI, 2016). São elas: Entendido como Política pública; Voltado aos discentes em situação de Vulnerabilidade socioeconômica familiar; Voltado à permanência e êxito acadêmico; Necessidades dos discentes; Contribuição do Programa à Formação Humana Integral e à Permanência e Êxito; Família em situação de Vulnerabilidade socioeconômica; Dificuldades dos discentes; e Fragilidade do programa. Foram categorias que emergiram doravante as setenta e uma (71) unidades de significado construídas na unitarização. De um processo similar, originaram as categorias intermediárias, as quais novamente aproximadas, surgiu a categoria final mais abrangente (Quadro 12).

**QUADRO 12 – CONSTRUÇÃO DAS TRÊS (03) FASES DA CATEGORIZAÇÃO.**

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categoria Final</b>
Entendido como Política pública.	Concepções sobre o Programa Socioassistencial Estudantil.	Percepções dos discentes sobre o Programa Socioassistencial Estudantil.
Voltado aos discentes em situação de Vulnerabilidade socioeconômica familiar.		
Voltado à permanência e êxito acadêmico.		
Necessidades dos discentes.	Contribuição do Programa para os discentes e seus desafios.	
Contribuição do Programa à Formação Humana Integral e à Permanência e Êxito.		
Família em situação de Vulnerabilidade socioeconômica.		
Dificuldades dos discentes.		
Fragilidade do programa.		

Fonte: Maia, 2022.

Constata-se que no Quadro 12, das oito (08) categorias iniciais, apenas dois grupos foram possíveis como categorias intermediárias mais amplas, através de suas semelhanças: Concepções sobre o Programa Socioassistencial Estudantil; e Contribuição do Programa para os discentes e seus desafios. Por fim, foi identificada uma (01) categoria final acerca do texto na ATD: Percepções dos discentes sobre o Programa Socioassistencial Estudantil. Ela surgiu pelas semelhanças semânticas percebidas e agrupadas (categoria inicial e categorias intermediárias), onde expressam as compreensões dos discentes sobre o programa

socioassistencial estudantil do IFAM. Para chegarmos até aqui (categoria final), Marcelino (2012, p. 100) ressalta que “para isso, é importante o reconhecimento profundo das unidades, a fim de que, cada unidade realmente esteja na devida categoria”. Isto porque, de acordo com Sousa e Galiazzi (2017, p. 534), cada “categoria é um subconjunto não excludente de outras categorias e que se integra ao todo”. Campos (2022) afirma que nessa fase as informações de temas poderiam parecer sem significado, mas, durante o processo, mostrou-se muito relevante na organização das categorias, pois a incidência das ênfases relatadas contribuiu para reconhecer a essência do fenômeno.

Desse processo de categorização, a contar destas relações estabelecidas, num exercício de respeito e valorização aos interlocutores, levou a reflexão de uma compreensão do fenômeno estudado (MACIEL-CABRAL, 2021; CUNHA, 2022). O que fez chegar no último ciclo de análise da ATD, o metatexto (comunicação), resultado do processo analítico.

#### **4.3 Metatextos (Comunicação) na ATD.**

Após a categorização, o outro processo foi o Metatexto ou comunicação, processo este que é o terceiro e último da ATD, que na visão de Moraes e Galiazzi (2006, p. 126), “é no espaço entre caos e ordem, entre desorganização e categorização que surgem novas e criativas interpretações e compreensões”.

Em conformidade com Silva e Marcelino (2022) ao juntar todos os sentidos encontrados, é que se chega a um texto final, por meio do qual comunica esta análise. Esse texto construído com citações e falas dos fragmentos do *corpus* analisados (unidades empíricas) e em outros oriundos de interlocutores teóricos, é o conhecido e chamado de metatexto.

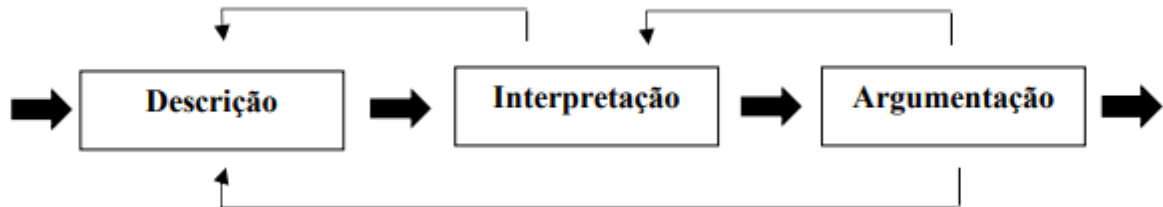
No entendimento de Moraes (2003, p. 201), na ATD “a pretensão não é o retorno aos textos originais, mas a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando um olhar do pesquisador sobre os significados e sentidos percebidos nesses textos”. Assim sendo, deve ser um texto construído com argumentos aglutinadores estabelecendo relações apresentadas pelas categorias e unidades empíricas e teóricas. Assim dizendo, a partir das unidades obtidas através do *corpus* (unidades empíricas), irmos à procura de interlocutores teóricos, para melhor contextualizarmos e interpretarmos.

A produção escrita do metatexto exige organização, com objetivo de “atingir descrições e interpretações válidas dos fenômenos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 118).

Em vista disso, Moraes e Galiazzi (2016) apresentam a necessidade de percorrer três (03) momentos básicos dessa produção de escrita, que fazem parte da teorização da pesquisa:

descrição, interpretação e argumentação, em um processo recursivo e espiral, como é possível observar na figura 3 a seguir:

**Figura 3** – Componentes de uma produção escrita.



Fonte: MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 119.

A produção da descrição na ATD, deve sempre partir dos participantes da pesquisa, pela escuta, expressões e acolhimento das vozes, da realidade empírica, assim como dos fundamentos teóricos, de forma a garantir a validade das descrições (MORAES, GALIAZZI, 2016). Nesse momento descritivo, os textos produzidos devem expressar mais do que a compreensão pessoal do pesquisador, ou seja, precisam descrever explicações e compreensões dos participantes, ainda que reconstruídas pelo pesquisador. Somente assim, os interlocutores da pesquisa se sentirão representados no metatexto, mesmo sabendo que há interpretação do pesquisador. Nesse sentido, o diálogo será fundamental na construção do metatexto, entre os participantes da pesquisa, pesquisador e os teóricos.

Como os metatextos podem ser mais descritivos, próximos ao material empírico (MORAES; GALIAZZI, 2016; MEDEIROS; AMORIM, 2017; SOUSA, 2020), o foco é ser fiel as vozes dos participantes da pesquisa.

Moraes e Galiazzi (2016) salientam que é o momento em que o pesquisador expressa suas próprias compreensões e argumentos em relação aos fenômenos investigado, é hora de integrar os teóricos, que exige compreensão, explicação, integração, interpretação, ir além da descrição.

Natividade (2016) afirma que nessa última fase, o ciclo de análise da ATD, é longo e exigente, entre idas e vindas constante ao *corpus*, aos objetivos e ao referencial teórico da pesquisa. Porém, extremamente necessário para conduzir à delimitação de análise conforme ao que é proposto a investigar e ainda assim, permitir que, por meio das categorias emergentes e a base teórica, ter uma compreensão científica do momento histórico pesquisado.

Isto posto, nessa última fase, explicitam as impressões do pesquisador com base nos relatos dos participantes da pesquisa (material empírico). Dessa maneira, o bojo é a escrita, a partir das relações evidenciadas dos relatos dos discentes sobre o Programa Socioassistencial

Estudantil do IFAM, constatado através dos questionários e entrevistas, em outros termos, a partir das categorias emergentes elaboradas ao longo da análise.

Compartilhando os mesmos sentimentos de Natividade (2016), iniciou-se a construção do metatexto, produzindo argumentos aglutinados que sustentem cada categoria. Ou seja, a partir da escrita (metatexto), foram produzidos pequenos textos para cada categoria que emergiu no ciclo da ATD, fazendo movimentos de descrição, interpretação e argumentação, isto é, dando um novo sentido ao texto, comunicando dessa forma os resultados.

Nessa situação, chega-se as categorias (iniciais, intermediárias e final) após o processo de separação, isolamento, fragmentação de unidades de significado (US) e desmontagem textual (Unitarização). Momento esse, em que se estabelece as relações e agrupamento das US, unindo e reunindo elementos semelhantes e redução do número de unidades de significado/sentido. Em um processo recursivo e espiral, por meio de estabelecimento de relações e pontes entre as unidades de base, parte-se do particular para o geral (método indutivo), das unidades de significado às categorias, realizando movimento das categorias mais específicas e de menor amplitude para as mais gerais e amplas, isto é, cada vez mais amplas, complexas, mais abrangentes e de menor amplitude, resultando assim, as categorias emergentes (conforme apresentamos no Quadro 12). Utilizando as categorias como modo de focalizar o todo por meio das partes, sempre caminhando para o estabelecimento da construção de uma nova ordem e novas compreensões em relação aos fenômenos pesquisados (MORAES, GALIAZZI, 2016).

Diante do exposto, tendo por base as categorias que estabelecem o percurso da análise desta pesquisa, apresenta-se a seguir um **metatexto** sobre o texto na Análise Textual Discursiva, como produto final: **percepções dos discentes sobre o programa socioassistencial estudantil do IFAM.**

O direito a educação é garantido com base nos dispositivos legais (BRASIL, 1988; 1990; 1996). Entretanto, “ocorre, [...], que a desigualdade social e racial, persistente na sociedade brasileira, demonstra que não basta apenas ingressar [...], mas há que se ter condições mínimas para a permanência na instituição” (ÁVILA; DURAT, 2022, p. 215). Essa missão, cabe ao Estado (Federal, Estadual e Municipal) o dever e a responsabilidade de garantir e ofertar a todos os discentes que necessitarem condições para sua permanência e êxito acadêmico. O PSES, implementado e executado pelo IFAM, faz parte do PNAES a nível nacional. Quanto a concepção de Assistência Estudantil, para grande maioria, entendida como direito, para outros, como assistencialismo (ajuda, favor, caridade).

Quanto a categoria **concepção sobre o PSES** (categoria intermediária), os participantes da pesquisa (14), têm o entendimento de um programa como política pública, voltado aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar, à permanência e êxito acadêmico, e que há a necessidade de melhorar, apesar dos avanços.

Na categoria **entendimento como política pública** (categoria inicial), cem por cento (100%) dos participantes, foram concordes em afirmar que têm a percepção do PSES como direito dos discentes e não favor e/ou caridade, como podemos observar na fala dos discentes: “Na minha percepção, o PSES é um direito do aluno quanto a recursos ofertados pelo Instituto. É um programa extremamente necessário para os discentes, é um direito nosso” (P1E.1); “É um programa no qual todos os alunos do IFAM têm direito” (P11E.11). Quando os alunos falam em direito, podemos dizer que eles estão falando em política pública, mesmo indiretamente.

Na percepção de Nascimento (2019, p. 24), políticas públicas são “diretrizes elaboradas e executadas pelo Estado para enfrentar um problema público”. São políticas de Estado, independente de governo, como direito social, garantido a todos que necessitarem, como inclusão social (BRASIL, 1993). Nesse sentido, afirma-se que o PSES deve ser sempre uma política de inclusão e não exclusão, como bem é lembrado pela discente (P13E.13): “O PSE é um programa de inclusão, que dá assistência aos estudantes”. E por ser um programa de inclusão, todos que necessitarem “devem ter a mesma oportunidade” (P9Q.9). Destarte, não é possível falar de direito, sem falar em inclusão. E é exatamente essa inclusão que a Política de Assistência Estudantil do IFAM deve proporcionar aos discentes, através dos benefícios ofertados pelo PSES, como direito. Diante do exposto, a exemplo de Leite (2012), defendes uma política de Assistência Estudantil como direito de todos, universal, e não apenas um favor concedido para alguns.

Falando ainda sobre a percepção dos discentes sobre o PSES, os mesmos ressaltam que o programa deve ser **voltado aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar** (categoria inicial), considerando que “é um programa voltado para os alunos de baixa renda, priorizando aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social” (P5E.5). A lei é clara (BRASIL, 2010) e garante a todos os discentes que necessitarem, prioritariamente, oriundos de escola pública e em situação de vulnerabilidade socioeconômica (com renda familiar per capita até um salário mínimo e meio), inclusive a lei sobre as cotas (BRASIL, 2012). Segundo Martins (2020), é dentro desse contexto que os Institutos Federais passaram a fazer parte da política de inclusão, dando especial atenção aos discentes mais vulneráveis à

permanência na instituição, especialmente na assistência à alimentação, moradia, transporte, bolsas eventuais, dentre outras.

Por se tratar de Ensino Profissional Tecnológica de Nível Médio, normalmente o estudante tem de estudar em dois turnos (manhã e tarde). Por esse motivo, segundo Paixão *et al* (2016, p. 104) “por ser um curso integral, dificulta aos discentes a terem uma fonte de renda para suprir os seus gastos com livros, cópias de materiais, passagens dentre outras necessidades”. No IFAM/Campus Tefé, no ensino médio integrado, com frequência, há discentes de dezesseis (16) a dezoito (18) anos de idade, e que certamente gostariam de trabalhar para contribuir na renda familiar e em seus estudos, como por exemplo, discentes filhos de agricultores. Assim como a situação econômica, a realidade social familiar é impactante para alguns discentes, especialmente para os que residem longe do Campus (zona rural e estrada, nosso público-alvo), como bem destaca Cunha (2022, p. 111): “além de passar o dia na escola e ter que organizar seus estudos, alguns jovens moram distantes do Instituto e a rotina de deslocamento acaba se tornando mais uma dificuldade a ser enfrentada”.

Nesse sentido, segundo Martins (2020), mesmo o discente ingressando na instituição por mérito, mas diante de sua situação socioeconômica vulnerável, fica difícil sua permanência e êxito. Ele conclui dizendo que é aí que a assistência estudantil veio para garantir qualidade de vida para o discente, assim como assegurar melhor rendimento acadêmico. Por isso, para Antunes (2021, p. 49), “a assistência estudantil não pode ser vista apenas como um direito do estudante que a procura, mas sim um direito que requer prioridade de atendimento, o qual é destinado aos estudantes com poucos recursos financeiros, que se encontram em condições de vulnerabilidades sociais”. Apesar do programa não ser 100%, o discente assinala que “avaliação é bastante positiva devido as ofertas de materiais como a merenda, *tablet* e *chip*, porque a maioria não tem dinheiro para comprar esse material durante o estudo, fazendo que o aluno venha todos os dias para a aula” (P14Q.28).

Além da vulnerabilidade socioeconômica familiar, constata-se que os discentes sofrem outros efeitos para além da assistência estudantil, como recorda Yazbek (2001), que diariamente é visto e pontuado, o que na realidade é as expressões da questão social<sup>6</sup>, dentre elas, o desemprego, a precarização do trabalho, os não-empregáveis e supérfluo, o sucateamento da saúde, moradias insalubres, fome, fadiga. Vale citar ainda: a pobreza, a ausência de saneamento

---

<sup>6</sup> Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

básico, o emprego informal sem nem um direito garantido, desigualdade de oportunidades, dentre outros. Ou seja, as múltiplas expressões da questão social, acabam por interferir no campo educacional e trazendo obstáculos à permanência dos discentes (SANTOS, 2019).

Seguindo esse raciocínio do final da fala da discente acima, a próxima categoria é **voltada à permanência e êxito acadêmico** (categoria inicial). A percepção dos discentes é clara: o PSES é um programa voltado à permanência e êxito acadêmico, como mencionado pelo discente: “Vejo que esses benefícios são importantes para os alunos, tanto no desempenho quanto para sua permanência e êxito no IFAM, principalmente para nós que moramos em comunidades distantes do Campus” (P7E.7). Vale ressaltar, que a escolha do público-alvo nesta pesquisa são os discentes residentes na zona rural (comunidades e/ou estrada).

Apesar dos avanços desde sua implementação, a maioria dos discentes entrevistados apontaram que o PSES tem suas falhas. Portanto, há a necessidade de melhorar a execução. Quanto as **necessidades dos discentes** (categoria inicial), eles são enfáticos quando questionados sobre como avaliam o PSES. Falta apoio na hora da inscrição (acesso) para requerer o(s) benefício(s) do PSES, através do edital publicado, como é visto nos relatos: “Minha avaliação sobre o PSES do IFAM, em questão de tecnologia, acesso à *internet*, é tudo um pouco complicado, nem sempre consigo acessar” (P1Q.15); “A avaliação que faço, tem muitas coisas no edital que não são claramente explicadas para que o aluno acesse com mais facilidade ao portal do IFAM” (P8Q.22). Dessarte, “a avaliação é boa. Mas o PSES precisa melhorar” (P10Q.24). Ou seja, os discentes têm a compreensão que o acesso aos benefícios é muito complicado, desde a baixa qualidade da *internet*, que falta assistência (apoio) por parte da Instituição, da equipe multiprofissional. Podemos concluir que a dificuldade de acesso desestimula a busca pelo direito.

Dessa maneira, entende-se que a percepção dos discentes sobre o PSES, as múltiplas vozes e sentidos presentes nos excertos (*corpus*), estão de acordo com os conhecimentos teóricos, ou seja, a Assistência Estudantil é uma política pública, garantido a todos que necessitarem, como direito.

Além da concepção sobre o PSES, outra categoria que precisar ser compreendida é a **contribuição do programa para os discentes e seus desafios** (categoria intermediária), à luz da formação humana integral e a permanência e êxito, da família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, das dificuldades dos discentes e das fragilidades do PSES/IFAM.

Quando se fala em educação, direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988; 1990; 1996), há de pensar em instrumentos que garantam a democratização, igualdade e equidade,

especialmente para os discentes das camadas sociais mais baixas. Não basta só a oferta de cotas (BRASIL, 2012), mas sim, proporcionar aos discentes, as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico. Com esse propósito, o Programa de Assistência Estudantil foi instituído para contribuir para o acesso, a formação humana integral, a permanência e o êxito dos discentes (BRASIL, 2007; 2010). Os discentes que entram no IFAM para cursarem os cursos técnicos de nível médio na forma integrada, vêm de uma realidade (ensino fundamental), na qual tinham na matriz curricular, de no máximo dez (10) disciplinas. Chegando no IFAM, na forma integrada (manhã e tarde), encontram uma matriz curricular com mais do dobro. Além das disciplinas de ensino, têm a pesquisa e extensão, que fazem parte da formação humana integral.

Diante do exposto, a importância da **Contribuição do Programa à Formação Humana Integral e a Permanência e Êxito** (categoria inicial) dos discentes é analisada como mostra esta pesquisa (2020-2021) feita no período da pandemia (COVID-19), os discentes ressaltam que o PSES nesse período, foi mais importante ainda: “Durante a pandemia o PSES contribuiu com materiais didáticos como: cesta básica, *tablet*, *chip*, cartão de memória e alimentação. Após a pandemia, continua com a merenda e auxílio de transporte. Para nós que moramos na zona rural, o PSES é fundamental para nossa formação humana integral, permanência e êxito no IFAM” (P12Q.40). Nas falas dos discentes, constata-se, que a Assistência Estudantil vem “garantir não só a permanência nos seus aspectos básicos, mas sim promover uma formação plena e de qualidade aos discentes” (DUTRA; SANTOS, 2017, p.166). Uma formação integral que envolva o discente em suas múltiplas dimensões, e que possa desenvolver seus diferentes aspectos sociais, políticos, pessoais, culturais e etc. (FERREIRA; SOUZA, 2019).

Outra categoria que foi detectável com os participantes da pesquisa, foi a **família em situação de vulnerabilidade socioeconômica** (categoria inicial). Essa realidade, faz com que muitos discentes, encontrem o PSES como o único apoio para continuar estudando. Às vezes, a realidade familiar do discente é tão vulnerável, que mesmo com apoio da Instituição, fica difícil sua permanência nos estudos, como relata o discente: “Mesmo recebendo apoio da Instituição com os benefícios do PSES, as condições financeiras de meus pais, que são pobres, dificultam muito para eu continuar estudando no IFAM” (P1E.57). É de conhecimento de todos, que a pandemia (2020-2021) ocasionou desemprego e conseqüentemente, as famílias ficaram mais vulneráveis. Apesar do grande esforço do IFAM que é buscar proporcionar benefícios como bem destacado pelo discente acima, ainda é insuficiente, como relata o discente: “Os



benefícios do PSES não são suficientes para nossa formação humana integral e permanência e êxito. Pois, temos muitas despesas e nosso custo de vida está cada vez mais caro” (P3Q.45).

Além dos benefícios serem insuficientes, como constatado por alguns discentes, há também outras questões, como algumas **dificuldades dos discentes** (categoria inicial). Há os que narram, que o acesso para a concessão dos benefícios do PSES do IFAM é muito burocrático: “O sistema é muito difícil de solicitar para quem não tem muita experiência com computador. Sem falar da baixa qualidade da *internet*” (P8E.92). Por fim, o discente solicita apoio: “Certamente seria muito bom o IFAM nos ofertar mais computadores e *internet* na hora da inscrição” (P11E.109). Portanto, é possível dizer que as estruturas do espaço escolar, certamente proporcionam a convivência entre colegas e o sentido de coisa pública em benefício de todos, e conseqüentemente, permanência e êxito para com os discentes.

Sendo assim, é nítido a próxima categoria, **fragilidade do programa** (categoria inicial). A maioria dos entrevistados apontaram que o PSES não é tão perfeito assim, apesar de contribuir bastante. Os discentes reclamam, que o(s) recurso(s) e benefícios que recebem, são limitados e insuficientes: “O PSES ajuda. No entanto, muitas das vezes não atendem nossas necessidades para estudar, pois os recursos são limitados” (P4Q.46). Para Braga e Prá (2021), essa realidade de recursos limitados, é consequência do desmonte das políticas públicas implantada e executada desde o governo Temer (2016-2018) e continuado pelo governo Jair Bolsonaro (2019-2022), especialmente nas políticas de educação, voltado para o acesso, permanência e êxito dos discentes, como a Política de Assistência Estudantil. A nível de IFAM, é visível este desmonte, através dos valores executados na Assistência Estudantil no IFAM, com base nos Relatórios de Gestão do IFAM (2018; 2019; 2020; 2021).

Apesar de todos entraves e fragilidades do PSES/IFAM, os discentes foram unânimes em afirmar que reconhecem a Assistência Estudantil como direito, que é dever do Estado proporcionar e garantir, prioritariamente, a quem necessitar. Ao mesmo tempo, foram enfáticos quanto a contribuição que o programa proporciona, que tem “um papel fundamental no auxílio à permanência e êxito dos discentes, viabilizando a igualdade de oportunidades e a democratização do ensino” (SANTOS, 2019, 76). Entretanto, é bom não esquecer, que o que se tem até aqui sobre Assistência Estudantil, foi fruto de esforços coletivos, de lutas pela garantia de direitos, voltado para igualdade de oportunidade aos discentes no ensino público (VASCONCELOS, 2010).

Considerando que o mestrado profissional proporciona ao mestrando a construção de um Produto Educacional (PE), com objetivo de contribuir na formação acadêmica dos

discentes, a partir da pesquisa de campo houve a promoção, o PE em formato de guia para os discentes, para orientá-los sobre o Programa Socioassistencial Estudantil. Diante do apoio dos discentes, foi difundido a seguir, o PE com o tema: “Guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”.

## **5 PRODUTO EDUCACIONAL**

### **GUIA DE APOIO AO DISCENTE: programa socioassistencial estudantil do IFAM.**

Nesse capítulo o Produto Educacional (PE) será apresentado e desenvolvido a partir da pesquisa de campo. Consiste em um Guia de apoio aos discentes do IFAM, sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM.

#### **5.1 Apresentação**

O Programa Socioassistencial Estudantil (PSES) é fundamental no apoio a permanência e êxito dos discentes com situação socioeconômica familiar vulnerável, dando a eles o direito de concluir o curso em condições de igualdade com os demais, de uma formação cidadã.

Considerando que o mestrado profissional deve proporcionar um Produto Educacional (PE), de acordo com Bessemer e Treffinger (1981), o PE é um resultado tangível de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, e foco nas necessidades do público-alvo, não nas do pesquisador.

Todavia, no dia a dia com os discentes do IFAM/Campus Tefé, trabalhando como Assistente Social, constata-se que muitos discentes, ou seja, a grande maioria, não conhecem o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), encontram dificuldades desde o acesso para realização de seu cadastro e solicitação do benefício pelo sistema SIGAA-Portal do Discente do IFAM, via *internet*, sem falar da dificuldade de *internet* no município de Tefé. Diante das observações, surgiu como problema de pesquisa: o que vocês discentes, acham da construção de um Guia sobre o PSES do IFAM para orientar sobre os benefícios do PSES/IFAM?

A partir do conceito de PE supracitado acima e das inquietações apresentadas sobre o PSES, os discentes foram ouvidos a partir de suas singularidades visando o conceito plural de cada um sobre a importância da construção de um guia de apoio aos discentes sobre o PSES/IFAM, através dos questionários (Apêndice C) e entrevistas (Apêndice D). Coligiu-se, que a construção de um guia sobre o PSES para os discentes, é importante e necessário, como

afirmam os discentes: “Considero importante a construção de um guia. Pois, com a chegada dos novatos, é normal a sua dificuldade em entender cada área do Instituto, bem como seus direitos. Por isso, poderia ser de grande ajuda para os alunos novos que chegarem no IFAM” (P1E.113); “A construção de um guia seria muito importante. Pois nós alunos sempre temos dúvidas e seria muito necessário um guia como apoio” (P2E.114). Porém, os discentes ressaltam a importância de um guia que seja simples, prático, objetivo, didático e acessível, como mencionado pelos discentes: “Deve ser simples, prático, ajudar na hora de fazer o cadastro” (P2Q.72); “Sem um guia não temos como completar ou agilizar a solicitação dos benefícios, um bom guia didático e acessível” (P14Q.84). Mas, o principal apoio que os discentes reclamam sobre o PSES, é a falta de orientação e informação por parte da Gestão do IFAM, como descrevem os discentes: “A construção de um guia seria importante para nós alunos. Sempre aparecem dúvidas em relação a adesão ao PSES. Então seria muito bom receber orientação e informação” (P3E.115); “Muito boa a construção de um guia. Vai orientar bastante nas informações que precisamos, bem prático e rápido. Facilitará muito, pois as vezes não temos as devidas orientações sobre o programa” (P11Q.81).

Nesse sentido, a proposta de contribuição foi desenvolver um Produto Educacional (PE), um guia de apoio para os discentes, que ajude os discentes, com objetivo de apresentar aos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), informações e orientações, o processo passo a passo desde o acesso e a adesão do Programa Socioassistencial Estudantil.

O Produto Educacional (PE), com título: guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, foi desenvolvido com apoio dos discentes participantes da pesquisa (público-alvo), através das perguntas realizadas através dos questionários (Apêndice C) e das entrevistas (Apêndice D), assim como a partir do referencial bibliográfico e documental, como instrumentos para coleta de dados.

A elaboração da construção do PE, em forma de “GUIA”, foi construída em formato de mídia impressa e mídia digital, com linguagem clara e objetiva, uma estética de cores primárias, tipografia e imagem da melhor forma possível, com aplicabilidade e acessibilidade, preferencialmente, para ser impresso pelo próprio IFAM e entregue aos discentes no ato da matrícula do IFAM, além de disponibilizar no portal do IFAM/Campus Tefé.

A partir da metodologia proposta, foi desenvolvido o Produto Educacional (PE), com título: guia de apoio ao discente sobre Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, que contribua para a permanência e êxito dos discentes, a partir de nove (09) momentos.

Considerando que o GUIA será entregue, preferencialmente, para os discentes que estarão ingressando no IFAM, o primeiro momento na construção do PE é a apresentação da Instituição do IFAM, como um breve histórico, quais e onde estão localizados os Campus do IFAM, e qual a Missão do Instituto.

Segundo momento, é apresentado a Assistência Estudantil, fundamentos legais e concepção, o que é a Assistência Estudantil à luz dos teóricos clássicos.

O terceiro momento, é a explanação sobre a Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM), qual prerrogativa e objetivo da PAE/IFAM, assim como quais seus Programas.

No quarto momento, o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), seu conceito, a quem se destina, quais os critérios de seleção para participarem do PSES/IFAM. Também, alguns conceitos como: vulnerabilidade social, renda familiar bruta mensal *per capita* e família. Por fim, a lista de documentos comprobatórios para o ato de inscrição para o PSES/IFAM.

Para o quinto momento, é listado quais os Benefícios que fazem parte do PSES do IFAM (alimentação, transporte, material didático-pedagógico e escolar, moradia, alojamento, creche e auxílio emergencial). O que é cada um, qual o objetivo e como poderá ser concedido.

No sexto momento, um TUTORIAL: passo a passo para a concessão do(s) Benefícios do PSES/IFAM. A pedido dos discentes, segue anexo: modelo do Questionário Socioeconômico, de acordo com a inscrição para o PSES/IFAM (Anexo III).

O sétimo momento, é desataque a Gestão do PSES/IFAM, quem faz parte, como a Equipe Multiprofissional funciona, quais as competências e atribuições de cada profissional, no que se refere o PSES/IFAM.

No oitavo momento, a ênfase é sobre o Recurso da Assistência Estudantil, para que os discentes possam ficar a par dos recursos destinados a eles como direito.

No último momento, a pedido dos discentes na pesquisa de campo, há uma sessão, no qual estará algumas dúvidas sobre o PSES/IFAM, com perguntas e respostas.

Para a elaboração da arte do Guia, foi necessário o apoio de um designer, sendo de suma importância sua participação, que deu identidade visual e didática ao Guia.

## **5.2 Da teoria à prática.**

O direito a educação, a uma assistência aos estudantes, é um direito constitucional, garantido como Política de Estado, a partir da Constituição de 1988, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB/96), que

ênfatisam a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o direito a educação básica de forma gratuita e universal, com condições para que o discente possa continuar seus estudos, preparar-se para o exercício da cidadania e qualificação para o mundo do trabalho. Ou seja, é dever do Estado proporcionar EDUCAÇÃO, o Acesso, a Permanência e o Êxito. O Estado deve Fomentar/Garantir/Assegurar “programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação” (CF/1988, art. 208; ECA, 1990, art. 54, VII; LDB, 1996, art. 4º, inciso VIII).

Nesse sentido, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos discentes no ensino e consolidar a Assistência Estudantil no Brasil enquanto direito dos estudantes, ocorre a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa nº 39 de 2007 e Decreto nº 7.234 de 2010, constando dentre as suas ações de Assistência Estudantil: alimentação, transporte, moradia, creche.

A nível de Instituto, o IFAM, instituiu a Política de Assistência Estudantil, através da Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011, e normatizou a execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil, pela Portaria nº 1.000-GR/IFAM, de 2011.

Na compreensão de Fonte (2003, p. 25), a Assistência Estudantil pode ser compreendida como “um conjunto de políticas realizadas por meio dos programas de Promoção, Assistência e Apoio que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes”.

Todavia, não basta somente o Estado ofertar através de leis, decretos, portarias e editais apoio aos estudantes. Sim, na prática, o Estado deve realmente fomentar, garantir, assegurar e dar condições para que os discentes possam permanecer e concluir seus estudos, de acordo com a lei.

Pensando em contribuir nos direitos dos discentes, que esse Produto Educacional foi desenvolvido, com objetivo de apresentar aos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), informações e orientações sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, o processo passo a passo desde o acesso e a adesão do Programa Socioassistencial Estudantil, seus direitos e deveres.

### **5.3 Passo a Passo: o percurso metodológico do produto educacional.**

Como metodologia para o Produto Educacional (PE), seguiu-se as fases de Farias e Mendonça (2019), com base na adaptação do Grupo de Trabalho sobre Qualidade Educacional e Doutorado Profissional na área de Ensino – Seminário de Meio Termo (2019) – CAPES:

Preconcepção da pesquisa/produto; Base da pesquisa; Requisitos e parâmetros do produto; Prototipação do produto; Aplicação e avaliação do produto. Primeiro momento: Preconcepção da Pesquisa/produto. Prévia idealização do pesquisador no início da pesquisa. Pesquisas preliminares, percepção inicial de um problema real (FARIAS; MENDONÇA, 2019). Nesse sentido, os participantes da pesquisa de campo foram ouvidos, e resultou na necessidade de desenvolver um Produto Educacional (PE) sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes, com informações, orientações e o processo passo a passo desde o acesso e a adesão do PSES/IFAM (Apêndices C e D), em forma de Guia de apoio ao Discente, sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM. E a proposta dos discentes participantes da pesquisa (público-alvo) foi construir o Guia em formato de mídia impressa e digital, sendo disponibilizado na plataforma digital do IFAM/Campus Tefé, como relatam os discentes: “Além de impresso, também dever ter digital” (P2E.128); “Seria bom disponibilizar o guia não somente impresso, mais também digital” (P3E.129).

Segundo momento: Base da Pesquisa. Início do levantamento e construção do referencial teórico-metodológico de acordo com a necessidade do público-alvo. Fase dos ajustes do problema do PE (FARIAS; MENDONÇA, 2019). Ou seja, foi o momento de levantamento e construção dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa (questionários - Apêndice C e entrevistas - Apêndice D, assim como os referenciais bibliográficos e documentais.

Terceiro momento: Requisitos e parâmetros do PE. Para Farias e Mendonça (2019, p. 36), requisitos e parâmetros, “orientam quais elementos o produto deve apresentar para mitigar o problema da pesquisa”. Requisitos são características definidas dos produtos que irão satisfazer as necessidades e as expectativas do público-alvo. Parâmetros, são características que pode apresentar ferramentas e critérios, apontar estratégias para a pesquisa e devem ser orientados para solucionar o problema e as necessidades do público-alvo (FARIAS; MENDONÇA, 2019). Com isso, foi construído um Guia de Apoio ao Discente, em formato impresso e digital, usando como requisitos para construção do PE: ser acessível ao público-alvo, baseado nas coletas do pesquisador; organização das informações. E como parâmetro/critérios para construção do PE: adequado ao público-alvo com aplicabilidade e acessibilidade, aplicado no contexto escolar e passe por avaliação/validação do público-alvo.

Quarto momento: Prototipação do produto. Elaboração piloto do PE, considerando a tipologia, linguagem por meio impresso e/ou digital, suporte, o qual o PE está sendo proposto

(FARIAS; MENDONÇA, 2019). Nesse sentido, a elaboração da construção do PE ocorreu em forma de GUIA, por meio de mídia impressa e digital, com linguagem clara e objetiva, uma estética de cores primárias, tipografia e imagens da melhor forma possível para o público-alvo, para ser entregue aos discentes no ato da matrícula no IFAM e ficar à disposição na plataforma digital do IFAM/Campus Tefé.

Quinto momento: Aplicação e avaliação do produto. Submissão do Produto Educacional (PE) à avaliação dos participantes da pesquisa (FARIAS; MENDONÇA, 2019). Por fim, após a construção prévia do PE, este foi entregue aos discentes, para APLICAÇÃO e AVALIAÇÃO. Vale mencionar, que não foi possível realizar a aplicação e avaliação do PE com os participantes da pesquisa, o público-alvo, considerando que os mesmos concluíram seus estudos em 2022. Diante disso, optou-se em realizar a aplicação e avaliação com a turma do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente – Desenvolvimento Comunitário-1º Módulo/2023.1, ingressantes em 2023.1, considerando que fazem parte do público-alvo do PSES, há discentes que residem na zona rural ribeirinha e/ou estrada (público-alvo de nossa pesquisa).

Em comum acordo com a gestão, docente e os discentes, houve a realização dos encontros de forma presencial no IFAM/Campus Tefé (laboratório de informática) no dia 03/03/2023, das 19h às 21h, uma palestra seguindo a metodologia de acordo com Apêndice I do PE (passo a passo do PE), com participação de vinte (20) discentes. Em seguida, foi entregue o questionário para avaliação do PE (Apêndice G) e responsabilidade de devolução nos dias 06 a 08/03/2023). Destaca-se que foi encaminhado no grupo dos discentes via *WhatsApp* uma cópia no formato *Portable Document Format* (PDF) do guia do PE, para fins de leitura, avaliação e sugestão do PE. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a importância e responsabilidade sobre a ética na pesquisa, assim como a garantia do sigilo. Vale salientar, que para análise dos dados, o método utilizado será a codificação, as letras iniciais dos nomes dos participantes.

#### **5.4 Avaliação do Produto Educacional (PE).**

As questões dos questionários (Apêndice G) foram elaboradas a partir da proposta de Rizzatti *et al.* (2020), com base nas orientações do Grupo de Trabalho da CAPES (2019), que apresenta uma metodologia de avaliação para o Produto Educacional (PE), com perguntas organizadas a partir de cinco (05) componentes: aderência, complexidade, aplicabilidade/aceso, inovação e impacto.

Evidencia-se, que todos os vinte (20) discentes do Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente-Desenvolvimento Comunitário-1º Módulo/2023.1 que participaram da

palestra (03/03/2023) e levaram o questionário (Apêndice G) para responderem, 100% os discentes entregaram a avaliação nos dias 06 a 08/03/2023, conforme o acordo.

Componente **aderência**, compreende-se como a origem do PE que apresenta procedência nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação. Quanto a componente aderência, 100% dos participantes que realizaram a avaliação do PE, afirmaram possuir linguagem clara e de fácil compreensão aos discentes, de acordo com a linha de pesquisa, como bem destacado pelos discentes: “A maioria dos estudantes têm muitas dúvidas sobre o PSES e o guia de apoio é justamente para isso, tem uma linguagem clara e de fácil compreensão” (DFD). Pode-se perceber que os discentes gostaram do PE, por ser de linguagem simples, clara e de fácil compreensão, especialmente para os discentes ingressantes no IFAM.

Componente **complexidade**, compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do PE. Na componente complexidade, maior parte dos discentes (95%) consideram que o PE, atingiu e/ou atinge seu objetivo, como evidenciado nas falas dos discentes: “Sim, ele atingiu seu objetivo porque eu consigo entender cada etapa do guia” (EGV); “Apresentou sua finalidade correta, as informações e orientações referente aos benefícios e seus direitos e deveres” (DFD). Como é visto, o próprio título do guia já fala por si: “Guia de apoio ao discente”, bem didático, com início, meio e fim, bem prático.

Componente **aplicabilidade/aceso**, relaciona-se à forma de acesso do PE, ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acesso e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas. No tocante a componente aplicabilidade/aceso, somente 90% dos discentes estão de acordo que o PE, construído em formato impresso (*word*), digital (*pdf*; *e-mail*; *QR-Code*), possa facilitar a aplicabilidade e acessibilidade aos discentes do IFAM, conforme resposta do participante: “Porque muitos têm dificuldades para ter acesso, mas no formato impresso e *pdf* é mais fácil. Nos apresenta clareza e nos ajuda a perceber o objetivo do guia” (RBC). Considerando que temos no IFAM, discentes PcDs (Pessoa com Deficiência), a crítica que os discentes apontam, que o PE em formato somente impresso (*word*) e digital (*PDF*), não é acessível para todos os discentes PcDs. Faz-se necessário, tornar o PE acessível aos PcDs, que são usuárias de recursos como libras (língua brasileira de sinais), braile e audiodescrição (AD).

Ainda sobre aplicabilidade/aceso, os discentes foram unânimes em afirmar que os aspectos estéticos (artes/visual) do PE são atrativos aos discentes do IFAM, com linguagem



clara, objetiva e imagem da melhor forma possível, com aplicabilidade e acessibilidade, como destaca a discente: “As imagens, é a primeira coisa que chama atenção, no guia as imagens e a linguagem estão bem claras, as imagens fazem a pessoa entender do que se trata no guia de apoio” (DFD).

Componente **inovação**, considera-se que o PE foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original. Todos (100%) concordaram que o PE é inovador no IFAM, e que certamente só tem a contribuir, como relata a discente: “Esse produto educacional em forma de guia de apoio ao discente sobre o PSES, é com certeza inovador aos estudantes no IFAM” (ZBM). No IFAM, até o presente momento, é de conhecimento somente o “guia do discente” organizado por Santos (2017)<sup>7</sup>, um guia com orientações diversas para os discentes. Portanto, a proposta, “guia de apoio ao discente sobre o PSES do IFAM”, é realmente inovadora sobre o tema.

Componente **impacto**, considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. Os discentes foram enfáticos (100%) quanto o impacto que o PE: “O impacto é positivo sobre o PE. Isso porque, alguns discentes não sabiam desses benefícios antes de entrarem no IFAM. O PE vai ajudar bastante para tirarem suas dúvidas” (BSR). O PE contribuirá para que o discente possa ter o conhecimento sobre como acessar os benefícios do PSES/IFAM. E certamente terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM. Será de suma importância, principalmente para os discentes ingressantes no IFAM, os mais vulneráveis no mundo digital.

Diante das observações dos discentes sobre **aplicabilidade/acessibilidade** sobre o PE, foi lançado, como proposta para o IFAM, a possibilidade do “guia de apoio ao discente sobre o PSES/IFAM”, em formato de libras, braile e audiodescrição.

Diante das dificuldades de *internet* no município de Tefé/AM, a proposta e a orientação foi feita à Instituição do IFAM/Campus Tefé, pois é preciso dar maior apoio aos discentes para adesão do PSES (solicitação dos benefícios), com suporte da Equipe Multiprofissional, apoio principalmente de *internet* para acesso através do Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas (SIGAA), e conseqüentemente, contribuir para o acesso, permanência e êxito dos discentes, de modo especial, para os com situação socioeconômica mais vulneráveis.

---

<sup>7</sup> SANTOS (2017) – “Guia do Discente”. “O presente Guia Acadêmico, apresenta de forma simplificada as orientações necessárias ao bom andamento da sua vida acadêmica, trazendo informações sobre os diversos procedimentos administrativos e acadêmicos utilizados, objetivando o atendimento das demandas discente bem como os resultados esperados” (Antônio Venâncio Castelo Branco – Reitor do IFAM no período de 2014-2020).

Que o Guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, possa atingir seu objetivo: apresentar aos discentes do IFAM, informações e orientações, o processo passo a passo desde o acesso e a adesão do Programa Socioassistencial Estudantil.

### 5.5 Produto Educacional: “Guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”.

A seguir, apresentamos o Produto Educacional: “Um guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”.



## PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL DO IFAM

Produto Educacional elaborado pelo mestrando Francisco Ripardo Maia, sob a orientação do Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro (IFAM-CMC).

---

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

---

### Biblioteca Campus Manaus Centro

M217p Maia, Francisco Ripardo.  
Programa socioassistencial estudantil do IFAM / Francisco Ripardo Maia,  
Cirlande Cabral da Silva. – Manaus, 2023.  
60 p. : il. color.

Produto Educacional da Dissertação – O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas / Campus Tefé: percepção dos discentes. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2023.  
ISBN 978-65-85652-13-1

1. Formação humana integral. 2. Política de assistência estudantil. 3. Permanência e êxito. I. Silva, Cirlande Cabral da. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

---

Elaborada por Márcia Auzier CRB 11/597

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	05
<b>INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS-IFAM</b> .....	07
Breve Histórico.....	08
Quais e onde estão localizados os Campi do IFAM.....	09
Missão do IFAM.....	10
<b>ASSISTENCIAL ESTUDANTIL</b> .....	<b>11</b>
Fundamentos Legais .....	12
Concepção.....	14
<b>POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PAE/IFAM)</b> .....	15
<b>PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL (PSES/IFAM)</b> .....	17
Conceito/Definição.....	18
Crterios de seleção para adesão do PSES/IFAM.....	18
<b>BENEFÍCIOS do PSES/IFAM</b> .....	24
Benefício Alimentação.....	25
Benefício Transporte.....	26
Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar.....	27
Benefício Moradia.....	28
Benefício Alojamento.....	29
Benefício Creche.....	30
Benefício Emergencial.....	31
<b>TUTORIAL: para a Concessão do(s) Benefício(s) do PSES/IFAM</b> ....	32
<b>GESTÃO DO PSES/IFAM</b> .....	37
Equipe Multiprofissional.....	38
<b>RECURSOS FINANCEIROS DO PSES/IFAM</b> .....	41
<b>DÚVIDAS FREQUENTES</b> .....	44
Créditos .....	49
Referências.....	50
Apêndice I .....	51
Anexos.....	53

---



## DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

**Título do Produto Educacional:** Guia de apoio ao discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM.

**Origem do produto:** Dissertação intitulada "O Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé: percepção dos discentes", desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Profissional e Tecnológico – ProfEPT.

**Área de Conhecimento:** Ensino.

**Público-Alvo:** Discentes do Instituto Federal do Amazonas - IFAM.

**Categoria deste produto:** Desenvolvimento de um Guia de Apoio aos discentes do IFAM.

**Finalidade:** Apresentar informações e orientações aos discentes do IFAM, referente aos Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil (PSES), seus direitos e deveres.

**Organização:** Este produto está organizado em nove (09) momentos: 1º, aborda a apresentação da Instituição do IFAM, breve histórico, quais e onde estão localização os Campus do IFAM, e qual a Missão do Instituto; o 2º, a Assistência Estudantil, fundamentos legais e concepção, o que é a Assistência Estudantil à luz dos teóricos clássicos; 3º, explanação sobre a Política de Assistência Estudantil do IFAM e quais seus Programas; 4º, o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, seu conceito, a quem se destina, critérios de seleção; 5º, os Benefícios que fazem parte do PSES do IFAM; 6º, um TUTORIAL sobre o PSES/IFAM; 7º, sobre a Gestão do PSES/IFAM, quem faz parte, quais as competências e atribuições de cada profissional, no que se refere o PSES/IFAM; 8º, ênfase sobre o recurso da Assistência Estudantil, para que os discentes possam ficar a par dos recursos destinados a eles como direito; e no 9º momento, a pedido dos discentes na pesquisa de campo, tiramos algumas dúvidas sobre o PSES/IFAM, com perguntas e respostas.

**Registro do Produto:** Biblioteca Paulo Sarmento – IFAM/Campus Manaus Centro.

**Avaliação e Validação do Produto:** Vinte (20) discentes do IFAM *Campus Tefé* e três (03) professores que compuseram a banca de defesa da dissertação.

**Disponibilidade:** Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

**Divulgação:** Em formato digital e impresso.

**Instituições envolvidas:** Instituto Federal do Amazonas e Instituto Federal do Amazonas.

**URL:** <http://www2.ifam.edu.br/profept> -

<http://www2.ifam.edu.br/campus/tefe/ensino/assistencia-estudantil/guia-manual>

**Idioma:** Português

**Cidade/País:** Manaus-AM/Brasil.

**Ano:** 2023.

## APRESENTAÇÃO

Olá, discente!

Este GUIA é um Produto Educacional, desenvolvido a partir das inquietações dos discentes durante a pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, com o tema:

**O Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé: percepção dos discentes.**

Inquietação como: " Os discentes do IFAM, conhecem realmente o Programa Socioassistencial Estudantil e como acessar os Benefícios ofertados pelo Edital, principalmente para os discentes iniciantes na vida acadêmica?" Compreendemos a importância do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM) no percurso educacional para os discentes, para sua permanência e êxito. Por esse motivo, reunimos nesse GUIA, através de nove (09) momentos, informações sobre a Assistência Estudantil, especificamente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM.

Por fim, um tutorial passo a passo à concessão do(s) benefício(s) do PSES/IFAM, com objetivo de apresentar informações e orientações aos discentes do IFAM, referente aos Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil. Nesse sentido, buscamos apresentá-lo de maneira mais simples e didática.

**Francisco Ripardo Maia**  
Assistente Social do IFAM

**VALE RESSALTAR, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS, NÃO SUBSTITUEM A LEITURA ATENTA DO EDITAL E DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL DO IFAM, NO SITE OFICIAL DO IFAM.**







**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**1º  
Momento**



**IFAM**



Prezado Discente, você conhece o IFAM?  
Nesse primeiro momento, te convido a conhecer,  
contarei um breve histórico:



De acordo com Mello (2009), a trajetória da Instituição do Amazonas remonta ao início do século XX, conforme podemos perceber na linha do tempo:

Figura 1 – Trajetória da Instituição do Amazonas



Fonte: <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) surgiu a partir do Decreto Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela agregação de antigas Instituições de educação profissional: Escola Técnica Federais (ETF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), criando trinta e oito (38) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em dezenove (19) Estados existentes no país.

Dentre os Institutos Federais criados pelo Decreto-Lei nº 11.892/2008, está o IFAM, com integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (Zona Leste) e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas (SOUZA, 2002; MELLO, 2009; NOGUEIRA, 2016).

Atualmente o IFAM é composto por dezessete (17) Campus. Vejamos a localização de cada Campus (Figura 2) do IFAM na ilustração a seguir, de acordo com mapa do Estado do Amazonas.



Fonte: [http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/mapa\\_ifam.jpg](http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/mapa_ifam.jpg). Acessado em: 13/09/2021.





## Qual a Missão do IFAM?



Os Institutos Federais têm "a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica; bem como visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido como o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país" (IFAM/PDI: 2019-2023, p. 22).



A nível de Instituto, o IFAM tem como missão: "Promover a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia" (IFAM/PDI: 2019-2023, p. 28).





**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**2º**

**Momento**



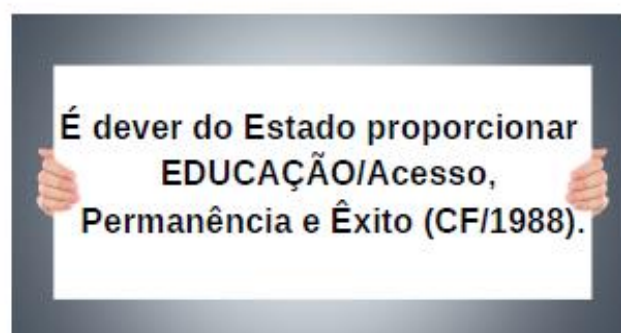
**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**



No segundo momento, vamos conhecer se Assistência Estudantil é um Direito ou um Favor:

## Fundamentos Legais

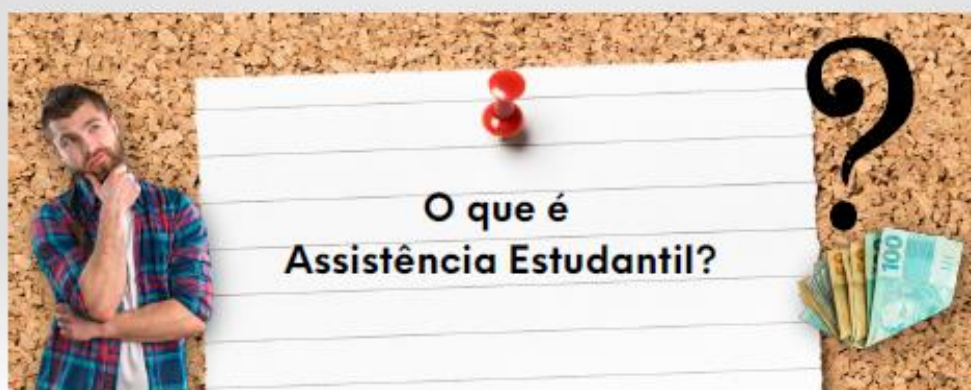
O direito a educação, a uma assistência aos estudantes como direito, como Política de Estado, inicia propriamente a partir da Constituição de 1988. Esse direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (BRASIL, 1996), que enfatizam a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o direito a educação básica de forma gratuita e universal, com condições para que o discente possa continuar seus estudos, preparar-se para o exercício da cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.



O Estado deve Fomentar/Garantir/Assegurar “programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação” (CF/1988, art. 208, inciso VII; ECA, 1990, art. 54, VII; LDB, 1996, art. 4º, inciso VIII).



O marco histórico é de importância fundamental para a consolidação da Assistência Estudantil no Brasil enquanto direito dos estudantes, dá-se a partir da promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em Portaria Normativa nº 39 de 2007 (BRASIL, 2007) e Decreto nº 7.234 de 2010 (BRASIL, 2010), que tem como finalidade de ampliar as condições de permanência dos discentes no ensino, e dentre as suas ações de assistência estudantil: alimentação, transporte, moradia, creche.



Na compreensão de Fonte (2003, p. 25), a Assistência Estudantil pode ser compreendida como "um conjunto de políticas realizadas por meio dos programas de Promoção, Assistência e Apoio que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes".

Para Imperatori (2017), a Assistência Estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, considerando que faz parte do direito básico do ser humano, como saúde, educação, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.



Na percepção de Vasconcelos (2012), Assistência Estudantil é uma ação que deve proporcionar acesso aos instrumentais necessários à formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento do discente; portanto, a importância dos recursos para a sobrevivência do estudante, tais como:



**ALIMENTAÇÃO**

**atenção à saúde**

**cultura**

**TRANSPORTE**

**CRECHE**

**ESPORTE**

**recursos financeiros**

**APOIO PEDAGÓGICO**

**moradia estudantil**

**INCLUSÃO DIGITAL**





## **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**



O IFAM instituiu a Política de Assistência Estudantil, através da Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011, e normatizou a execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil, pela Portaria nº 1.000-GR/IFAM, de 2011.

### Prerrogativa da Política de Assistência Estudantil do IFAM

A garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados na Rede EPCT em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, aos que se encontra em situação de vulnerabilidade social. (Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011)

### Objetivo da Política de Assistência Estudantil do IFAM

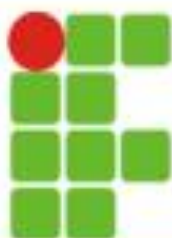
Proporcionar aos estudantes matriculados no IFAM em vulnerabilidade social, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de retenção e evasão, ao contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação. (Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011)

A Política de Assistência Estudantil do IFAM é composto, prioritariamente por dois (02) Programas:

**PROJETOS INTEGRAIS**

**PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL  
ESTUDANTIL (PSES)**

(Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 2011, Portaria nº 1.000-GR/IFAM, de 2011)



**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**4º**

**Momento**



**PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAIS**



## O que é o PSES/IFAM?

Entende-se por Programa Socioassistencial Estudantil (PSES), que dispõe de ações voltadas para o suprimento das necessidades socioeconômicas dos estudantes em vulnerabilidade. Sendo operacionalizado pela concessão de benefício nas modalidades básica e complementar.

?

?

### Básica

- I – Benefício Alimentação;
- II – Benefício Transporte;
- III – Benefício Moradia;
- IV – Benefício Alojamento;
- V – Benefício Creche;
- VI – Benefício de Material Didático-Pedagógico e Escolar.

### Complementar

- I - Benefício Emergencial (exemplo: auxílio financeiro na pandemia).

## A quem se destina?

Destinado a todos os discentes com Renda Familiar Bruta Mensal *Per Capita* mensal de até um salário mínimo e meio, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme o que estabelece a Política de Assistência Estudantil em vigor. (IFAM, 2021)

?

?

## Critérios de Seleção:



Estar matriculado e estudando;



Vulnerabilidade Social e/ou Renda Familiar Bruta Mensal *Per Capita* de até um salário mínimo e meio vigente;



Oriundo(a) da Rede Pública de Educação Básica;



Frequência regular (igual ou superior a 75%) nos cursos ofertados pelo IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino (Resolução nº 94/2015-CONSUP/IFAM) - Para renovação;



Aproveitamento acadêmico suficiente, com a média igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares ou disciplinas (Resolução nº 94/2015-CONSUP/IFAM) - Para renovação;



Parecer pedagógico, social, psicológico, conforme o caso, recomendando a permanência do discente no PSES/IFAM para os casos em que o discente se encontre em situação de vulnerabilidade social, progressão parcial, ou que não tenha alcançado índice de frequência ou rendimento acadêmico suficiente.

(IFAM, 2021)



## Vamos conhecer alguns conceitos

### Vulnerabilidade Social

Entende-se por vulnerabilidade social aquelas demandas expostas a processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização dos vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros) e territorial. (Brasil. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

### Renda Familiar Bruta Mensal Per Capita

É a soma da Renda Familiar Bruta Mensal, dividido pela quantidade de membros da família. Exemplo: Se uma família com cinco (05) membros ganham uma Renda Bruta Mensal no valor de R\$ 5.060,00, você pega esse valor de R\$ 5.060,00 e DIVIDE por cinco (05) = R\$ 1.012,00 por pessoa. Ou seja, a Renda Familiar Bruta Mensal Per Capita dessa família, corresponde a R\$ 1.012,00. Vejamos:





# Tome nota!

## Exemplo de como preencher - Renda Familiar

NOME	IDADE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA MENSAL (R\$)
X	15	-	Cursando 1º ano Ensino Médio	Estudante	-
XX	30	PAI	Ensino Médio	Agricultor	1.320,00
XXX	30	MÃE	Ensino Médio	Autônoma	1.100,00
XXXX	60	AVÔ	Analfabeto	Aposentado	1.320,00
XXXXX	60	AVÓ	Ensino Fundamental	Aposentada	1.320,00
RENDA FAMILIAR BRUTA - TOTAL					5.060,00
RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA (por pessoa)					1.012,00

## Família

Entende-se por família, "a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio". (MEC-Portaria Normativa nº 18, de 11/10/2012)

### Inscrição para a Concessão do(s) Benefícios do PSES/IFAM

As inscrições serão realizadas de acordo com o Edital a ser publicado pelo Campus.


Lista de Documentos Comprobatórios para o Ato da Inscrição:

**Discente**



- Carteira de Identidade (RG) e CPF (obrigatório);
- Comprovação de Renda (+ 18 anos) – (Anexos: I ou II);
- Comprovante de residência (conta de água ou energia elétrica recente);
- Comprovante de desempenho acadêmico – Histórico Acadêmico e/ou Boletim Escolar (no caso de renovação do benefício - atualizado);
- Cópia de contrato de aluguel (se for o caso de pedido de Auxílio Moradia);
- Certidão de Nascimento e/ou RG e CPF de filho(a), com idade até seis anos (nos casos de solicitação de Benefício Creche).





### Demais integrantes do núcleo familiar do discente

- ✓ Certidão de Nascimento (- 18 anos);
- ✓ Carteira de Identidade (RG) e CPF (+ 18 anos - obrigatório);
- ✓ Comprovação de Renda ((+ 18 anos) – (obrigatório) - (Anexos: I ou II):
- ✓ Empregados Formais: contracheque referente aos últimos três (03) meses trabalhados (Anexo I);
- ✓ Empregados Informais: declaração de renda conforme modelo em anexo II;
- ✓ Trabalhadores Rurais ou Pescadores: carteira do agricultor ou pescador acompanhado da declaração de renda conforme modelo em anexo II;
- ✓ Desempregados: declaração de renda atual (modelo em anexo II);
- ✓ Aposentados/Pensionistas: último extrato de depósito do INSS constando o nome e renda do Beneficiário (Anexo I);
- ✓ Benefício de Prestação Continuada – BPC: último extrato de depósito do INSS constando o nome do Beneficiário e valor (Anexo I);
- ✓ Beneficiários de Programas Assistenciais (tais como: Bolsa Família/Auxílio Brasil): último extrato demonstrando o valor recebido;
- ✓ Comprovante de pensão alimentícia, se os pais ou o/a candidato/a receber/em (referente ao último mês recebido) – (Anexo I).





**ATENÇÃO** 

As informações prestadas na inscrição, bem como as cópias dos documentos serão de inteira responsabilidade do discente.

**ATENÇÃO** 

O Processo de Seleção para a Concessão de Benefício e/ou Ajuda de Custo do Programa Socioassistencial Estudantil é lançado através de EDITAL por cada Campus .

23





## **BENEFÍCIOS DO PSES/IFAM**

Neste quinto momento, vamos ficar a par, quais os Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM:

### Benefício Alimentação:

O que é? É para discente que não dispõe de meios para custear sua alimentação durante o período em que estiver em atividade acadêmica no Campus.

Qual o Objetivo? Garantir a permanência e o êxito dos(as) estudantes em seu curso compreendendo a concessão de alimentação.



Fonte: Arquivo Institucional IFAM Campus Tefé

### Como poderá ser concedido?

- 1º - Mediante modalidade "prestação de serviços", podendo ocorrer por fornecimento de refeição ou kit/cesta de alimentação escolar direto ao discente através de contratação de empresa terceirizada ou acordo de Cooperação Técnica com Prefeituras ou Secretarias de Educação no Município, que forneçam o serviço nas dependências do Campus;
- 2º - Mediante fornecimento de refeição diretamente ao discente, subsidiada, manipulada e produzida dentro e pelo próprio Campus;
- 3º - Mediante modalidade "repasso financeiro direto ao discente" na condição de ajuda de custo para o discente alimentar-se em seu turno de aula no Campus, somente quando da impossibilidade do Campus atendê-lo via "fornecimento direto do serviço".



Fonte: Arquivo institucional IFAM Campus Tefé



## Benefício Transporte

**O que é?** É um benefício para o discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para apoiar em seu acesso, permanência e êxito educacional.

**Qual o objetivo?** Contribuir para o deslocamento do discente que não dispõe de meios para provê-lo, no percurso de sua residência até o Campus.



## Como poderá ser concedido?



- 1º - Mediante modalidade "prestação de serviços", podendo ocorrer por fornecimento de transporte via condução escolar pelo Campus;
- 2º - Mediante modalidade "repasso financeiro direto ao discente" na condição de ajuda de custo para o custeio de seu deslocamento até o Campus;
- 3º - Mediante repasse de forma direta, mediante processo licitatório, à empresa terceirizada.



## Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar.



**O que é?** É um auxílio ao discente que comprovadamente não possua meios para custear nas despesas no ensino, pesquisa e extensão.

**Qual o objetivo?** Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade social, para custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático-pedagógico e escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM.

### Como poderá se concedido?

- 1º - Mediante modalidade "prestação de serviços", na distribuição semestral pelo Campus do kit Material Didático-Pedagógico e Escolar ao discente;
- 2º - Mediante aquisição de equipamentos de suporte ao ensino remoto e inclusão digital: *tablets*, cartões de memórias, *chips* e pacotes de *internet*;
- 3º - Mediante modalidade "repasso financeiro direto ao discente", na forma de ajuda de custo para que o mesmo possa adquirir seu kit Material Didático-Pedagógico e Escolar.



Fonte: Arquivo instrucional IFAM - Entrega de tablet aos discentes





## Benefício Moradia

**O que é?** É um subsídio ofertado ao discente de outro município e/ou por não possuir qualquer apoio familiar ou de terceiros para garantir sua moradia na cidade em que irá frequentar o seu curso no IFAM, e mediante a impossibilidade do IFAM não assisti-lo em forma de internato (alojamento).

### Qual o objetivo?

Apoiar o(a) estudante, em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, por não possuir qualquer apoio familiar ou de terceiros para garantir sua moradia no município em que irá estudar seu curso no IFAM.



### Como poderá ser concedido?

1º - Mediante modalidade "prestação de serviços", no regime de internato do Campus, mediante o oferecimento de moradia e alimentação nas dependências do Campus;

2º - Mediante modalidade "repasse financeiro direto ao discente", como forma de ajuda de custo para que o discente possa complementar o valor de seu aluguel no município onde está localizado o Campus.

## Benefício Alojamento



**O que é?** É um subsídio voltado ao discente para auxiliar na aquisição de materiais de uso pessoal que contribua nas despesas educacionais, para sua higiene, proteção, saúde e segurança, imprescindíveis à sua condição de discente inserido no Regime de Internato no Campus.

**Qual o objetivo?** Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade social, com custeio de despesas educacionais decorrentes de condições de internato em alojamento, tais como, custeio de produtos pessoais de higiene.


## Como poderá ser concedido?



- 1º - Mediante modalidade "prestação de serviços", podendo ocorrer por distribuição mensal pelo Campus do kit de material de uso pessoal ao discente inserido no sistema de internato;
- 2º - Mediante modalidade "repasse financeiro direto ao discente" inserido no sistema de internato, de forma que o mesmo possa adquirir seu kit com materiais de uso pessoal.








**Benefício Creche**



**O que é?** É o repasse direto do valor do benefício a título de apoiar o(a) discente a título de sua permanência e êxito no IFAM.

**Qual o objetivo?** Apoiar o(a) discente, em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua um responsável ou cuidador direto para seu(s) filho(s) no horário em que frequenta o curso no IFAM.



**Como poderá ser concedido?**

1º - Mediante modalidade "repasse financeiro direto ao discente", a título de ajuda de custo para apoiar e custear responsável por seu(s) filho(s) até seis (06) anos de idade, no horário em que frequentar o curso no IFAM.

## Benefício Emergencial

**O que é?** É para auxiliar no atendimento da necessidade do discente, que mesmo recebendo o benefício básico continua em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Podendo caracterizar-se como benefício cumulativo por ser um benefício emergencial.

**Qual o objetivo?** Apoiar o(a) discente, em vulnerabilidade de extrema pobreza socioeconômica ou em eminência de agravo da situação social. Tem caráter temporário, eventual (exemplo: período da pandemia – COVID-19).

## Como será concedido?



1º - Mediante repasse de forma direta em benefício material, podendo ocorrer por fornecimento de kit/cesta de alimentação escolar direto ao discente através de contratação de empresa terceirizada, via processo licitatório;

2º - Mediante modalidade em espécie "repasse financeiro direto ao discente" na condição de ajuda de custo para o discente alimentar-se nesse período emergencial, somente quando da impossibilidade do Campus atendê-lo via "fornecimento direto do serviço".

Por ser um Benefício Emergencial, em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, poderá ser solicitado a qualquer tempo via "protocolo" do Campus, ficando a atribuição do Serviço Social, avaliar e deliberar a solicitação do(a) discente, após o período de inscrição previsto no edital do Campus (IFAM, 2021).





**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**6°**

**Momento**



## **TUTORIAL PARA CONCESSÃO DO PSES/IFAM**



## Orientações sobre inscrição Disponível em:



(<http://www2.ifam.edu.br/solicitacao-de-assistencia-estudantil>)

Portal do Instituto Federal do Amazonas  
(<http://www2.ifam.edu.br/>);







Agora, é hora de aprendermos o passo a passo para conseguirmos os benefícios:

### 1º PASSO

#### **Ler o Edital.**

Leia o Edital! Nele constam os tipos de benefícios, critérios de seleção, documentos necessários, cronogramas e toda informação do processo de seleção.

### 2º PASSO

#### **Organizar os Documentos Necessários**

Organize, conforme realidade socioeconômica da sua família, a documentação exigida no ANEXO I do Edital



**Atenção**  
documento único em pdf

**3º PASSO**  
**Escanear os Documentos Necessários**

Esse é o momento de escanear a documentação necessária, conforme ANEXO I do Edital. Essa documentação deve ser anexada por você ao responder o questionário e solicitar o/s benefício/s.

Essa documentação deve ser anexada por você ao responder o questionário ao solicitar o(s) benefício(s) – Questionário Socioeconômico (Modelo – Anexo III).

**4º PASSO**  
**Solicitar Benefícios**

Somente após cumprir as três etapas anteriores, o/a estudante deve responder o questionário socioeconômico, solicitar o/s benefício/s e anexar a documentação necessária.

Para solicitar o(s) benefício(s), basta responder o Questionário Socioeconômico e anexar a documentação necessária (Modelo – Anexo III).

Perdeu o e-mail de confirmação de cadastro? [Clique aqui para recuperá-lo.](#)  
Esqueceu o login? [Clique aqui para recuperá-lo.](#)  
Esqueceu a senha? [Clique aqui para recuperá-la.](#)

**Entrar no Sistema**

Usuário:

Senha:

Entrar






**Em seguida informe seu Usuário/Matrícula e Senha;**

**Questionário socioeconômico (RESPONDER).**

35



# ATENÇÃO

	Responda todas as questões obrigatórias do Questionário Socioeconômico e não esqueça:
	Na questão 58, você deve escolher o(s) benefício(s) de acordo com sua necessidade acadêmica;
	Na questão 64, você deve anexar a documentação necessária. Por fim, submeter Respostas do Questionário (documentação única em PDF);
	Pronto! Só aguardar a publicação do resultado, conforme cronograma do Edital de seu Campus;
	Caso sua solicitação seja INDEFERIDO (NEGADO), por favor, procurar o Serviço Social de seu Campus.







**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**7º**

**Momento**

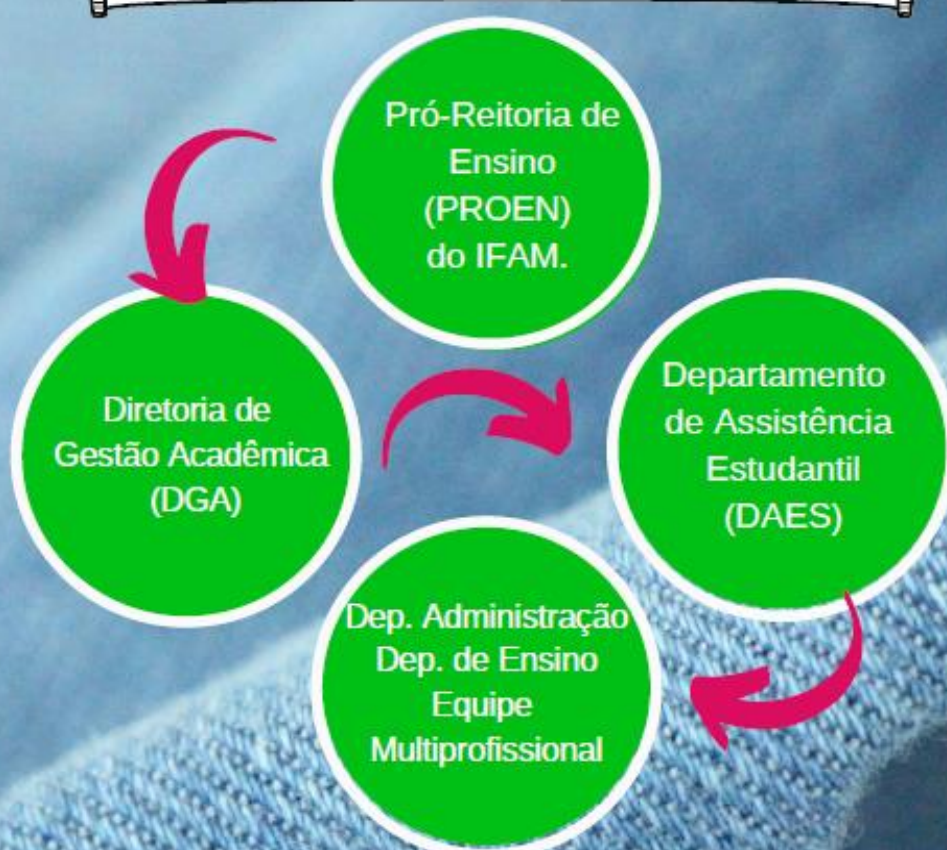


**GESTÃO DO PROGRAMA  
SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL**



Agora, é hora de você conhecer quem faz parte da Gestão do PSES/IFAM

O Programa Socioassistencial do IFAM  
(PSES/IFAM)  
é gerenciado pela:




Vamos conhecer a  
Equipe Multiprofissional:

#### Quem fazem parte?


Direção Geral; Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenadores de Cursos; Docentes; Psicólogos (as); Pedagogos (as); Assistente(s) Social (is); Técnicos em Assuntos Educacionais; Coordenadores do Acadêmico e Pesquisa Institucional; Médicos; Enfermeiros; Técnicos de Enfermagem; Nutricionistas e Assistente de Alunos (IFAM, 2017; IFAM, 2021).





São profissionais de diversas áreas e conhecimentos, cada um com sua experiência que "contribui para o fortalecimento das ações de assistência estudantil e reforça o compromisso institucional em promover uma educação profissional que permita a igualdade de condições de acesso e permanência" (CARVALHO; ANJOS, 2021, p. 17).

**Competências**  
**da Equipe Multiprofissional:**



Cumprir as ações propostas pela Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) e o Plano de Ação de Permanência e Êxito do IFAM:



**Atender**



**orientar**



**acompanhar**



**monitorar**



o discente da melhor maneira possível, no que concerne ao desempenho acadêmico dos discentes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil do IFAM, prioritariamente os com baixo rendimento e vulnerabilidade socioeconômica (IFAM, 2021).



## Atribuição do Assistente Social

Realizar Avaliação e Parecer Socioeconômica do discente (IFAM, 2021).



## Atribuição do Setor Pedagógico:

Colaborar e atuar no acompanhamento pedagógico dos discentes, prioritariamente os com baixo rendimento, em articulação com a Direção de Ensino, Coordenadores de cursos, Coordenação de Registro Acadêmico (CRA), Docentes, Serviço Social e demais membros que integram a Equipe Multiprofissional de cada Campus, visando cumprir as ações propostas pela PAES/IFAM e Plano de Ação de Permanência e Êxito do IFAM (IFAM, 2017; 2021).

As orientações são realizadas pela equipe Multiprofissional conforme as descrições que constam no apêndice I





**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**8º**

**Momento**



**RECURSO FINANCEIRO DO PSES/IFAM**



Nesse momento, vamos conhecer como funciona o  
Recurso Financeiro do PSES/IFAM:

### FIQUE POR DENTRO

A Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM deve ser executado com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 2924, que trata da Assistência Estudantil, de acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010).

O número de discentes beneficiados pelo PSES/IFAM será definido de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros previstos na Matriz Orçamentária para cada Campus no IFAM (ano letivo), o que não implica na concessão de benefício a todos os discentes inscritos.



Cada benefício a ser concedido, seja na modalidade serviço ou repasse financeiro direto ao discente, será calculado proporcionalmente à carga horária e dias letivos dos discentes em casa mês, conforme calendário acadêmico do Campus e especificidade de cada benefício.

Exemplo:

$$\begin{array}{rcccl} \text{Mês com} & & \text{R\$ 4,00} & & \\ \text{20 dias letivos} & \times & \text{por dia de} & = & \text{R\$ 80,00.} \\ & & \text{transporte} & & \\ & & \text{valor mensal} & & \end{array}$$





O valor de cada benefício, assim como o valor máximo de benefícios concedidos ao discente mensalmente, será limitado, de acordo com o valor estabelecido em cada Edital de seu Campus (ano letivo).



Para os discentes dos cursos na modalidade em EAD, o repasse será distribuído proporcionalmente aos dias letivos de aulas presenciais, seguindo os mesmos critérios de cálculo usados para os demais discentes descritos no Edital.

## ATENÇÃO

Os repasses financeiros efetuados diretamente aos discentes cadastrados via CPF, se dará mediante depósito em conta corrente ou ordem bancária e/ou via PIX (a ser definido pelo Campus), após assinatura do Termo de Compromisso do Programa Socioassistencial Estudantil junto ao Serviço Social (IFAM, 2021).





**INSTITUTO FEDERAL  
AMAZONAS**

**9º**

**Momento**



**DÚVIDAS FREQUENTES**



**1º** Matriculado(a) no IFAM, já tenho direito a participar do PSES/IFAM?

Não. Você tem de participar do processo de seleção para a concessão de benefícios e/ou ajuda de custo do PSES/IFAM. Atenção: Você deve ficar atento quando sair o Edital, cronograma.

**2º** O que são Editais do PSES/IFAM?

São documentos oficiais publicados pelo IFAM que orientam sobre os benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil. Nele constam todas as informações necessárias, o passo a passo.

**3º** Dois discentes da mesma família, podem ser beneficiados pelo PSES/IFAM?

Sim. Desde que estejam de acordo com os requisistos do Edital.

**4º** Posso receber mais de um benefício do PSES/IFAM ao mesmo tempo?

Sim. Desde que cumpra todos os requisistos solicitados pelo Edital e não passe do teto estabelecido para cada discente mensalmente, de acordo com cada Edital.

**5º** Posso receber as duas (02) formas de modalidades: repasse direto ao discente por meio de ajuda de custo (R\$) e repasse fornecimento via serviço diretamente ao discente?

Não. O discente só terá jus, a apenas uma das alternativas (IFAM, 2021).

INSTITUTO FEDERAL

45



6°

A renovação do benefício do PSES/IFAM é automática?



Não. O discente deve manifestar interesse, ficar atento ao que fiz o Edital (cronograma), assim como o que diz o Termo de Compromisso assinado pelo discente e/ou responsável.



7°

Minha renda familiar alterou. O que fazer?



Você deve comunicar ao Serviço Social do Campus alteração da realidade socioeconômica de seu grupo familiar que descaracteriza sua condição de vulnerabilidade (IFAM, 2021).



8°

Minha solicitação foi indeferida (negada). O que fazer?



Você tem direito de entrar com recurso. Veja o cronograma no Edital (período de recurso para os discentes que tiveram sua inscrição indeferida) Mais antes, você precisa saber o motivo para você reenviar o que estão solicitando.



9°

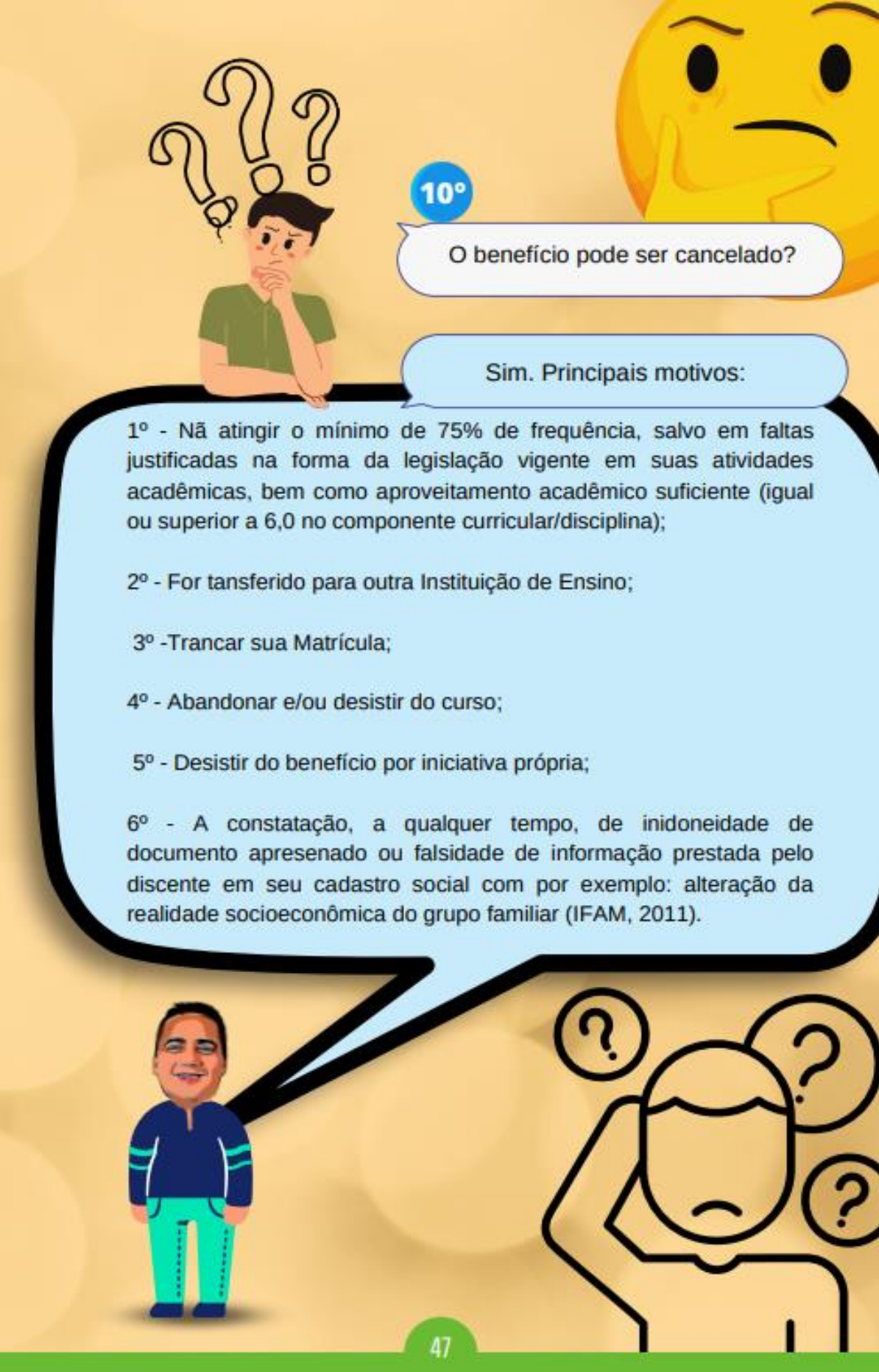
O que é recurso?



De acordo com o dicionário da Língua portuguesa, Aurélio, a palavra "Recurso" significa: Ato ou efeito de recorrer. Auxílio, ajuda. Meio para resolver um problema. Meio de provocar reforma ou modificação". Ato de recorrer quando você não concorda com a decisão de um parecer. Exemplo: parecer indeferido (negado). Atenção: cuidado com o prazo de recurso (veja o cronograma do Edital).







**10º**

O benefício pode ser cancelado?

Sim. Principais motivos:

- 1º - Não atingir o mínimo de 75% de frequência, salvo em faltas justificadas na forma da legislação vigente em suas atividades acadêmicas, bem como aproveitamento acadêmico suficiente (igual ou superior a 6,0 no componente curricular/disciplina);
- 2º - For transferido para outra Instituição de Ensino;
- 3º - Trancar sua Matrícula;
- 4º - Abandonar e/ou desistir do curso;
- 5º - Desistir do benefício por iniciativa própria;
- 6º - A constatação, a qualquer tempo, de inidoneidade de documento apresetado ou falsidade de informação prestada pelo discente em seu cadastro social com por exemplo: alteração da realidade socioeconômica do grupo familiar (IFAM, 2011).

47



11°

Minha realidade socioeconômica piorou e a data de inscrição prevista no Edital para solicitação de benefícios do PSES/IFAM já encerrou. E agora? O que devo fazer?

Você deve protocolar sua solicitação junto ao Campus, justificando sua situação socioeconômica vulnerável e/ou situações emergenciais. Ficará sob atribuição do Serviço Social de cada Campus: avaliar e deliberar sobre qualquer demanda de solicitação do benefício socioassistencial protocolado junto ao Campus (IFAM, 2021).



12°

Qual o motivo do repasse financeiro ao discente em espécie (R\$) demorar tanto?



??

A modalidade repasse direto ao discente, o valor de cada benefício será repassado pelo Campus ao discente preferencialmente até o sétimo dia útil do mês, após avaliação e parecer do Serviço Social, em consonância com a Gestão e Departamento de Administração do Campus (IFAM, 2021).



13°

A quem devo procurar em caso de dúvidas sobre o PSES/IFAM?

Membros da Equipe Multiprofissional, especialmente o Serviço Social do Campus.



## CRÉDITOS

Francisco Ripardo Maia  
**Autor**

Cirlande Cabral da Silva  
**Co-Autor**

José Anderson Bastão Veloso  
**Produção Gráfica e Editoração**

Arquivo próprio  
**fotos**

[www.google.br/imagens/](http://www.google.br/imagens/) Canva  
**Imagens**



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília. Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 08 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). EDITAL Nº 004/2021-CAMPUS TEFÉ/IFAM, de 28 de junho de 2021. Edital - Processo de Seleção para a Concessão de Benefício e ou Ajuda de Custo do Programa Socioassistencial Estudantil – Ano Letivo 2021. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/tefe/editais/edital-ndeg-004-2021-campus-tefe-ifam-28-de-junho-de-2021>. Acesso em: 20 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM) Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 09 de junho de 2011a. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/resolucoes/consup/2011/resolucao-no-13-aprova-ad-referendum-a-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifam.pdf>. Acesso: 08 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). Portaria nº 1.000–GR/IFAM, de 07 de outubro de 2011b. Normatiza a Execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/resolucoes/consup/2011/portaria-no-1-000-gr-ifam-de-07-10-2011-paes.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM) Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 12/2017-CONSUP/IFAM, em 03 de abril de 2017. Normativa o Plano de Ações Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do IFAM. Disponível em:

[file:///C:/Users/C%C3%A1ssia%20Maria%20Azevedo/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2012-CONSUP,%20e%20Anexos%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/C%C3%A1ssia%20Maria%20Azevedo/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2012-CONSUP,%20e%20Anexos%20(2).pdf). Acesso em 08 jul. 2021.

IFAM. Conselho Superior (CONSUP). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023 (PDI). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em: 23 ago. 2022.

IFAM. Resolução Nº 94 – CONSUP-IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/gestao-de-pessoas/atos-regulamentares/arquivos/resolucao-no-94-2015-aprova-a-nova-org-did-do-ifam.pdf/view>. Acesso em: 23 ago. 2022

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista do acesso ao ensino como garantia de direitos vem aumentando em nossa sociedade, mais precisamente a partir de nossa Carta Magna de 1988, ECA de 1990 e LDB de 1996. Mas, como sabemos, só o acesso não é garantia de uma formação completa, sobretudo para permanência e êxito dos discentes mais pobres. No âmbito da política de educação, o PNAES (BRASIL, 2010) foi promulgado com a finalidade de dar suporte aos discentes na formação acadêmica, prioritariamente estudantes oriundos da rede pública e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

O contexto pandêmico da COVID-19 vivenciado nos anos de 2020/2021, foi marcado pelo isolamento social e desemprego, afetou especialmente as famílias em situação socioeconômica mais vulneráveis. Nesse sentido, acreditamos que a desigualdade socioeconômica é fruto da exclusão, da ausência de políticas públicas voltado para os mais vulneráveis. Portanto, acreditamos que sem redução da desigualdade não há inclusão, especialmente na educação. No Brasil, diante da desigualdade social e regional, o acesso, permanência e êxito na educação ficou ainda mais frágil, especialmente para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar. No ensino, as aulas remotas foram uma realidade para toda classe social. O grande desafio no período da pandemia, foi ofertar aos discentes, ações para sua permanência e êxito acadêmico.

Quanto a contribuição da assistência estudantil, pesquisa realizada por Lima e Melo (2016), concluíram que os benefícios do PNAES contribuem para a formação acadêmica, minimização das desigualdades e inclusão social, assim como para permanência e êxito dos discentes.

Foi nesta ótica que o problema de pesquisa surgiu: de que forma o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé tem contribuído para a permanência e êxito dos discentes dos Cursos Técnicos de Nível Médio das Formas: Integrada e Subsequente, considerando a realidade socioeconômica dos discentes? Diante disso, a busca de respostas, a busca de compreensão e a percepção dos discentes do IFAM/Campus Tefé foi incessante, quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da pandemia (2020-2021), como objetivo geral.

Em se tratando da contribuição do PSES/IFAM, com base nos dados coletados através dos relatos dos discentes do IFAM/Campus Tefé que participaram da pesquisa, referente ao período pandêmico, constata-se que o IFAM implantou as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) para subsidiar o ensino remoto. Ao mesmo tempo, para que o discente

pudesse participar das aulas remotas, o IFAM buscou minimizar o grande impacto da pandemia em relação ensino e aprendizagem, com a oferta de *tablets* e cartão de memória, considerando o não acesso para maioria dos discentes, além de alimentação por meio de cestas básicas para os discentes em situação de risco. Apesar dos desmontes quanto o recurso da Assistência Estudantil (2018 a 2021), foi graças aos benefícios do PSES/IFAM, que houve o fortalecimento e permanência com êxito dos discentes do IFAM, ou seja, enquanto ano letivo de 2020 teve uma evasão de 10,8%, em 2021 teve somente 6,4%, ocasionando uma diferença de 4,4% na permanência e êxito dos discentes.

Através da análise dos dados apresentada por Moraes e Galiazzi (2016), no qual enfatizam que em uma pesquisa qualitativa, para alcançar o objetivo da pesquisa, faz-se necessário o pesquisador ir a fonte (materiais empíricos) e ter conhecimento teórico para ser mais fiel possível aos participantes da pesquisa, foi possível ir no meio do caos e da desordem (unitarização), à nova ordem (categorização), finalizando com metatexto, onde apresenta novas compreensões dos documentos analisados e dos fenômenos investigados. Por isso, a conclusão por meio da análise de dados, criando pontes, especificamente das unidades de significado (unitarização), às categorias até o metatexto, “em um movimento espiral em que, a cada avanço, se exigem retornos reflexivos e de aperfeiçoamento do já feito, movimento reiterativo capaz de possibilitar cada vez maior clareza e validade aos produtos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 93), afim de conseguir gerar novas compreensões. Constatou-se, em “movimento de ir e vir entre o compreender melhor o que está sendo escrito e o ato de escrever” (MORAES; GALIAZZI, p. 127), que os discentes pesquisados, têm a percepção do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, como direito, como política pública voltado para inclusão, aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na garantia de permanência e êxito acadêmico. Ao mesmo tempo, foi identificado que eles têm a compreensão que os benefícios do PSES contribuem para formação humana integral, à permanência e êxito dos discentes, preferencialmente, para os mais vulneráveis. Apesar de todo suporte por parte do IFAM, identifica-se o acesso via SIGAA, como a principal dificuldade dos discentes para a concessão dos benefícios do PSES do IFAM. Ao mesmo tempo, observa-se que com os participantes da pesquisa, que os benefícios do PSES/IFAM são limitados, ocasionando na maioria das vezes, evasão escolar. São limitados diante da desigualdade social, econômica e regional dos discentes, como exemplo: a necessidade de internet para o acesso a concessão dos benefícios do PSES, dificultando principalmente para alguns discentes neófitos que não têm conhecimento de computador (internet). Além de explanarem de o acesso ser burocrático, apontaram a necessidade de mais

apoio por parte da Instituição, da gestão, da equipe multiprofissional para atender, orientar e monitorar os participantes do PSES. Outro fator perceptível, foi que a realidade socioeconômica familiar foi o principal entrave à permanência e êxito acadêmico dos discentes durante o período da pandemia (2020-2021), diante do desemprego. Logo a importância da assistência estudantil na sua formação acadêmica, pois, não basta somente ter o acesso, há de ter também condições para que o discente possa permanecer na instituição, especialmente para quem estuda em tempo integral.

Considerando o exposto acima, é preciso realçar que a pesquisa proporcionou, além do arcabouço teórico, a construção do Produto Educacional (PE), que certamente contribuirá para que os discentes do IFAM possam conhecer e ter acesso sobre seus direitos e deveres sobre Assistência Estudantil. Sobre o PE, os discentes foram unânimes em afirmar que o PE em formato impresso e digital, tem linguagem clara, de fácil compreensão, é inovador, e que certamente terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM. Entretanto, há a necessidade do IFAM tornar o PE mais acessível aos discentes PcDs, que se apropriam de recursos como libras, braile e audiodescrição.

Portanto, vale cientificar que a pesquisa não foi um fim, e que sempre haverá possibilidades de novos estudos sobre o tema. Ao mesmo tempo, conclui que a assistência estudantil não é e nem será capaz de resolver todos os problemas, mas sabe-se que há recursos para serem investidos e executados. Só assim, os discentes mais vulneráveis poderão ter: acesso, permanência e êxito na vida acadêmica, na garantia de direito e não assistencialismo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcante de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9919/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 09 maio de 2023.
- AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos *Campi* Buriticupu e Centro Histórico. In: *Anais...* Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/336>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ANJOS, Nívia Barreto dos; NASCIMENTO, Nelian Costa; ANDRADE, Tailan Bonfim. **AS MÚLTIPLAS INTERFACES DAS ATIVIDADES ESTUDANTIS NO IF BAIANO DENTRO DA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA**. [recurso eletrônico]. Emily Lima Carvalho, Nívea Barreto dos Anjos (orgs.). 1. Ed. Curitiba/PR. Editora: Appris, 2021. p. 23-45. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- ANTUNES, Keila Cristina Pinheiro. **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA MATERIALIZAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado**. 87f. Orientado: Ricardo Pini Caramit. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional Tecnológica). Campo Grande-MS, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10808729#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10808729#). acesso em: 05 dez. 2021.
- ARAÚJO, Terto de. *et al.* Restaurante Universitário como ação de Assistência Estudantil. In: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão: EPEX: UFRPE, 10, 2010, Recife. *Anais...* Recife: UFRPE, 2010.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de; SANÁBIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. As políticas de Assistência Estudantil: Experiências comparadas em Universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-RGUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013., Edição Especial. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125/26220>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos e Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2016/05/NBR-10520-CITA%C3%87%C3%95ES.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: Informação e documentação: Referências e Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em:



<https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 6 mar. 2022.

ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: Informação e documentação: Numeração progressiva das sessões de um documento e Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. Disponível em: [https://www.bm.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/ABNT\\_NBR-6024-2012.pdf](https://www.bm.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/ABNT_NBR-6024-2012.pdf). Acesso em: 6 mar. 2022.

ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: Informação e documentação: Sumário e Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. Disponível em: [http://www2.unicentro.br/ppgadm/files/2017/03/ABNT-NBR-6027\\_2012.pdf?x35443](http://www2.unicentro.br/ppgadm/files/2017/03/ABNT-NBR-6027_2012.pdf?x35443). Acesso em: 6 mar. 2022.

ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: Informação e documentação: Resumo e Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Disponível em: [http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/wp-content/uploads/2013/09/entrementes\\_abnt-nbr-6028\\_resumo-20031.pdf](http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/wp-content/uploads/2013/09/entrementes_abnt-nbr-6028_resumo-20031.pdf). Acesso em: 6 mar. 2022.

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; DURAT, Kleber Rodrigues. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: consolidação de um espaço de atuação para o Serviço Social. In: **TIJOLOS CONTRA MUROS: contribuições críticas do serviço social na educação**. Organizadores: FÉRRIZ, Adriana Freire Ferreira; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. E-BOOK. 1ª Ed. Eletrônica. Uberlândia/MG – Navegando Publicações, 2022. Disponível em: [https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35e7c6\\_1abc70ee514744c3ba127403fa42e87e.pdf](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_1abc70ee514744c3ba127403fa42e87e.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A Assistência ao Estudante da Residência Universitária da UFPB**. Orientadora: Maria de Fátima Melo do Nascimento. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. (1981). **Analysis of creative products: review and synthesis**. The Journal of Creative Behavior, v. 15, n 3, p. 158-178.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: fundamentos críticos e problematizações. In: **SOCIEDADE EM DEBATE** (Pelotas), v. 24, n. 2, p. 25-38, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1832/1178>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira. **Política Social e Família: Uma análise a partir da Universidades Federais do Sul do Brasil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. 2019. 189 f. Orientadora: Keli Regina Dal Prá. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214830>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira; PRÁ, Keli Regina Dal. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. In: **Cadernos Cajuína**, V.6, N.3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/489/419>. Acesso em 19 jul. 2022.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019a. disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL, CAPES. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 06 ago. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos: Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 18 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília. Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. MEC. **RESOLUÇÃO CNE/CBE nº 4/2010**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 08 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 7.233, de 19 de julho de 2010**, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Política de Assistência Estudantil**. Relatório de Grupo de Trabalho SETEC/CONIF. Goiás, 2011. Disponível em: [http://w2.ifg.edu.br/uruacu/images/arquivos/dir\\_ae.pdf](http://w2.ifg.edu.br/uruacu/images/arquivos/dir_ae.pdf). Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 06 ago. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. MEC. **Lei nº 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014-2024. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 19 jul.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA MEC Nº 544, DE 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA MEC Nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020.** Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas,

enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. 2020. Ministério da Educação. SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. MEC. **PARECER CNE/CP Nº 11/2020**. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAMPOS, Cácia Samira de Sousa. **A Importância da educação socioemocional para os discentes no ensino médio integrado do IFPA/Campus Itaituba**. 2022. Orientador: SILVA, Cirlande Cabral da. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1006>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARVALHO, Evelin Sarmento de. **PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: contribuições da política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2020. 152 f. Orientadora: Mariana Lins de Oliveira. Dissertação (Mestrado) – UFPB/João Pessoa/PB. 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18165/1/EvelinSarmentoDeCarvalho\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18165/1/EvelinSarmentoDeCarvalho_Dissert.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

CARVALHO, Emily Lima; ANJOS, Nívea Barreto dos. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: as múltiplas interfaces**. [recurso eletrônico]. Emily Lima Carvalho, Nívea Barreto dos Anjos (orgs.). 1. Ed. Curitiba/PR. Editora: Appris, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS GAÚCHOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: alcances, perspectivas e desafios**. Orientadora: Mara Rosange Medeiros. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Pelotas – RS, 2013. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/330/1/josiela.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

CORDEIRO, M. J. J. A. Introdução. *In*: SOUZA, I. M. **Permanência e êxito nos cursos técnicos: desafios e conquistas**. 1. ed. Curitiba: Appris. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. Revisão Técnica: Dirceu da Silva. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ FILHO, A. P. *et al.* Estudantes das classes populares na universidade pública: da alegria do acesso à angústia da permanência. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUZA, Ana Inês (Orgs.). **Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 67-78. Disponível em:

CUNHA, Jéssica de Almeida. **Entre pontes e abismos: a transição do ensino fundamental para o ensino médio integrado sob o olhar de alunos ingressantes**. 2022. Orientador: SILVA, Cirlande Cabral da. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/871>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: assistência como um direito e como um problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob Múltiplos Olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148—181. Jan/mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública: a perspectiva estudantil. **Revista on line de Políticas Públicas e Gestão Educacional**. Araraquara-SP, v. 1, n. 16, p. 32-47, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i16.9359. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359/6210>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/Campus João Pessoa: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do Ensino Superior**. 2018. 105p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2018. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/mppgav/contents/documentos/dissertacoes/turma-2/m-sc-leonardo-monte-silva-monteiro-de-farias-pdf-completo.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FARIAS, Marcela Sarah Filgueiras de; MENDONÇA, Andréa Pereira. **Concepções de Produtos Educacionais para um mestrado profissional**. E-book [Recurso Eletrônico]. Manaus, 2019, 72 p. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1wVX0B4VaLH51Ld7veABEIA\\_Ru8he8eO1/view](https://drive.google.com/file/d/1wVX0B4VaLH51Ld7veABEIA_Ru8he8eO1/view). Acesso em: 8 mar. 2022.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: [http://www.ufpa.br/fonapraxe/index.php?option=com\\_content&view=article&id=54:osdesafi-osdaassistenciaestudantilcomopoliticadeinclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50](http://www.ufpa.br/fonapraxe/index.php?option=com_content&view=article&id=54:osdesafi-osdaassistenciaestudantilcomopoliticadeinclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50). Acesso em: 12 jul. 2022.



FERREIRA, Diego Carlos. ROSA, Thaís Rita Silva. **O DIREITO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma alerta diante da pandemia da COVID-19.** Disponível em: <https://www.une.org.br/o-direito-a-assistencia-estudantil-um-alerta-diante-da-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. *In: Educação/Santa Maria*, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34876/pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da (org.). **Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: análises de sua operacionalização.** Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em 19 jul. 2022.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES - 2018: **Relatório Executivo.** Uberlândia (MG), 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em 25 jan. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** 3.ed.: São Paulo, Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In: FAZENDA, Ivani. (org). Metodologia da pesquisa educacional.* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 75-100.

GALIAZZI, Maria do Carmo; RAMOS, Maurivan Güntzel; MORAES, Roque. **Aprendentes do aprender: um exercício de análise textual discursiva.** Ijuí: Editora Unijuí, 2021. 312 p. (Coleção Educação em Ciências).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. [4. Reimpr.] - São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço. Social & Sociedade.** São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf> . Acesso em: 26 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). EDITAL N° 004/2021-CAMPUS TEFÉ/IFAM, de 28 de junho de 2021. **Editais - Processo de Seleção para a Concessão de Benefício e ou Ajuda de Custo do Programa Socioassistencial Estudantil – Ano Letivo 2021**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/tefe/editais/edital-ndeg-004-2021-campus-tefe-ifam-28-de-junho-de-2021>. Acesso em: 20 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2016**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2017**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 19 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2019**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2020**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatoriogestaoifam2020.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2021**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/RG2021RELATORIODEGESTO2021versositeifam.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM) Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 13-CONSUP/IFAM, de 09 de junho de 2011a**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/resolucoes/consup/2011/resolucao-no-13-aprova-ad-referendum-a-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifam.pdf>. Acesso: 08 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **Portaria nº 1.000–GR/IFAM, de 07 de outubro de 2011b**. Normatiza a Execução e aplicação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/resolucoes/consup/2011/portaria-no-1-000-gr-ifam-de-07-10-2011-paes.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL, DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM) Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 12/2017-CONSUP/IFAM, em 03 de**

**abril de 2017.** Normativa o Plano de Ações Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/ensino/graduacao/resolucoes-norteadoras-de-graduacao-no-ambito-do-ifam/resolucao-no-12-consup-e-anexos.pdf>. Acesso em 08 jul. 2021.

IFAM. Conselho Superior (CONSUP). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023** (PDI). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em: 23 ago. 2022.

IFAM. **Resolução Nº 94 – CONSUP-IFAM, de 23 de dezembro de 2015.** Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/gestao-de-pessoas/atos-regulamentares/arquivos/resolucao-no-94-2015-aprova-a-nova-org-did-do-ifam.pdf/view>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM. Conselho Superior. **Resolução nº 36-CONSUP/IFAM, de 02 de julho de 2021.** Aprova as Diretrizes Institucionais das Atividades Pedagógicas no âmbito dos Cursos do IFAM, em função da excepcionalidade de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) para o ano letivo de 2021. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/colegiados/o-que-e-consup>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012, 179f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

LAVORATI, Cleide. A entrevista no Serviço Social: características, usos e significados. In: LAVORATI, Cleide; COSTA, Dorival (orgs.). **Instrumentos Técnicos Operativos no Serviço Social.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/2192019/Downloads/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LEITE, Janete Luzia. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **Revista SER Social**, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13024/11379](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024/11379). acesso em: 09 fev. 2023.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente socail.** Revista Textos & Contexto, Porto Alegre, v. 6 n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LIMA, Mário Celso Neves de; MELO, Marlene Cristina de Oliveira Lopes. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**, Brasil, v. 8, n. 23, p. 216 - 247, ago. 2016. Disponível em:

<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/990>. Acesso em: 21 fev. 2023.

LIMA, Mário Celso Neves de; MELO, Marlene Cristina de Oliveira Lopes. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**, Brasil, v. 8, n. 23, p. 216 - 247, ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/990>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MACIEL-CABRAL, Hiléia Monteiro. **O papel dos espaços educativos na formação inicial de professores de ciências/biologia: um olhar sobre o estágio supervisionado**. 2021. Orientador: CASTRO, Patrícia Macedo. Tese (Doutorado) – Universidade do Federal de Mato Grosso, Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática. Cuiabá, 2021.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MARCELINO, Valéria de Souza. **Uma análise textual discursiva dos problemas e perspectivas do ensino de química pela ótica de seus professores de Campos dos Goytacazes-RJ**. 2012. Orientador: Oliveira, Fernando José Luna de. Tese (Doutorado em Ciências Naturais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) – Campos dos Goytacazes/RJ, 2012. Disponível em: [https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/10513/mod\\_resource/content/3/TESE%20P%20IMPRIMIR%20corrigida.pdf](https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/10513/mod_resource/content/3/TESE%20P%20IMPRIMIR%20corrigida.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARX, Karl. Processo de trabalho e Processo de Valorização. *In*: Antunes, Ricardo (ORG.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. SP: Expressão Popular, 2004.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. Análise Textual Discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. *In*: **Laplage em Revista**, vol. 3, núm. 3, p. 247-260. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756523020/552756523020.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos**. 135f. Orientadora: Sangelita Amaral Fanco Mariano. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT), 2020. Disponível em: [https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1417/1/Disserta%20a7%20a3o\\_Sidineya\\_Aires\\_de\\_Medeiros.pdf](https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1417/1/Disserta%20a7%20a3o_Sidineya_Aires_de_Medeiros.pdf). Acesso em: 16 dez. 2021.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes de. **De escolas de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. Manaus: Editora, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru-SP, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzjd/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2022.

MORAES, Adriano dos Santos; MELO, Alessandro Franco; CYPRIANO, Carlos Alex Cantuária; ALMEIDA, Jéssica Silva; RIOS, Jocelma Almeida; ALMEIDA, Maria da Conceição Silva. A COLABORAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO COMO TRAVESSIA RUMO À FORMAÇÃO HUMANA INTEGRADA. 2019. In: **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, nº 2, 2019, p. 37-61 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/435/382>. Acesso em: 09 out. 2021.

MORAES, Roque. Avalanches reconstrutivas: movimentos dialéticos e hermenêuticos de transformação no envolvimento com a análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 595–609, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.19.372. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/372>. Acesso em: 5 set. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2.ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3.ed. rev. E ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces**. In: **Revista Ciência & Educação**, v12, n.1, p.117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NASCIMENTO, Clara Martins. **A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000**. In: **Universidade e Sociedade**. Ano XXIII, Nº 53, 2014. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/5116ae48b4ec6226e6b65d1e7e4030a7\\_1548264532.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/5116ae48b4ec6226e6b65d1e7e4030a7_1548264532.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

NASCIMENTO, Emily da Silva. **Estratégias de permanência estudantil da Universidade Federal da Paraíba: plano de aplicação para apoio pedagógico**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19811/1/EmilyDaSilvaNascimento\\_Disert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19811/1/EmilyDaSilvaNascimento_Disert.pdf). Acesso em: 01 fev. 2023.

NATIVIDADE, Juliuza de Souza. **Ensino Médio Integrado no IFAM/Campus Parintins: uma análise do processo de implementação do Curso Técnico em Informática**. Orientadora: MOURÃO, Arminda Raquel Botelho. Dissertação (Mestrado em Educação) –



Universidade Federal do Amazonas, 2016. Disponível em:  
<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5992/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Julielza%20Natividade.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde. **II Fase da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública**. 210 f. Orientadora: Arminda Raquel Botelho Mourão. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. **O TRIPÉ: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. p. 46-52. Revista Eixo. Brasília-DF, v. 10, n. 1, janeiro-abril de 2021. Disponível em:  
<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809/549>. Acesso em: 07 jul. 2022.

OLIVEIRA, G. E. DE; OLIVEIRA, M. R. N. S. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. *In: Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1299>. Acesso em 08 jul. 2022.

PACHECO, Eliezier Moreira. **Os Institutos federais: uma nova revolução na educação profissional e tecnologia – Natal: IFRN, 2010**. Disponível em:  
<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PAIXÃO, Marcus Vinicius Sandoval; TOREZANI, Sival Roque; GONÇALVES, Sílvia Maria Melo; BOZETTI, Marcelo. A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, [S.l.], v. 8, n. 16, p. 100-112, jul/dez, 2016. ISSN 2237-8049. Disponível em:  
[https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/2575](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/2575). Acesso em: 25 jan. 2023.

TENÓRIO, Robinson Moreira. **Cotas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior**. *In: Tenório, Robinson Moreira; VIEIRA, M. A. (Orgs.). Avaliação e Sociedade: a negociação como caminho*. [on line]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 47-66. Disponível em:  
<https://books.scielo.org/id/3q/pdf/tenorio-9788523209346-04.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

RAMOS, Marise. História e Política da Educação Profissional. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. E-book. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em:  
<https://docplayer.com.br/72492817-Historia-e-politica-da-educacao-profissional.html>. Acesso em: Acesso em: 02 nov. 2021.

RIZZATTI, Ivanice Maria; MENDONÇA, Andreia Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B. Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores**. Actio Docência em Ciências, v. 5, n.2, Curitiba, p. 1-17, ago. 2020. Disponível em:  
<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: acesso em: 22 ago. 2022.

SAKAI, Catarina Prado. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: fortalecimento de vínculos e suporte psicossocial. *In: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: as múltiplas interfaces*. [recurso eletrônico]. Emily Lima Carvalho, Nívea Barreto dos Anjos (orgs.). 1. Ed. Curitiba/PR. Editora: Appris, 2021. p. 172-189. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010. 2014.** 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.** 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Luciana Vieira dos. (Org.). **GUIA DO ESTUDANTE. 2017.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Disponível em: [http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/arquivos/guia-do-discente\\_2017.pdf](http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/arquivos/guia-do-discente_2017.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Luciana Vieira dos; **Assistência Estudantil e Serviço Social: atuação dos Assistentes Sociais nos Campi do IFAM de Manaus.** 2019. Orientador: Hamida Assunção Pinheiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7278/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_LucianaSantos\\_PP\\_GSS.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7278/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_LucianaSantos_PP_GSS.pdf). Acesso em: 09 fev. 2023.

SANTOS, Malu Oliveira; OLIVEIRA, Mariana Mendes Novais de. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO IF BAIANO CAMPUS VALENÇA. Cap. 5. *In: Assistência Estudantil: múltiplas interfaces* [recurso eletrônico]. Emily Lima Carvalho, Nívia Barreto dos Anjos (orgs.) 1.ed. Curitiba: Appris, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 45, p.776-791, 2015.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. **DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.** *In: Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-26, e020042, 2020.* Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1244/792>. Acesso em: 11 nov. 2021

SILVA, Dilene Pinheiro. **A Política de Assistência Estudantil no contexto das instituições federais de Ensino.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”. Brasília: 30 de outubro a 03 de novembro de 2019. Disponível em:

<http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/297/296>. Acesso em 26 set. 2021.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. **A Permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil**. Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), Vol. 25, Ano 14, nº 1, p.111-129, jan./jun. 2016.

Disponível em:

[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_25/artigo\\_25/111\\_129.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_25/artigo_25/111_129.pdf). Acesso em: 16 dez. 2021.

SILVA, Arthur Rezende da; MARCELINO, Valéria de Souza. **A análise textual discursiva enquanto um cenário viável para as pesquisas qualitativas na área de educação**. In:

Revista Intersaberes, v. 17, n. 40, p. 114 – 130, jan/abr 2022. Disponível em: de

<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2277>. Acesso em: 07 de set. 2022.

SOUSA, Robson Simplício; GALIAZZI, Maria do Carmo. A Categoria na Análise Textual Discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 514-538, dez. 2017. Disponível em:

<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/130/97>. Acesso em: 26 set. 2022.

SOUSA, Robson Simplício. O Texto na Análise Textual Discursiva: uma leitura hermenêutica do “tempestade de luz”. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 19, p. 641-660, dez. 2020. Disponível em:

<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/363/231>. Acesso em: 01 fev. 2023.

SOUZA, Ana Claudia Ribeiro de. **A Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942)**. 2002. 156 f. Orientadora: Márcia Helena Mendes Ferraz. Dissertação (Mestrado em História da Ciências). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Alana Assunção Damasceno de. SOARES, Iana de Oliveira. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO SOCIOECÔMICA DO PAISE: Desafios e Possibilidades. In: **Assistência Estudantil: múltiplas interfaces** [recurso eletrônico]. Emily Lima Carvalho, Nívia Barreto dos Anjos (orgs.) 1.ed. Curitiba: Appris, 2021. Disponível em:

<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod\\_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em\\_Ciencias-Sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf). Acesso em: 08 ago. 2021.

VASCONELOS, Natália Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**.

Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p, 399-411, 2010. Disponível em:

<https://xdocs.com.br/doc/artigo-sobre-assistencia-estudantil-7lox45zm5g8x>. Acesso em: 08 jul. 2021.

VASCONCELOS, Natália Batista. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma breve análise histórica. *In: FONAPRACE : Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares*/Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012. p. 100-111. Disponível em:

[http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 08 ago. 2021.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *In: ENSINO EM RE-VISTA*. Uberlândia, p. 599-616, v. 17, n. 2, jul./dez. 2010. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade De Educação/EDUFU. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 09 fev. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. *TEMPORALIS*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social. Brasília: ABEPSS, ano II, nº 3, jan-jun, 2001. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/838>. Acesso em: 06 maio. 2023.

**APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)**

(PARA MENORES DE 18 ANOS DE IDADE)

Resolução nº 466/2012 e Resolução 510/2016

Prezado(a) Discente,

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa de mestrado, intitulado **O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO IFAM/CAMPUS TEFÉ: percepção dos discentes**, cujo pesquisador responsável é Francisco Ripardo Maia. A pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19) no IFAM/Campus Tefé. Questão norteadora, como o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para formação humana e integral, para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé? Tendo como público-alvo os discentes dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes (residentes da zona rural e com renda familiar per capita até um salário mínimo e meio). Para a coleta dos dados teremos dois momentos (dia e hora que acertaremos), primeiro, será o encontro de roda de conversa, aplicado de forma presencial, a fim de compreender o entendimento dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, para a permanência e êxito dos discentes do IFA/Campus Tefé; segundo, realizaremos uma entrevista com perguntas estruturadas. A opção pela modalidade presencial levou em consideração ao retorno das aulas presenciais, de acordo com a Resolução Nº. 007-CONSUP/IFAM, de 03 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Retorno Acadêmico nas unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), conforme parecer e voto do Conselheiro relator e aprovação pelo Conselho Superior - CONSUP. Considerando que ainda estamos em período de pandemia (COVID-19), nosso encontro (roda de conversa), terá o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de todas as medidas de biossegurança recomendadas pela Organização Nacional da Saúde (OMS), ressaltando que dispomos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com as diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos participantes que não aceitarem ou desejarem desistir da pesquisa.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitado a dignidade, liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua



vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Caso aceite participar, sua participação consiste em participar da roda de conversa e da entrevista, que será individual.

Antes da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), orientamos apresentar e ler juntamente com seu responsável legal, de modo que o (a) mesmo (a) possa autorizar ou não a participação do discente, considerando que todos são menores de idade.

Em nossa pesquisa, os riscos serão mínimos. Entretanto, de acordo com a Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais tem seu(s) risco(s), considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto. Para o(a) senhor(a) os riscos estão relacionados com algum possível constrangimento, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TALE), perda de tempo, riscos relacionados à divulgação de imagem, durante aplicação dos questionários. No caso específico desse estudo, se ocorrer riscos de ordem emocional ou psicológica, serão sanados através de atendimento psicológico, providenciado pelo próprio pesquisador sem qualquer ônus, de forma que não lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento. Para contornar esses riscos, todos que participarão da roda de conversa e entrevistas, buscaremos abordar para que a mesma seja da forma mais polida e educada possível, deixando o(a) senhor(a) à vontade para responder ou se negar a responder quaisquer das perguntas, visando não lhe causar qualquer tipo de constrangimento. Para evitar tais riscos, as respostas das entrevistas ficarão sob responsabilidade exclusiva do Coordenador do projeto de pesquisa. Ressaltamos, que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo.

A pesquisa, certamente trará potenciais benefícios a nível científico, acadêmico, comunidade e especialmente para os participantes. E, considerando que é dever do pesquisador após a conclusão da pesquisa, dar o retorno, ou seja, após a análise dos dados e resultados da pesquisa, os participantes obterão o retorno, explicitando os resultados e conclusões e posteriormente será produzido um Produto Educação (Guia de Apoio ao Discente) para contribuir para os participantes, orientando sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, de acordo com a proposta do ProfEPT.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à)

Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Francisco Ripardo Maia a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Maia (e-mail: francisco.maia@ifam.edu.br e celular: 97-99903-4123) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025-010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Este documento (TALE) será elaborado em duas (02) VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhado uma cópia desta na versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular Nº2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

### **CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Li e concordo em participar da pesquisa.

---

Assinatura (participante)

---

Assinatura (responsável)

---

Assinatura (pesquisador) - Francisco Ripardo Maia  
Pesquisador responsável  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)  
Tel: (97) 99903-4123

Tefé/AM, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2022.

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na \_\_\_\_\_,  
portador da cédula de identidade, RG: \_\_\_\_\_, e inscrito  
no CPF: \_\_\_\_\_, declaro ter conhecimento das  
informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim  
apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que o  
pesquisador esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo  
concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e  
esclarecimento. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar  
os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa, bem como me foi assegurado  
o anonimato. Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste  
estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer  
momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Tefé/AM, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa (nome por extenso).  
Rg e/ou CPF (\_\_\_\_\_)

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo participante da pesquisa (nome por extenso).  
Rg (\_\_\_\_\_)

\_\_\_\_\_  
Francisco Ripardo Maia  
Pesquisador responsável  
CPF: 280.272.802-49  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)  
Tel: (97) 99903-4123

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(PARA MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE)

Resolução nº 466/2012 e Resolução 510/2016

Prezado(a) Discente ou Servidor(a),

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa de mestrado, intitulado **O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO IFAM/CAMPUS TEFÉ: percepção dos discentes**, cujo pesquisador responsável é Francisco Ripardo Maia. A pesquisa tem como objetivo geral compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19) no IFAM/Campus Tefé. Como questão norteadora, como o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para formação humana e integral, para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé? Tendo como público-alvo os discentes dos Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes (residentes da zona rural e com renda familiar per capita até um salário mínimo e meio).

Para a coleta dos dados teremos dois momentos (dia e hora que acertaremos), primeiro, será o encontro de roda de conversa, aplicado de forma presencial, a fim de compreender o entendimento dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, para a permanência e êxito dos discentes do IFA/Campus Tefé; segundo, realizaremos uma entrevista com perguntas estruturadas. A opção pela modalidade presencial levou em consideração ao retorno das aulas presenciais, de acordo com a Resolução Nº. 007-CONSUP/IFAM, de 03 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Retorno Acadêmico nas unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), conforme parecer e voto do Conselheiro relator e aprovação pelo Conselho Superior - CONSUP. Considerando que ainda estamos em período de pandemia (COVID-19), nosso encontro (roda de conversa), terá o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de todas as medidas de biossegurança recomendadas pela Organização Nacional da Saúde (OMS), ressaltando que dispomos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com as diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos participantes que não aceitarem ou desejarem desistir da pesquisa.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitado a dignidade,

liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Caso aceite participar sua participação consiste em participar da roda de conversa e das entrevistas.

Antes da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será realizado uma reunião para que desejarem participar. Neste momento farei uma leitura em voz alta do termo e explicarei a relevância da pesquisa, seus objetivos, metodologia, benefícios, riscos e indenização em caso de danos para os participantes envolvidos de modo que possam autorizar ou não sua participação, considerando que todos são maiores de idade.

Em nossa pesquisa, os riscos serão mínimos. Entretanto, de acordo com a Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais tem seu(s) risco(s), considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto. Para o(a) senhor(a) os riscos estão relacionados com algum possível constrangimento, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE), perda de tempo, riscos relacionados à divulgação de imagem, durante aplicação dos questionários. No caso específico desse estudo, se ocorrer riscos de ordem emocional ou psicológica, serão sanados através de atendimento psicológico, providenciado pelo próprio pesquisador sem qualquer ônus, de forma que não lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento. Para contornar esses riscos, todos que participarão respondendo os questionários, buscaremos abordar para que a mesma seja da forma mais polida e educada possível, deixando o(a) senhor(a) à vontade para responder ou se negar a responder quaisquer das perguntas, visando não lhe causar qualquer tipo de constrangimento. Para evitar tais riscos, as respostas dos questionários ficarão sob responsabilidade exclusiva do Coordenador do projeto de pesquisa. Ressaltamos, que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo.

A pesquisa, certamente trará potenciais benefícios a nível científico, acadêmico, comunidade e especialmente para os participantes. E, considerando que é dever do pesquisador após a conclusão da pesquisa, dar o retorno, ou seja, após a análise dos dados e resultados da pesquisa, os participantes obterão o retorno, explicitando os resultados e conclusões e posteriormente será produzido um Produto Educação (guia do discente) para contribuir para os participantes



(discentes), orientando sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, de acordo com a proposta do ProfEPT.

Garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Francisco Ripardo Maia a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Maia (e-mail: francisco.maia@ifam.edu.br e celular: 97-99903-4123) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025-010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas (02) VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhado uma cópia desta na versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular Nº2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

### **CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Li e concordo em participar da pesquisa

---

Assinatura (participante)

---

Assinatura (pesquisador) - Francisco Ripardo Maia

Pesquisador responsável  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)

Tel: (97) 99903-4123

Tefé/AM, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2022.

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na \_\_\_\_\_,  
portador da cédula de identidade, RG: \_\_\_\_\_, e inscrito  
no CPF: \_\_\_\_\_, declaro ter conhecimento das  
informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim  
apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que o  
pesquisador esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo  
concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e  
esclarecimento. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar  
os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa, bem como me foi assegurado  
o anonimato. Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste  
estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer  
momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Tefé/AM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa (nome por extenso).

Rg (\_\_\_\_\_)

\_\_\_\_\_  
Francisco Ripardo Maia  
Pesquisador responsável  
CPF: 280.272.802-49  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)  
Tel: (97) 99903-4123

## APÊNDICE C – Roteiro para o Questionário – Discentes

### Público-Alvo: Discentes

Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada de Agropecuária – 3º ano em 2022 = 07 discentes;  
Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente de Floresta – 4º Módulo – 2022 = 07 discentes.

**Local:** Sala de aula – IFAM/Campus Tefé.

**Período:** 13 e 14/09/2022 (discentes do integrado); 20 e 21/09/2022 (discentes do subsequente).

**Horário:** das 16h às 17h (discentes do integrado); das 20h às 21h (discentes do subsequente).

**Tempo:** Máximo uma (01) hora.

<b>Objetivo Geral:</b> Compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19).	
<b>Objetivo (S)</b>	<b>Questões</b>
Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM.	Questão-1: Qual a percepção de vocês sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM?
	Pergunta-2: Como vocês avaliam o PSE do IFAM, desde acesso: edital, via Portal do IFAM - SIGAA-Portal do Discente?
Identificar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, sobretudo para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé.	Questão-3: Na percepção de vocês, o PSE contribui para a Formação Humana Integral, para Permanência e Êxito, especialmente no período da Pandemia (COVID-19)?
	Questão-4: Na percepção de vocês, o PSE atende suas necessidades para Formação Humana Integral, para permanência e êxito nos estudos no IFAM? Por quê? (após a explanação sobre os conceitos – 1º momento).
	Questão-5: Na percepção de vocês, o que falta para melhorar, contribuir para o PSE, desde o acesso, permanência e êxito, na sua formação humana integral?
<b>Objetivo (S)</b>	<b>Questões</b>
Desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.	Questão-6: O que vocês acham da construção de um Guia sobre o PSES do IFAM para orientar sobre os benefícios do PSES/IFAM? Se positivo, justifique. Propostas.
	Questão-7: O que vocês sugerem como propostas de conteúdo no Guia de Apoio ao Discente?

Tefé/AM, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2022.

**Assinatura/participante (discentes):** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador  
Francisco Ripardo Maia  
CPF: 280.272.802-49  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)  
Tel: (97) 99903-4123

## APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista - Discentes.

### ENTREVISTA ESTUTURDA

#### Público-Alvo: Discentes

Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada de Agropecuária – 2º ano em 2021 = 07 discentes;  
Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente de Floresta – 2º Módulo – 2021.1 – 07 discentes.

**Local:** Sala de aula – IFAM/Campus Tefé.

**Período:** 15 e 16/09/2022 (discentes do integrado); 22 e 23/09/2022 (discentes do subsequente).

**Horário:** das 15h às 17h (discentes do integrado); das 19h às 21h (discentes do subsequente).

**Tempo:** Aproximadamente meia (1/2) hora para cada entrevista.

**Participante (discente):** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Curso:** \_\_\_\_\_

Objetivo (s)	Questões
<p><b>Objetivo Geral:</b> Compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19).</p>	
<p>Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM;</p>	<p>Questão-1: Qual sua percepção quanto o PSE do IFAM? Como você descreve o PSES/IFAM?</p> <p>Questão-2: O que você entende sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM?</p>
<p>Identificar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, sobretudo para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé;</p>	<p>Questão-3: Sobre os Benefícios do PSE :Alimentação, Transporte, Material Didático Pedagógico (exemplo: tablet com chip de <i>internet</i>), Moradia, Alojamento e Creche, ofertado pela Política de Assistência Estudantil do IFAM, qual você foi contemplado no período da pandemia (COVID-19) e qual(is) o(s) principal(is) motivo(s) que o fez você procurar o(s) benefício(s) do PSES do IFAM?</p> <p>Questão-4: Quais benefício(s) você considera mais importante para sua permanência e êxito, para sua formação humana integral?</p> <p>Questão-5: Mesmo sendo atendido (a) pelo Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, há outros fatores que dificultaram sua permanência e êxito como estudante? Quais e por quê?</p> <p>Questão-6: Se você não tivesse recebido o(s) benefício(s) do PSES/IFAM, conseguiria permanecer no IFAM? Se sim, quais estratégias para permanecer e concluir seus estudos?</p> <p>Questão-7: Existe algum entrave ou dificuldade para você solicitar o Benefício do PSE via Portal do IFAM - SIGAA-Portal do Discente? Justifique.</p>

	<p>Questão-8: Em sua opinião, como o IFAM poderia melhorar a oferta dos Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil? Justifique:</p>
<p>Desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.</p>	<p>Questão-09: Você considera importante e recomenda a produção de um Guia de Apoio para os discentes, que contribua para o Programa Socioassistencial Estudantil, com objetivo de apresentar aos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), informações e orientações, o processo passo a passo desde o acesso e a adesão do Programa Socioassistencial Estudantil? ( <input type="checkbox"/> ) Não; ( <input type="checkbox"/> ) Sim – Por quê?</p>
	<p>Questão-10: Qual sua proposta de conteúdo para conter no Guia de Apoio ao Discente?</p>

Tefé/AM, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2022.

---

Assinatura (discente)

---

Assinatura do Pesquisador  
Francisco Ripardo Maia  
CPF: 280.272.802-49  
(RG 0828764-3 - SSP-AM)  
Tel: (97) 99903-4123



**APÊNDICE E – UNIDADES DE SIGNIFICADO ENCONTRADA NO  
QUESTIONÁRIO**

Nº	UNIDADES DE SIGNIFICADO – QUESTIONÁRIO
<b>Objetivo Geral</b>	
Compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19).	
<b>1º Objetivo Específico</b>	
Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM).	
01	Permanência no IFAM.
02	Assistência aos alunos mais vulneráveis.
03	Entendido como Direito.
04	Vulnerabilidade econômica familiar.
05	Política de direito.
06	Programa de Inclusão.
07	Voltado à permanência e desempenho acadêmico.
08	Vulnerabilidade econômica familiar.
09	Acesso complicado.
10	Editais complicados para entender.
11	Avaliação positiva sobre o programa.
12	Necessidade de melhorar o programa.
13	Apoio na formação acadêmica.
14	Falta assistência (apoio).
15	Vulnerabilidade socioeconômica.
<b>2º Objetivo Específico</b>	
Identificar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, sobretudo para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé.	
01	Formação Humana Integral.
02	Realidade financeira.
03	Benefícios que mais contribuem.
04	Permanência e êxito no período da pandemia.
05	Recurso Financeiro escasso.
06	Fragilidade no programa.
07	Família em situação de Vulnerabilidade socioeconômica.
08	Necessidade do apoio da Instituição
09	Benefícios insuficientes.
10	Recursos limitados.
11	Benefício limitado.
12	Apoio e orientação.
<b>3º Objetivo Específico</b>	

Desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.	
01	Ótima ideia.
02	Prático e objetivo.
03	Como apoio ao discente.
04	Orientação e Informação.
05	Direitos e deveres.
06	Simple, didático e acessível.
07	Palestra.
08	Perguntas e Respostas.
09	Formato Digital.
10	Passo a passo.
11	Um guia com QR-code.
12	Legislações sobre Assistência Estudantil.
<b>UNIDADES DE SIGNIFICADO NO QUESTIONÁRIO - TOTAL = 39</b>	

**APÊNDICE F – UNIDADES DE SIGNIFICADO ENCONTRADAS NAS  
ENTREVISTAS**

Nº	UNIDADES DE SIGNIFICADO – ENTREVISTAS
<b>Objetivo Geral</b>	
Compreender a percepção dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da Pandemia (COVID-19).	
<b>1º Objetivo Específico</b>	
Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM).	
01	Entendido como Direito.
02	Vulnerabilidade socioeconômica.
03	Programa de Inclusão.
04	Oferta de recursos e benefícios.
05	Voltado à permanência e desempenho acadêmico.
06	Garantia de permanência e êxito na Instituição.
07	Política de direito.
<b>2º Objetivo Específico</b>	
Identificar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, sobretudo para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé.	
01	Família em situação de Vulnerabilidade socioeconômica.
02	Formação Humana Integral.
03	Benefícios que mais contribuem.
04	Permanência e Êxito.
05	Família vulnerável.
06	Estudo remoto.
07	Ficar longe de casa.
08	Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.
09	Dificuldade de <i>internet</i> .
10	Dificuldade do horário de aula.
11	Necessidade do apoio da Instituição.
12	O acesso é burocrático.
13	Recursos limitados.
<b>3º Objetivo Específico</b>	
Desenvolver um Produto Educacional (um guia para os discentes), sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), que contribua para a permanência e êxito dos discentes.	
01	Importante e necessário.
02	Facilitar o acesso.
03	Excelente ideia.
04	Orientação e Informação.
05	Direitos e deveres.

06	Perguntas e respostas.
07	Formato em Libras.
08	Passo a passo.
09	Formato Digital.
10	Criação de um avatar.
11	Simple, didático e acessível.
12	Formato de Vídeo.
<b>UNIDADES DE SIGNIFICADO NAS ENTREVISTAS - TOTAL = 32</b>	

## APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO - PRODUTO EDUCACIONAL

**“Guia de apoio ao discentes sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”.**

**Objetivo:** apresentar informações e orientações aos discentes do IFAM, referente aos Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil.

Discente: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

**1. Quanto a ADERÊNCIA – Considerando que o Guia de Apoio ao Discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, você considera que ele possui linguagem clara e de fácil compreensão aos discentes?**

- ( ) Sim, considero;  
 ( ) Considero parcialmente;  
 ( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**2. Quanto a COMPLEXIDADE – Você considera que o Guia de Apoio ao Discente desenvolvido, suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdos, atingiu/atinge seu objetivo?**

- ( ) Sim, considero;  
 ( ) Considero parcialmente;  
 ( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**3. Quanto a APLICABILIDADE/ACESSO – Você considera que o Produto Educacional (Guia de Apoio ao Discente), construído em formato impresso (*word*) e pdf, facilitará a aplicabilidade e acessibilidade aos discentes do IFAM??**

- ( ) Sim, considero;  
 ( ) Considero parcialmente;  
 ( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



- 
- 
4. **Quanto a APLICABILIDADE/ACESSO - Em sua opinião, os aspectos estéticos (artes/visual) do Produto Educacional estão atrativos aos discentes do IFAM, com linguagem clara, objetiva e imagem da melhor forma possível, com aplicabilidade e acessibilidade?**

- ( ) Sim, está atrativo;  
( ) Está, parcialmente, atrativo;  
( ) Não está atrativo.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. **Quanto a INOVAÇÃO – Você considera que o Produto Educacional (Guia de apoio ao Discente) é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo novo já existente revisitado de forma inovadora e original no IFAM?**

- ( ) Sim, considero;  
( ) Considero parcialmente;  
( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. **Quanto o IMPACTO - Você considera que o Guia de Apoio ao Discente sobre o PSE/IFAM, terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM?**

- ( ) Sim, considero;  
( ) Considero parcialmente;  
( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. **Quanto o IMPACTO - Você considera que o Guia de Apoio ao Discente sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, pode contribuir para a permanência e êxito dos discentes?**

- ( ) Sim, considero;  
( ) Considero parcialmente;  
( ) Não considero.

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## **ANEXO I - ROL DE DOCUMENTOS MÍNIMOS RECOMENDADOS PARA COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL**

**(PORTARIA NORMATIVA Nº 18 – MEC, de 11/10/2012 - ANEXO II)**

### **1. TRABALHADORES ASSALARIADOS**

- 1.1 Contracheques;
- 1.2 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 1.3 CTPS registrada e atualizada;
- 1.4 CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
- 1.5 Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- 1.6 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

### **2. ATIVIDADE RURAL**

- 2.1 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 2.2 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;
- 2.3 Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso;
- 2.4 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- 2.5 Notas fiscais de vendas.

### **3. APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

- 3.1 Extrato mais recente do pagamento de benefício;
- 3.2 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 3.3 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

### **4. AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS**

- 4.1 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 4.2 Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
- 4.3 Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;

4.4 Extratos bancários dos últimos três meses.

## **5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS**

5.1 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

5.2 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

5.3 Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

## ANEXO II - DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RENDA

<b>NOME DO(A) DECLARANTE:</b>	
RG:	CPF:
Endereço:	

**Declaro para os devidos fins, que:**

<b>TRABALHADOR(A) INFORMAL, AUTÔNOMO(A) OU PROFISSIONAL LIBERAL</b>
( ) Sou trabalhador(a) informal, autônomo ou profissional liberal, exercendo atividade de _____, não constante de Carteira de Trabalho e Previdência Social, com renda média mensal no valor de R\$ _____.

<b>DESEMPREGADO/ ESTUDANTE/ DONA(O) DE CASA</b>
( ) não recebo, atualmente, salários, proventos, pensões alimentícias, aposentadorias, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e quaisquer outros. Meu sustento provém de _____ no valor de R\$ _____.

<b>TRABALHADOR RURAL OU PESCADOR</b>
( ) Sou trabalhador(a) que exerce atividade rural/pesca, não constante de Carteira de Trabalho e Previdência Social, com renda média mensal no valor de R\$ _____.

<b>PARA PESSOA QUE RECEBE PENSÃO ALIMENTÍCIA OU POSSUI RENDIMENTO DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE MÓVEIS E IMÓVEIS</b>
( ) Sou recebedor(a) de pensão alimentícia ou possuo rendimento de aluguel ou arrendamento de bens móveis e/ou imóveis, com renda mensal no valor de R\$ _____.

**P.S. 1 – Declaro, sob as penas da Lei, que todas as informações por mim prestadas são expressão da verdade e estou ciente de que qualquer declaração falsa ensejará a aplicação das penalidades previstas nos arts. 171 e 299 do Código Penal Brasileiro.**

\_\_\_\_\_ /AM, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a Declarante



**ANEXO III - MODELO DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

(www2.Ifam.edu.br - Solicitação de Assistência Estudantil - Campus)

1. Número de Matrícula Resposta. (Dissertativa):
2. Você ou sua família possui Inscrição no Cadastro Único(CadÚnico) do Governo Federal?
  - (a) Sim;
  - (b) Não.
3. Você ou sua família recebem benefício do Programa Bolsa Família?
  - (a) Sim;
  - (b) Não.
4. Caso você ou sua família recebem benefício do Programa Bolsa Família, informe o valor. (Resposta Dissertativa)
5. Sexo:
  - (a) Feminino;
  - (b) Masculino;
  - (c) Outros.
6. Identidade de Gênero:
  - (a) Homem Transgênero (A pessoa que se identifica com o sexo diferente do qual nasceu);
  - (b) Mulher Transgênero (A pessoa que se identifica com o sexo diferente do qual nasceu);
  - (c) Homem Transexual (A pessoa que nasceu com sexo feminino, contudo se identifica como masculino);
  - (d) Mulher Transexual (A pessoa que nasceu com sexo masculino, contudo se identifica como feminino);
  - (e) Cisgênero (A pessoa que se identifica com seu sexo biológico, masculino ou feminino, com qual nasceu);
  - (f) Não sei responder;
  - (g) Prefiro não responder.
7. Curso. (Resposta Dissertativa).
8. Série/turma. (Resposta Dissertativa).
9. Turno Resposta (Dissertativa)
10. Qual a sua religião? (Resposta Dissertativa)
11. Qual a sua cor/etnia?
  - (a) Amarela;
  - (b) Branca;
  - (c) Parda;
  - (d) Preta;
  - (e) Quilombola;
  - (f) Indígena.
12. Qual a sua etnia, caso autodeclara-se indígena? (Resposta Dissertativa).
13. CPF – informe apenas números, sem pontos ou traço) (Resposta Dissertativa).
14. Telefone Celular (Resposta Dissertativa).
15. E-mail da (o) discente (Resposta Dissertativa).
16. Data de Nascimento (Resposta Dissertativa).
17. Responsável Legal (aquele que detém legalmente a guarda/tutela da (o) discente menor de 18 anos). (Resposta Dissertativa).
18. Caso você seja de outro município diferente de onde se localiza o seu Campus, informe a quanto tempo reside no município, de qual cidade/Estado você é, e qual sua condição

- de moradia atual no município do Campus (ex: moro com parentes, em casa alugada, cedida, etc)? Resposta Dissertativa.
19. Responsável pedagógico - nome e parentesco. (responsável pelo acompanhamento escolar da (o) discente menor de 18 anos). Resposta Dissertativa.
  20. Qual a sua situação de moradia atual?
    - (a) Casa própria;
    - (b) Casa alugada;
    - (c) Casa cedida;
    - (d) Outros.
  21. Em caso de imóvel alugado ou prestação de imóvel próprio. Qual o valor mensal? Resposta Dissertativa.
  22. Caso você tenha respondido "Outros" na pergunta 20, especifique a situação de moradia atual. Resposta Dissertativa.
  23. Qual seu estado civil?
    - (a) Solteira (o);
    - (b) Casada (o);
    - (c) Viúva (o);
    - (d) Divorciada (o);
    - (e) Vive com companheira (o);
    - (f) Outros.
  24. Qual o estado civil dos seus pais?
    - (a) Casados;
    - (b) Separados;
    - (c) Pai falecido;
    - (d) Mãe falecida;
    - (e) Outros.
  25. No caso de pais separados, você, seus irmãos, seu pai ou sua mãe recebem pensão alimentar? Em caso positivo informe o valor. Resposta Dissertativa.
  26. Você tem filho (s)? Em caso positivo, informe a quantidade de filhos. Resposta Dissertativa.
  27. Você paga pensão alimentar a filhos ou ex-cônjuge? Em caso positivo informe o valor? Resposta Dissertativa.
  28. Qual a sua forma de ingresso no IFAM?
    - (a) Ampla Concorrência;
    - (b) PCD;
    - (c) R1 - Autodeclaração PRETO, PARDO, INDÍGENA com renda bruta mensal IGUAL OU MENOR a 1,5 salário mínimo per capita, oriundo de escola pública;
    - (d) R2 - PCD com renda familiar mensal IGUAL OU MENOR a 1,5 salário mínimo per capita, oriundo de escola pública;
    - (e) R3 - Não autodeclarado com renda familiar mensal IGUAL OU MENOR a 1,5 salário mínimo per capita, oriundo de escola pública;
    - (f) R4 - Autodeclarado PRETO, PARDO OU INDÍGENA com renda bruta mensal MAIOR que 1,5 salário mínimo per capita oriundo de escola pública;
    - (g) R5 - PCD com renda familiar mensal MAIOR que 1,5 salário mínimo per capita, oriundo de escola pública;
    - (h) R6 - Não auto declarado com renda familiar mensal MAIOR que 1,5 salário mínimo per capita, oriundo de escola pública;
    - (i) Transferência facultativa;
    - (j) Portador de Diploma.
  29. Se você possui alguma deficiência, descreva-a: Resposta Dissertativa.

30. Escolha qual ou quais meios de transporte você utiliza para frequentar as aulas no Campus?
- (a) A pé;
  - (b) Carona;
  - (c) Bicicleta;
  - (d) Transporte Coletivo/ônibus;
  - (e) Transporte próprio (carro ou moto);
  - (f) Moto-taxi;
  - (g) Lotação;
  - (h) Transporte Escolar do Campus.;
  - (i) Outros.
31. Caso tenha respondido outros na questão 30, descreva Resposta Dissertativa.
32. Se você possui gasto com transporte escolar. Quem paga?
- (a) Responsável pedagógico;
  - (b) Responsável legal;
  - (c) Pai ou mãe;
  - (d) Você mesma (o);
  - (e) Outros.
33. Caso tenha marcado outros para a questão 32, descreva Resposta Dissertativa.
34. Quanto tempo você gasta para se locomover de sua residência até o Campus? Resposta Dissertativa.
35. Quais os seus planos ao concluir o curso?
- (a) Continuar os estudos;
  - (b) Ainda não decidiu;
  - (c) Ingressar no mercado de trabalho;
  - (d) Empreender;
  - (e) Ingressar no serviço público.
36. Antes de estudar no IFAM, você estudava em:
- (a) Escola pública municipal;
  - (b) Escola pública estadual Escola pública;
  - (c) Escola particular com bolsa integral;
  - (d) Escola particular com bolsa parcial;
  - (e) Escola particular sem bolsa
37. Você e/ou sua família possui condução própria?
- (a) Carro;
  - (b) Bicicleta;
  - (c) Moto;
  - (d) Rabeta;
  - (e) Não possui;
  - (f) Outros.
38. Caso tenha marcado outros para a questão 37, descrever Resposta Dissertativa.
39. Qual(is) a(s) forma(s) de acesso à *internet* você possui?
- (a) Dados móveis/celular;
  - (b) Wi-Fi;
  - (c) Ambas;
  - (d) Não tenho acesso.
40. Qual o valor mensal gasto tanto com dados móveis/celular e/ou Wi-Fi? Resposta Dissertativa.
41. Qual (is) equipamento (s) você e/ou sua família possui?
- (a) Computador;

- (b) Notebook;  
 (c) Tablet;  
 (d) Smartphone;  
 (e) Nenhuma das Alternativas;  
 (f) Outros.
42. Caso tenha marcado outros para a questão 41, descreva Resposta Dissertativa.
43. Qual a sua renda familiar bruta? (somatório dos rendimentos de todos membros residentes com você, excluindo os Benefícios Sociais).  
 (a) Até meio salário mínimo;  
 (b) De meio a um salário mínimo;  
 (c) De um a um e meio salário mínimo;  
 (d) Mais de um e meio salário mínimo.
44. Quantas pessoas moram em sua casa? (Incluindo você) Resposta Dissertativa.
45. Escreva os nomes de TODAS as pessoas do seu grupo familiar, inclusive o seu nome na seguinte ordem: Nome do membro da família, parentesco, escolaridade, profissão/ocupação, idade, renda mensal (R\$). Ex: Maria Jose de Lima, mãe, ensino médio completo, aux. de serviços gerais, R\$ 1.100,00 doméstica. Resposta Dissertativa.

Exemplo:

NOME	IDADE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO (OCUPAÇÃO)	RENDA MENSAL (R\$)
X	15	-	Cursando 1º ano Ensino Médio	Estudante	-
XX	30	PAI	Ensino Médio	Agricultor	1.320,00
XXX	30	MÃE	Ensino Médio	Autônoma	1.100,00
XXXX	60	AVÔ	Analfabeto	Aposentado	1.320,00
XXXXX	60	AVÓ	Ensino Fundamental	Aposentada	1.320,00
<b>RENDA FAMILIAR BRUTA – TOTAL</b>					<b>5.060,00</b>
<b>RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA (por pessoa)</b>					<b>1.012,00</b>

46. Das pessoas acima citadas, alguma estuda no IFAM? Se sim, identifique seu nome e informe qual curso ela frequenta. Resposta Dissertativa.
47. Caso sua família possua gasto mensal com combustível, informe o valor. Resposta Dissertativa.
48. Caso sua família possua gasto mensal com conta de água, energia elétrica e telefone (fixo e celular), informe em separado o valor gasto com cada item. Resposta Dissertativa.  
 Água: R\$ \_\_\_\_\_; Energia: R\$ \_\_\_\_\_; Celular (crédito): R\$ \_\_\_\_\_.
49. Caso sua família possua gasto mensal com empréstimo bancário, informe o valor. Resposta Dissertativa.
50. Quanto sua família gasta com alimentação? Resposta Dissertativa.
51. Caso sua família possua gastos mensais com farmácia, saúde, seguro (de vida, residencial, veículo, etc), informe o valor gasto com cada item desse Resposta Dissertativa.
52. Caso sua família possua gasto mensal com gás, informe o valor. Resposta Dissertativa.
53. Sua família possui gastos mensais com transporte? Em caso positivo, informe o valor. Resposta Dissertativa.
54. Sua família possui gastos mensais com vestuário? Em caso positivo, informe o valor. Resposta Dissertativa.

55. Sua família possui gastos mensais com empregada doméstica? Em caso positivo, informe o valor. Resposta Dissertativa.
56. Caso exista algum PCD, doença grave, ou crônica em seu núcleo familiar declarado na questão 45, descrever o nome completo da pessoa, grau de parentesco, qual a deficiência, doença grave e ou crônica e a despesa mensal com este acontecimento e ou limitação. Resposta Dissertativa.
57. Caso você tenha sido beneficiado no semestre anterior pela Assistência Estudantil, descreva o benefício e o valor recebido. Resposta Dissertativa.
- 58. De acordo com sua necessidade acadêmica, solicite o (s) benefício (s):**
- (a) Benefício Alimentação;
  - (b) Benefício Transporte;
  - (c) Benefício Moradia;
  - (e) Benefício Creche;
  - (f) Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar.
  - g) Alojamento.
59. Qual foi a contribuição da Política da Assistência Estudantil para sua permanência e êxito no curso do IFAM? Resposta Dissertativa.
60. Nome do Banco. Resposta Dissertativa.
61. Nome da Agência. Resposta Dissertativa.
62. Número da Conta Bancária do/a discente. Resposta Dissertativa.
63. Chave Pix do/a Estudante. Resposta Dissertativa.
- 64. Anexar arquivo único com a documentação exigida em edital em formato PDF, inclusive, os comprovantes da situação de renda de cada membro da família, maior de 18 anos. (Mesmo dos desempregados e os que fazem trabalho informal: trabalho avulso, "bico", autônomo, etc).**
65. Declaro serem verdadeiras todas as informações prestadas neste questionário:
- (a) Sim;
  - (b) Não.
66. Data de preenchimento deste questionário. Resposta Dissertativa.

## ANEXO IV - PARECER CONSUBSTACIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
↳ IFAM



### PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/Campus Tefé.

**Pesquisador:** FRANCISCO RIPARDO MAIA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 58272122.8.0000.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.407.093

#### Apresentação do Projeto:

A partir de informações do pesquisador, "A pesquisa se propõe em compreender o entendimento dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral. Como objetivos específicos: descrever o Programa Socioassistencial Estudantil; mapear o perfil dos discentes que participam do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé; analisar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé. Para tanto, realizaremos um levantamento teórico sobre a Política de Assistência Estudantil (PAES), o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM (PSES/IFAM), Permanência e êxito e Formação Humana e Integral. Como amostra da pesquisa, quatorze (14) discentes que residem na zona rural, dos Cursos Técnico de Nível Médio nas Formas Integrada (07) e subsequente (07) do IFAM/Campus Tefé, com perfil socioeconômico de renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente. Metodologia proposta: pesquisa de caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa do tipo de estudo de caso e de natureza aplicada; para alcançarmos os objetivos propostos, utilizaremos como instrumentos de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e documental, questionário, roda de conversa e observação participante (Diário de Campo); Metodologia de análise de dados, a Análise Textual Discursiva (ATD) de acordo com Moraes e Galiazzi (2011), seguindo as três (03) etapas que compõem um ciclo de análise: 1) a desmontagem

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ↳ AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.003

dos textos, também chamada de unitarização; 2) estabelecimento de relações, denominado de categorização e 3) captando o novo emergente que se concretiza em metatextos. A pesquisa visa responder às questões levantadas e por fim, desenvolver um Produto Educacional que contribua para a Formação Humana e Integral e para o Programa Socioassistencial Estudantil dos discentes do IFAM/Campus Tefé”.

**Objetivo da Pesquisa:**

**OBJETIVOS DA PESQUISA:**

Foram apresentados os seguintes objetivos:

**Objetivo primário:**

Compreender o entendimento dos discentes quanto o Programa Socioassistencial Estudantil e sua contribuição na formação humana integral no período da Pandemia (COVID-19).

**Objetivos secundários:**

- a. Descrever o Programa Socioassistencial Estudantil;
- b. Mapear o perfil dos discentes que participam do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Tefé;
- c. Analisar se o Programa Socioassistencial Estudantil tem contribuído para a formação humana e integral, para a Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM/Campus Tefé;
- d. Desenvolver um Produto Educacional que contribua para a Formação Humana e Integral e para o Programa Socioassistencial Estudantil.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos, o pesquisador diz “Em nossa pesquisa, os riscos serão mínimos. Entretanto, de acordo com a Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais tem seu(s) risco(s), considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto. Para o(a) senhor(a) os riscos estão relacionados com algum possível constrangimento, invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais (registrados no TALE), perda de tempo, riscos relacionados à divulgação de imagem, durante aplicação dos questionários. No caso específico desse estudo, se ocorrer riscos de ordem emocional ou psicológica, serão sanados através de atendimento psicológico, providenciado pelo próprio pesquisador sem qualquer ônus, de forma que não lhe ocasione qualquer dano ou

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.093

constrangimento.

Para contornar esses riscos, todos que participarão respondendo os questionários, buscaremos abordar para que a mesma seja da forma mais polida e educada possível, deixando o(a) senhor(a) à vontade para responder ou se negar a responder quaisquer das perguntas, visando não lhe causar qualquer tipo de constrangimento. Para evitar tais riscos, as respostas dos questionários ficarão sob responsabilidade exclusiva do Coordenador do projeto de pesquisa. Ressaltamos, que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo. Será garantido ao participante e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente.

Asseguramos ao participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Será garantido ao participante a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Será comunicado ao participante, que pode entrar em contato com o pesquisador responsável Francisco Ripardo Maia a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Maia (e-mail: francisco.maia@ifam.edu.br e celular: 97-99903-4123) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes. Todavia o pesquisador deixará claro aos participantes da pesquisa que, Art. 19. [...] deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos. § 1o Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP. § 2o O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização. Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de

---

Continuação do Parecer: 5.407.093

autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Quanto aos benefícios, o pesquisador afirma que: "A pesquisa, certamente trará potenciais benefícios a nível científico, acadêmico, comunidade e especialmente para os participantes. E, considerando que é dever do pesquisador após a conclusão da pesquisa, dar o retorno, ou seja, após a análise dos dados e resultados da pesquisa, os participantes obterão o retorno, explicitando os resultados e conclusões e posteriormente será produzido um Produto Educação (guia do discente) para contribuir para os participantes, orientando sobre o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM, de acordo com a proposta do ProfEPT".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O protocolo refere-se a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFAM

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes os documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16:

1. Folha de Rosto: SIM
2. Informações Básicas do Projeto: SIM
3. TCLE: SIM
4. TALE: SIM
5. Cronograma do Projeto: SIM
6. Carta de anuência: Não se faz necessária
7. Declaração de Infraestrutura assinada pelo responsável ou justificativa pela ausência assinada pelo pesquisador: SIM
8. Instrumento de Coleta de Dados: SIM
9. Orçamento: SIM

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante da análise dos autos com base nas resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, decido pelo parecer de aprovação do projeto de pesquisa O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/Campus Tefé

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.407.093

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1909052.pdf	10/03/2022 14:53:40		Aceito
Outros	APENDICE_B_ROTIEIRO_DE_RODA_D E_CONVERSA.pdf	10/03/2022 14:51:58	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Outros	APENDICE_A_QUESTIONARIO.pdf	10/03/2022 14:51:19	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_C_TALE.pdf	10/03/2022 14:46:41	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_D_TCLE.pdf	10/03/2022 14:46:02	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_QUALIFICACAO_COMPLETO.pdf	10/03/2022 14:44:55	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	10/03/2022 14:39:09	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	APENDICE_F_ANUENCIA_GESTAO_IFAM.pdf	10/03/2022 14:36:31	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	10/03/2022 14:32:14	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito
Folha de Rosto	APENDICE_G_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	10/03/2022 11:59:26	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Continuação do Parecer: 5.407.093

MANAUS, 13 de Maio de 2022

Assinado por:  
**LUIZ HENRIQUE CLARO JUNIOR**  
(Coordenador(a))